BRAN, BSB 2M.21.1,p.1/128

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

EXEMPLAR N.º_____

196 6

2M.21.1, p.2/128

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

1ª PARTE

2M.21.1, p.3/128

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR

O presente relatório enquadra assuntos de caráter CONFIDENCIAL.

Conseqüentemente, seu manuseio está rigorosamente sujeito às prescrições sôbre a referida classificação sigilosa, constante do Regulamento para a salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional.

2M.21.1,p.4/128

ÍNDICE

	Folhas
Observações preliminares	1
Índice	2
Distribuição	3
Relatório Sintético (até a fl 27)	4
Observações	28
Exercícios de Funções de Chefia (até a fl 32)	29
Atividades das Subchefias (até a fl 34)	33
Atividades das Seções de Estado-Maior	35
1ª Seção	35
2ª Seção	35
3ª Seção	36
4ª Seção	37
Atividades da Divisão Administrativa (até a fl 52)	39
Atividades dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa	53
Núcleo de Comando da Zona de Defesa Atlântica - NCZDA -	53
Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul - NCZDS -	53
Núcleo de Comando da Zona de defesa Norte - NCZDN -	53
Atividades das Comissões Permanentes do EMFA	55
Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares	55
Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre Serviços Cartográficos - CMEABEUSC	56
Comissão Permanente de Comunicações das Fôrças Armadas	57
Comissão de Alimentação das Fôrças Armadas - CAFA -	58
Comissão Desportiva das Fôrças Armadas - CDFA -	59
Comissão do Serviço Militar - COSEMI -	59
Comissão Permanente dos Serviços de Saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica - CPSSEMA -	62
Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas - SARFA	63
Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos	65
Atividades de outras Comissões do EMFA	68
Comissão Especial da Fôrça Internacional Brasileira	68
F A I B R A S	68
Atividades da Comissão Especial FAIBRAS	71
Comissão de Estudo de Padronização de Equipamento Eletrônico	79
Comissão de Desenvolvimento Industrial	79
Comissão do Código de Vencimentos dos Militares - CCVM -	80
Comissão de Armamento, Munições e Explosivos de uso comum nas Fôrças Armadas	80
Comissão de Mísseis e Foguetes das Fôrças Armadas	80
Representação do EMFA em diferentes Órgãos do Poder Público	82
Conselho Nacional de Telecomunicações	82
Conselho Ferroviário Federal	88
Conselho Deliberativo da SUDENE (até a fl 96)	89
Conselho Nacional de Saúde	96
GT da Organização dos Serviços de Contrôle e Localização de Emissoras (CT EOSCELEE)	97
Grupo de Coordenação da Indústria Mecânica e Elétrica	100
Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico	102
Conselho Nacional de Pesquisas	104
Comissão Nacional de Atividades Espaciais - CGOCNAE	106
Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria	107
Conselho da Comissão do Plano do Carvão Nacional	107
Comissão de Estudos da Reforma Administrativa - COMESTRA -	108
Companhia Siderúrgica Nacional - Programa de Expansão -	109
Comissão e Representação que ainda funcionam	110
Escola Superior de Guerra	111
Departamento de Estudos	111
Curso Superior de Guerra	112
Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas	115
Centro de Comunicações	119
Pessoal	120
Quadro de Oficiais	121
Quadro de Praças	122
Conclusão	123

DISTRIBUIÇÃO

Presidência da República	Exemplar nº	1
Presidência da República	Exemplar nº	2
Ministério da Marinha (Gabinete do Ministro)	" "	3
Ministério da Guerra (Gabinete do Ministro)	" "	4
Ministério da Aeronáutica (Gabinete do Ministro)	" "	5
Estado-Maior da Armada	" "	6
Estado-Maior do Exército	" "	7
Estado-Maior da Aeronáutica	" "	8
Conselho de Segurança Nacional	" "	9
Gabinete do Estado-Maior das Fôrças Armadas	" "	10
Gabinete do Estado-Maior das Fôrças Armadas	" "	11
Subchefia de Marinha	" "	12
Subchefia do Exército	" "	13
Subchefia da Aeronáutica	" "	14
Núcleo de Comando da Zona de Defesa Atlântica	" "	15
Núcleo de Comando da Zona de Defesa Norte	" "	16
Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul	" "	17
Escola Superior de Guerra	" "	18
Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares	" "	19
C M E A B E U S C	" "	20
1ª Seção do EMFA	" "	21
2ª Seção do EMFA	" "	22
3ª Seção do EMFA	" "	23
4ª Seção do EMFA	" "	24
Comissão Permanente de Comunicações das Fôrças Armadas	" "	25
Comissão Desportiva das Fôrças Armadas	" "	26
Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas	" "	27
Divisão Administrativa do EMFA	" "	28

2M.21.1,p.6/128

RELATÓRIO SINTÉTICO DO E M F A

1 9 6 6

2M.21.1,p.7/128

RELATÓRIO SINTÉTICO DO EMFA

1966

I - INTRODUÇÃO

II - REUNIÕES DE CHEFES DE ESTADO-MAIOR

III - ESTUDOS ESPECIAIS

1. Estudo do Planejamento Militar da Amazônia Ocidental
2. Estudo do Anteprojeto da Nova Constituição
3. Estudo sôbre Questões de Fronteira com o Paraguai
4. Estudo de Normas para Disciplinar a Realização de Pesquisas Técnico-Científicas

IV - ATIVIDADES DAS SEÇÕES

1. 1ª Seção
2. 2ª Seção
3. 3ª Seção
4. 4ª Seção

V - ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE COMANDO DE ZONA DE DEFESA

1. Núcleo de Comando de Zona de Defesa Norte
2. Núcleo de Comando de Zona de Defesa Sul
3. Núcleo de Comando de Zona de Defesa Atlântica

VI - ATIVIDADES DAS COMISSÕES SUBORDINADAS AO EMFA

1. Comissão Especial FAIBRAS - CEF
2. Comissão do Serviço Militar - COSEMI
3. Comissão de Obras do Estado-Maior das Fôrças Armadas em Brasília - COEMFA
4. Comissão Desportiva das Fôrças Armadas - CDFA
5. Comissão Permanente de Comunicações das Fôrças Armadas - CPCFA
6. Comissão Mista Executora do Açôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre Serviços Cartográficos - CMEABEUSC
7. Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares - CPMPM

VII - OUTRAS COMISSÕES DO EMFA

VIII - REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO EMFA EM DIFERENTES ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO.

2M.21.1, p.8/128

I - INTRODUÇÃO

No decorrer do ano de 1 966 o Estado-Maior das Fôrças Armadas desenvolveu uma atividade profícua no campo do Planejamento Militar e nas suas atribuições de execução, procurando um maior entrosamento com as Fôrças Singulares.

Estudo meticuloso foi realizado por êste Estado-Maior, tendo em vista o estabelecimento de um "Plano Militar para à Amazônia Ocidental", a ser apresentado às autoridades superiores do País.

Coordenou no Brasil, todos os assuntos referentes ao Destacamento Brasileiro (FAIBRAS) junto à Fôrça Interamericana de Paz na República Dominicana. Proporcionou-lhe o apoio logístico adequado e procedeu ao Planejamento da substituição e posteriormente do regresso definitivo do FAIBRÁS.

Acelerou-se o rítmo das obras em Brasília, visando à terminação do Edificio-Sede do EMFA, ao prosseguimento do Hospital das Fôrças Armadas, e ao início da construção das residências para o pessoal do EMFA.

Com a nova legislação do Serviço Militar, implantou-se a Comissão do Serviço Militar (COSEMI), não sem grandes dificuldades no que tange a pessoal e ao recebimento de recursos financeiros a ela destinados, iniciando-se uma atividade nova de execução, no âmbito do EMFA.

As reuniões de Chefes de Estado-Maior foram realizadas, mensalmente, propiciando um entendimento mais estreito entre as Fôrças Singulares e o EMFA; nelas se buscou uma solução comum para diferentes problemas militares, administrativos e de planejamento.

II - REUNIÕES DE CHEFES DE ESTADO-MAIOR

No decorrer do ano de 1 966 êste Estado-Maior dedicou maior importância às reuniões de Chefes de Estado-Maior com esta Chefia. Realizadas mensalmente, atingiu-se um real entendimento com os Chefes de Estado-Maior das Fôrças Singulares através os diferentes assuntos tratados, constantes das Agendas abaixo enumeradas.

Dia 7 de março:

- Substituição do Destacamento do FAIBRAS.

Dia 26 de maio:

- Medalha de Sangue do Brasil, comum às três Fôrças Armadas.
- Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas.
- Destacamento Brasileiro da Fôrça Interamericana de Paz- FAIBRAS.

- Lei do Serviço Militar.

Dia 30 de junho:

- Apoio dos órgãos das Fôrças Singulares à Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre Serviços Cartográficos.
- Retirada do FAIBRAS.
- Manual de Vocábulos das Fôrças Armadas.
- Fôrça Permanente Interamericana de Paz.
- Padronização do Armamento nas Fôrças Armadas.

Dia 21 de julho:

- Aproveitamento cartográfico da Cobertura Aerofotográfica realizada pelo Aerial Survey Team (AST-10) da Fôrça Aérea Americana.
- Necessidade de revisão das Rêdes fixas de comunicações das Fôrças Singulares e o aproveitamento da Rêde Nacional de Telecomunicações pelas Fôrças Armadas.
- Nacionalização e Padronização de Equipamentos Eletrônicos nas Fôrças Armadas.

Dia 24 de agôsto:

- Hospital das Fôrças Armadas em Brasília.
- Conselho de Justificação e Disciplina.
- Revisão da Legislação Concernente à Medalha de Sangue das Fôrças Armadas.

Dia 29 de setembro:

- Plano de Aproveitamento Cartográfico da Cobertura Aerofotográfica realizada pelo AST-10 da Fôrça Aérea Americana.
- Solenidade de Recepção do FAIBRAS.
- Sugestões das Fôrças Armadas sôbre o anteprojeto da Constituição Federal.

Dia 27 de outubro:

- Pesquisas técnico-científicas por entidades estrangeiras.
- Estudo para elaboração do Plano Militar da Amazônia Ocidental (PLAMAOC) - Observações resultantes da viagem de estudo realizada pelo NCZDN.
- Viagem à Amazônia Ocidental pelo Chefe do EMFA e comitiva.

Dia 24 de novembro:

- Debates sôbre os principais pontos do "Estudo para elaboração do Plano Militar da Amazônia Ocidental".

Dia 29 de dezembro:

- Reorganização do Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas (SARFA).
- Apreciação das "Recomendações do Comitê Naval Interamericano (Buenos Aires 1965) do Grupo Regional do Atlântico Sul (Rio de Janeiro 1966)".
- Recomendações do Estado-Maior das Fôrças Armadas sôbre o "Plano Militar da Amazônia Ocidental"(PLAMAOC).

III - ESTUDOS ESPECIAIS

1. ESTUDO DO PLANEJAMENTO MILITAR DA AMAZÔNIA OCIDENTAL -

Êste Estado-Maior em 1 966 realizou estudos relacionados com o planejamento militar da Amazônia Ocidental, área definida como aquela parte do Brasil constituída pelos Estados do Amazonas e Acre e Territórios de Roraima e Rondônia.

Merece especial atenção a situação particular da Amazônia Ocidental, afastada dos principais centros do País por largas distâncias, com dificuldades de transporte e de comunicações, confinando com cinco países sul-americanos e submetida a antagonismos e pressões de ordem extracontinental, continental e interna, com graves problemas de fixação e sobrevivência do homem; à Amazônia Ocidental está exigindo um esfôrço pioneiro de integração, sòmente realizável com a presença efetiva e contínua das Fôrças Armadas.

A fim de serem realizados os necessários estudos, em relação à Amazônia Ocidental , esta Chefia, baixou uma Diretriz para o Núcleo do Comando de Zona de Defesa Norte.

O NCZDN procedeu aos necessários levantamentos de dados e de informações e a seguir realizou uma viagem de estudos àquela região, apresentando suas observações ao EMFA e demais órgãos interessados.

Dando prosseguimento aos estudos, o próprio EMFA realizou uma viagem à Amazônia Ocidental, procurando sentir de perto as conclusões elaboradas por aquêle Núcleo, bem como as reações e sugestões dos Comandos Militares locais. Nessa viagem o EMFA se fêz acompanhar por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento e dos Estados-Maiores dos Ministérios Militares.

2. NOVA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL -

Estudo do Anteprojeto da nova Constituição no que diz respeito aos capítulos referentes a "FÔRÇAS ARMADAS" e "SEGURANÇA NACIONAL", o qual foi submetido ao Exmo Sr Presidente da República.

3. QUESTÕES DE FRONTEIRA COM O PARAGUAI -

Estudo conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e Estados-Maiores das Fôrças Singulares sôbre as questões de fonteiras com o Paraguai.

4. NORMAS DISCIPLINADORAS DAS ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS -

Estudo e estabelecimento de normas para disciplinar a realização de pesquisas técnico-científicas por entidades estrangeiras no território nacional.

Êstes dois últimos estudos foram realizados em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, o Conselho Nacional de Pesquisas e os Estados-Maiores das Fôrças Singulares.

IV - ATIVIDADES DAS SEÇÕES

As Seções dêste Estado-Maior desenvolveram um rítmo normal de trabalho em 1966.

Na esfera de suas respectivas atribuições, destacam-se os trabalhos, estudos e pareceres abaixo relacionados.

1. 1ª SEÇÃO

- Reorganização do Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas -

Trabalho elaborado por uma comissão interministerial, que apresentou uma minuta de anteprojeto de lei ora submetido ao pronunciamento dos Estados-Maiores das Fôrças Singulares, antes da remessa da competente Exposição de Motivos ao Exmo Sr Presidente da República solicitando aprovação. Depende sua redação final, no entanto, do texto da nova Constituição em tramitação no Congresso.

- Criação, na Capital Federal, de uma Auditoria de 2ª Entrância -

Assunto solucionado ainda em 1 966 com a publicação do Decreto-Lei nº 26/66.

- Assistência Funerária das Fôrças Armadas

Assunto estudado por uma comissão interministerial que apresentou uma minuta de anteprojeto de lei ora submetido a consideração dos Ministerios Militares, antes da remessa da competente Exposição de Motivos ao Exmº Sr Presidente da República solicitando aprovação.

- Conselho de Justificação e de Disciplina nas Fôrças Armadas

Estudo que vem se desenvolvendo neste Estado-Maior desde 1965, ja tendo opinado sôbre o mesmo os Estados-Maiores das Fôrças Singulares e o Superior Tribunal Militar. Em face da discrepância de pareceres, encontra-se atualmente a cargo de um Grupo de Trabalho criado por Portaria do Chefe do EMFA.

- Nova Lei para Regular a Prestação de Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários

Trabalho elaborado por uma comissão interministerial que apresentou dois anteprojetos, um de Lei e outro de Regulamento, ja submetidos ao Exmº Sr Presidente da República, com a competente Exposição de Motivos.

- Revisão da Legislação concernente à Medalha de Sangue das Fôrças Armadas

Trabalho realizado por uma comissão que apresentou um anteprojeto de lei ja submetido a alta consideração do Exmº Sr Presidente da Republica.

- Alteração da Jurisdição Territorial dos Distritos Navais e criação do 7º Distrito Naval com sede em Brasília.

Parecer emetido pelo EMFA em assunto originário do Ministério da Marinha e ja solucionado com a publicação do Decreto nº 58.386 de 10 de maio de 1966.

- Parecer sôbre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 87/61, que da nova redação ao nº 2, da letra b do art 102 do Estatuto dos Militares

Êste parecer foi encaminhado ao 1º Secretário do Senado Federal em setembro de 1966.

- Construção de Unidade-Presídio para as três Fôrças

Assunto submetido ao EMFA pelo Ministério da Aeronáutica, ora em estudos neste Estado-Maior.

- Trabalhos que prosseguirão em 1967

  - Reorganização do Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas.
  - Implantação da Assistência Funerária das Fôrças Armadas.
  - Revisão da Legislação relativa ao Conselho de Justificação nas Fôrças Armadas.

- Nova Organização para o EMFA.
- Construção de Unidade-Presídio para as três Fôrças Armadas.

2. 2ª SEÇÃO

- Diretriz e Documentos que Efetivaram a Vinculação da Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre Serviços Cartográficos ao EMFA -

Diretriz e outros documentos essenciais à vinculação determinada pelo Decreto nº 58 814/66 e que estabeleceram a rotina de procedimento entre aquela Comissão e êste Estado-Maior.

- Anteprojeto das Instruções Reguladoras de Aerolevantamentos, para Atualização da Lei nº 960, de 8 Dez 49 e do FA-E-01/58 aprovado pela Portaria de 15 Abr 58 do Chefe do EMFA -

Sentindo a necessidade de atualização da referida legislação, em face das restrições causadas ao aerolevantamento fotogramétrico pelo grau de sigilo imposto a determinadas áreas, foi criado um Grupo de Trabalho para estudar o assunto. Já foi terminado o anteprojeto de lei resultante do estudo, ora submetido à apreciação dos Estados-Maiores Singulares e ao Conselho de Segurança Nacional.

- Organização das Instruções Reguladoras da Fiscalização dos Vôos do AST-10/USAF -

Instruções já aprovadas e em execução com pleno êxito.

- Normas de Procedimento para convidar Militares Estrangeiros a visitar o Brasil, em caráter oficial -

Normas aprovadas pelo Decreto nº 58 538, de 10 Mai 66.

- Contrôle e Coordenação da Equipe de Oficiais Brasileiros destacados como Observadores da Trégua India-Paquistão, junto a ONU -

Trabalho efetuado em íntima ligação com o Ministério das Relações Exteriores.

- Plano de Aproveitamento Cartográfico da Cobertura Aerofotográfica realizada pelo AST-10/USAF no Mapeamento Sistemático do País

Trabalho que está sendo elaborado por uma comissão e que presentemente foi interrompido em face de se encontrar em elaboração, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um Plano Geral de Cartografia Terrestre. O EMFA mantém um seu representante junto àquele Órgão para efeito do trabalho considerado.

- Anteprojeto de Decreto sôbre Seleção, Nomeção e Estagio de Adidos Militares Brasileiros -

Trabalho elaborado com a participação de representantes dos três Estados-Maiores Singulares e ora submetido a apreciação dos Ministérios Militares antes de ser encaminhado com a competente Exposição de Motivos ao Exmo Sr Presidente da República.

- Atualização do Regimento do EMFA sôbre Adidos Militares, Navais e Aeronáuticos, Edição 1 946 -

Trabalho realizado com a participação de representantes dos Estados-Maiores das três Fôrças Singulares.
Aguarda aprovação do Anteprojeto de Decreto sôbre Seleção, Nomeação e Estágio de Adidos Militares Brasileiros para que possa ser pôsto em execução.

Trabalhos que prosseguirão em 1 967

- Anteprojeto das Instruções Reguladoras de Aerolevantamentos para atualização da Lei nº 960, de 8 Dez 49 e do FA-E-01/58, aprovado pela Portaria de 15 Abr 58 do Chefe do EMFA.
- Plano de Aproveitamento Cartográfico da Cobertura Aerofotográfica realizada pelo AST-10/USAF no Mapeamento Sistemático do País.
- Anteprojeto de Decreto sôbre Seleção, Nomeação e Estágio de Adidos Militares Brasileiros.

3. 3ª SEÇÃO

- Conferência realizada na ESG pelos Oficiais da Seção sôbre o tema: " As Organizações Internacionais de Segurança e a Participação do Brasil -
- Diretrizes para o Ano Letivo de 67 na ESG -

Documento anualmente elaborado neste Estado-Maior, em entendimentos com o Comando daquela Escola.

- Indicação e Contrôle de Assessôres para o Colégio Interamericano de Defesa (CID).

Foram processadas as substituições de dois assessôres do CID, bem como proposto ao Exmo Sr Presidente da República a normalização da substituição daqueles assessôres em época própria, de acôrdo com o Regulamento do Colégio.

- Programa de Trabalho do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa para 1 966/67 -

Recebido e encaminhado aos Estados-Maiores das Fôrças Singulares para parecer, principalmente quanto à parte relativa ao Exame da Situação.

Está sendo elaborada, em conseqüência, neste Estado-Maior, uma diretriz para orientar a Delegação Brasileira na JID.

- Manual de Campanha - C-35-5 - "Operações Psicológicas" -

Foi recebido do Ministério da Guerra e restituído ao mesmo com o parecer dêste Estado-Maior, após ouvida a Escola Superior de Guerra.

- Manual de Vocábulos das Fôrças Armadas -

Esta publicação, já aprovada em sua redação inicial, após distribuída foi recolhida em face das impropriedades que apresentava. Após novo estudo neste Estado-Maior, foi designada uma Comissão com representantes das três Fôrças, a qual realiza, no momento, sua completa revisão.

- Manual de Campanha - C-100-5 - Operações -

Publicação do Ministério da Guerra, recebida pelo EMFA para parecer. No momento, encontra-se na Escola Superior de Guerra um exemplar, enquanto se realizam os estudos no EMFA.

- Manual de Símbolos e Abreviaturas -

Concluída sua revisão, aguarda impressão.

Trabalhos que prosseguirão em 1 967 -

- Revisão e publicação de Manuais.
- Estabelecimento de Doutrina para o Emprêgo de Meios Aeronaveis
- Bases para o Planejamento da Defesa do Continente.

4. 4ª SEÇÃO

- Programa de Expansão da Companhia Siderúrgica Nacional - Aspecto Econômico -

Foi, pelo Exmo Sr Presidente da República, submetido a êste Estado-Maior, o documento "Memória Justificativa sôbre o Programa de Expansão da CSN", que após cuidadoso estudo, mereceu todo o apoio dêste Órgão, tendo em vista tratar-se de empreendimento que visa a concorrer para a auto-suficiência do país no setor de uma indústria de base de alto interêsse militar.

- Comissão de Armamento, Munição e Explosivos de uso comum nas nas Fôrças Armadas -

A padronização de itens de suprimento de uso comum nas Fôrças Armadas, particularmente a relativa a armamento, munição e explosivos, de há muito, vem merecendo a atenção dêste Órgão. Assim, por Portaria nº 53/66, foi criada uma Comissão com representantes dêste EMFA e dos Ministérios Militares, a fim de equacionar o problema.

Os estudos sôbre o assunto vêm se desenvolvendo em rítmo normal.

- Comissão de Mísseis e Foguetes das Fôrças Armadas -

Uma política de mísseis e foguetes para as Fôrças Armadas, coordenada com políticas afins de âmbito científico, que já era antes uma necessidade, agora torna-se uma imposição. Assim pensando, êste Estado-Maior, atendendo a aspirações de Fôrça Singulares, propôs ao Exmo Sr Presidente da República a criação da Comissão de Mísseis das Fôrças Armadas para equacionamento e proposta de solução para o problema.

- Anteprojeto de Decreto-Lei Reestruturando a Fundação de Assistência ao Garimpeiro -

Trabalho submetido à apreciação do EMFA pelo Ministro do Trabalho vem merecendo cuidadosos estudos para efeito de parecer.

- Manual de Mobilização das Fôrças Armadas -

Em elaboração.

- Manual de Logística das Fôrças Armadas -

Em elaboração.

Trabalhos que prosseguirão em 1 967 -

- Elaboração dos Manuais de Mobilização e de Logística.
- Estudos relativos ao Grupo Permanente de Mobilização Industrial.
- Estudos relativos aos recursos minerais de valor estratégico.
- Padronização de suprimentos comuns às Fôrças Armadas.
- Política de mísseis e foguetes.
- Recursos do Programa de Assistência Mútua (PAM) dos EUA.
- Legislação relativa à garimpagem e faiscação.

- Capacidade de armazenamento de combustíveis.
- Reestruturação da Fundação de Assistência ao Garimpeiro.

V - ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE COMANDO DE ZONA DE DEFESA

Os Núcleos de Comando de Zona de Defesa desenvolveram em 1 966 , intensa atividade no que se refere à atualização de dados de planejamento, a par da elaboração de um Plano Militar.

Cumpre destacar entre os trabalhos realizados os seguintes:

1. NÚCLEO DE COMANDO DE ZONA DE DEFESA NORTE - NCZDN

- Levantamento Estratégico da Região Nordeste -

Baseado na Diretriz de Trabalho aos Núcleos para os anos de 65/66 de 31 Ago 65, emanada do EMFA, o NCZDN realizou estudos para a atualização do levantamento estratégico da região NE, em conseqüência da Viagem de Estudos realizada ao NE em setembro de 1 965, e deu início ao levantamento estratégico da Colômbia e Equador.

- Plano Militar da Amazônia Ocidental (PLAMAOC) -

Em cumprimento a nova Diretriz do Chefe do EMFA, de maio de 1 966, realizou o Núcleo uma viagem à Amazônia Ocidental, a fim de coligir dados de planejamento.

O esbôço de Plano ficou concluído em 13 Out 66, sendo apresentado ao Chefe do EMFA e Chefes de Seções, ao Comando Militar da Amazônia, 4º Distrito Naval, 1ª Zona Aérea e Grupamento de Elementos de Fronteira.

Posteriormente, o estudo foi de novo apresentado no EMFA , pelo NCZDN, para os Chefes de Estado-Maior das três Fôrças Singulares, a fim de serem estudadas as providências que deveriam ser adotadas, tendo em vista as condições apresentadas no relatório do NCZDN.

Prosseguem os estudos, com vistas às medidas a serem adotadas em face das conclusões chegadas.

- Tradução do Manual de Busca e Salvamento -

Trabalhos que prosseguirão em 1 967 -

- Tradução do Manual de Busca e Salvamento.
- Estudos sôbre à Amazônia Ocidental.

2. NÚCLEO DE COMANDO DE ZONA DE DEFESA SUL - NCZDS

- Atualização do Levantamento Estratégico do Espaço Geográfico a seu cargo

Foi feita a atualização integral, na parte relativa aos fatôres Fisiograficos, achando-se em pleno desenvolvimento a que se refere aos Fatores Militares.

No que se refere à Área 2 (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), estudos foram realizados, inclusive "in loco", com o objetivo de atualizar e complementar os dados e elementos informativos relativos ao Levantamento Estratégico do Espaço geografico a cargo do Nucleo, nas partes sob a responsabilidade dos Comandantes do III Exercito, 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea, bem como obter informações sôbre Defesa Territorial e Emprêgo inicial nos Teatros de Operações previstos.

- Cooperação de elementos do Núcleo nos Trabalhos de Atualização do Levantamento Estratégico do NCZDN

Trabalhos que prosseguirão em 1967

- Complementação da atualização do Levantamento Estratégico (Fator Militar) nas Áreas 1, 3, e 4.

- Atualização do Levantamento Estratégico dos demais fatôres.

3. NÚCLEO DE COMANDO DE ZONA DE DEFESA ATLÂNTICA - NCZDA

- Levantamento Estratégico da Área afeta ao NCZDA

Tiveram prosseguimento os trabalhos referentes ao levantamento estrategico da area afeta ao Nucleo.

Foram intensificadas as coletas de dados e informações através de visitas realizadas à industria localizada no Estado da Guanabara.

Trabalhos que prossegurão em 1967

O Núcleo prosseguirá em 1967 a executar as tarefas que lhe foram atribuídas pelas "Diretrizes de Trabalho aos Nucleos de Comando de Zona de Defesa" no que se refere ao Levantamento Estratégico da Área a seu cargo

VI - ATIVIDADES DAS COMISSÕES SUBORDINADAS AO EMFA

1. COMISSÃO ESPECIAL FAIBRAS - CEF

A Comissão Especial FAIBRAS (CEF) foi constituída em virtude da criação da Fôrça Armada Interamericana de Paz e do envio do Destacamento Brasileiro (FAIBRAS) para integrar a referida Fôrça na República Dominicana.

Era sua missão tratar, no Brasil, de todos os assuntos referentes ao Destacamento Brasileiro. Desenvolveu intensa atividade de coordenação com as Fôrças Singulares e de planejamento militar em benefício do FAIBRAS. Constituída nos moldes de um comando combinado provou, por sua eficiência, nas atividades de que se desincumbiu, uma excelente experiência brasileira nêsse terreno. Seu Estado-Maior foi constituído por oficiais das três Fôrças, inclusive elementos do Corpo de Fuzileiros Navais, e exercitou, até sua extinção em 5 de dezembro de 1 966, um perfeito trabalho de Estado - Maior Combinado.

Destacam-se, entre as suas atividades, o planejamento e a execução da substituição do 2º Grupamento do Destacamento em maio de 1 966 e do regresso definitivo do Destacamento em setembro ldo 1 966.

A "Operação Substituição" constituiu-se num transporte exclusivamente aéreo em que foram empregados os Aviões C-130 da Fôrça Aérea Brasileira, os quais durante 14 dias realizaram 28 viagens transportando 2 128 homens. Durante êsse período, os aviões, em vôos ininterruptos transportaram para Santo Domingo a tropa de substituição e no seu regresso, a tropa que havia completado o período previsto de permanência na República Dominicana.

A "Operação Retirada do FAIBRAS" constituiu-se num transporte, preponderadamente marítimo, em que foram empregados dois Navios Transportes da Marinha do Brasil, os quais durante o mês de setembro, em duas viagens de duração de 15 dias cada, transportaram 922 homens além de material pesado do Destacamento. A Fôrça Aérea Brasileira empregou 3 Aviões C-130 transportando o Comandante do Destacamento Brasileiro, o seu Estado-Maior e o restante da tropa.

No decorrer das duas operações a Comissão Especial FAIBRAS exerceu intensa e permanente atividade de coordenação, ligação e supervisão o que assegurou o sucesso de ambas as operações.

No período de 22 de maio de 1 965 a 20 de setembro de 1 966, tempo de permanência da tropa brasileira em Santo Domingo, a Fôrça Aérea Brasileira transportou 5 266 homens, 410 259 kg de carga num total de 115 vôos.

Para atender às despesas com o Destacamento Brasileiro em Santo Domingo foi concedido um crédito especial de 7.493.000.000 (sete bilhões e quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros),

distribuído pelas três Fôrças Singulares, sendo que dêsse crédito o Estado-Maior das Fôrças Armadas recebeu e empregou Cr$ ..... 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) no Brasil.

2. COMISSÃO DO SERVIÇO MILITAR (COSEMI)

Por dispositivo da legislação do Serviço Militar cabe ao EMFA a direção do Serviço Militar nas Fôrças Armadas, a fim de dar cumprimento a essa tarefa de execução, foi criada, neste Estado-Maior, em fevereiro dêste ano, a Comissão do Serviço Militar (COSEMI). Constituiu-se ela de militares das três Fôrças Singulares e tem a missão de dirigir o Serviço Militar nas Fôrças Armadas, bem como a de administrar o Fundo do Serviço Militar.

No decorrer de 1 966 além de sua própria instalação, exerceu, a COSEMI, atividade de divulgação não só da legislação sôbre serviço militar, no âmbito civil e militar, mas também da importância do serviço militar em relação à Segurança Nacional.

Especìficamente preparou o "Plano Geral de Convocação" as "Instruções Gerais (Provisórias) para a coordenação da Conscrição nas Fôrças Armadas".

Para atender às suas atribuições contou a COSEMI com os seguintes recursos -

Dotação Orçamentária para o ano de 1 966 - Cr$ 500.000.000

Assim aplicada -

EMFA	- Cr$ 150.000.000
Ministério da Guerra	- Cr$ 300.000.000
Ministério da Aeronáutica	- Cr$ 25.000.000
Ministério da Marinha	- Cr$ 25.000.000

Crédito Especial - Cr$ 150.000.000

Assim distribuído -

Ministério da Guerra	- Cr$ 100.000.000
Ministério da Aeronáutica	- Cr$ 25.000.000
Ministério da Marinha	- Cr$ 25.000.000

Êsses recursos foram aplicados de acôrdo com o Plano de Trabalho de cada uma das Fôrças e, no que diz respeito ao EMFA, na instalação da COSEMI, divulgação e propaganda do Serviço Militar, impressão de documentos diversos.

Para 1 967 a COSEMI, tem programada, dentre outras, a seguinte atividade -

Recrutamento - Elaboração do "Plano Geral de Convocação" para 1 967.

Reserva - Elaboração dos documentos fixados pelo Regulamento da Lei do Serviço Militar.

Finanças - Para 1 967 a dotação orçamentaria e de .....
750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões).

Cabe esclarecer que no decorrer de 1 966, por uma experiência ainda não vivida, houve grandes dificuldades de ordem burocrática para obtenção dos recursos financeiros relacionados com o Serviço Militar. Tanto isso é realidade que sòmente em fins de dezembro os Ministérios Militares e êste Estado-Maior conseguiram a liberação de suas verbas.

2. COMISSÃO DE OBRAS DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS EM BRASÍLIA - COEMFA

O EMFA prossegue, no momento, com as obras em Brasília, assim discriminadas:

- terminação do Edifício-Sede do EMFA;
- prosseguimento das obras do Hospital das Fôrças Armadas;
- construção de blocos residenciais para o EMFA.

Estas obras foram sensìvelmente aceleradas no ano de 1 966.

O Setor de Obras do EMFA, em Brasília, vem atuando dentro de uma programação com base orçamentária tanto com relação ao seu Edifício-Sede quanto ao Hospital das Fôrças Armadas.

Mediante convênios assinados com a NOVACAP, desde 1 964, vem o EMFA delegando a administração e execução de suas obras em Brasília, mantendo lá, apenas, um escritório de representação para coordenação e fiscalização. Esta política tem demonstrado êxito favorável.

Edifício-Sede - sito à Esplanada dos Ministérios, de tipo análogo aos demais edifícios ministeriais, com área total de ... 22 000 m^2, inclusive as dependências da garagem.

Iniciado em 1 964 com as fundações, em 1 965 teve prosseguimento a estrutura de concreto armado, e em 1 966 os serviços de acabamento do prédio foram contratados, estando prevista sua conclusão em meados de 1 967, restando apenas, então, a colocação de divisórias e o mobiliário para ficar em condições de ocupação.

No orçamento de 1 967 foram previstos os recursos para sua conclusão, inclusive o mobiliário necessário, no valor de Cr$ .... 3.250.000.000 (três bilhões e duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Hospital das Fôrças Armadas (HFA) - sito à Estrada do Contôrno do Bosque, em terreno todo cercado, com 22 Ha, na cota ... 1143 m de altitude, abrange área total de construção de 55.275 m^2, inclusive o setor residencial próprio.

As obras dos diferentes blocos do hospital têm sido inicia - das à medida que os respectivos projetos, devidamente aprovados , são completados, permitindo assim que sejam contratadas dentro dos recursos orçamentarios anuais.

Em 1966, o HFA se apresenta com as estruturas concluídas do Bloco de Hospitalização (23.500m^2, com 12 pavimentos), do Bloco de Serviços Gerais (4.700m^2 com 2 pavimentos para almoxarifado , cozinha, lavanderia e laboratorios de anatomia patologica), do Bloco de Administração (2.250m^2 com 2 pavimentos, tendo anexa a Escola de Enfermagem), dos Blocos de Garagem e Oficinas (2.600m^2), do Bloco de Ambulatorio (em início, com 7.000m^2 em um único pavimento), alem do Bloco de Corpo da Guarda e Portaria e da Residencia para o Diretor, ambos em final de construção.

No orçamento de 1967, no valor de Cr$ 5.020.000.000, foram previstos recursos para o prosseguimento dos diversos blocos de modo a permitir em 1968 o início do funcionamento parcial do Hospital, com cêrca de 150 leitos, e admite-se que para 1968 se obtenham os recursos necessarios para completar as obras dos blocos que ora constituem o HFA, porquanto no futuro, poderá ser acrescido de uma clínica geriátrica e de outras clínicas especializadas, tão reclamadas pela classe militar, podendo então êsse Hospital vir a ser um estabelecimento modelar e de alto nível profissional, onde se ofereça um atendimento digno da organização, sob orientação integrada, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Residências - A Administração do EMFA, sentiu que o problema residencial em Brasília não estava acompanhando o rítmo das demais obras, o que acarretaria a impossibilidade de transferência do EMFA para a Capital, por ocasião da terminação do Edifício-sede .

Em vista disso, foi solicitada do Ministério da Fazenda, em 22 Mar 66, a abertura de Crédito Especial no valor de Cr$ ... 4.000,000.000 (quatro bilhões de cruzeiros), para dar início a construção de 250 apartamentos necessários à instalação do pessoal do EMFA em Brasília.

Informando o processo, êste Estado-Maior reiterou a sua solicitação em 20 Jul 66. Em 19 Dez 66, o Ministério da Fazenda negou o crédito solicitado.

Paralelo a êsse pedido, foi também solicitado o crédito especial de Cr$ 1.000.000.000 para o mobiliario da sede do Estado-Maior das Forças Armadas, das residências e de parte do Hospital das Forças . Êste processo seguiu tramitação idêntica ao anterior e devolvido com a mesma negativa.

Nos entendimentos havidos com o Ministério do Planejamento e DASP foi impossível obter-se para o Orçamento de 1 967 a verba necessária prevista, sendo êste EMFA contemplado com Cr$ ..... 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros) para construção de blocos residenciais para o pessoal do EMFA e do HFA.

O preço médio de construção de cada bloco residencial é de Cr$ 1.400.000.000 (hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros). Preços de dezembro de 1 966.

O prazo de construção é de 12 meses.

A falta de recursos para residências e mobiliário trará dificuldades para a instalação do EMFA em Brasília.

Programa e Projetos para o ano de 1 967 -

Quanto aos recursos orçamentários é interessante apresentar a situação de Investimentos das Obras em curso em Brasília-

4.1.1.0 - Obras Públicas

- Construção do Hospital	Cr$ 1.520.000.000
- Construção da Sede	Cr$ 1.000.000.000
- Construção de residências do Hospital	Cr$ 2.000.000.000
- Construção de residências da Sede	Cr$ 1.000.000.000
TOTAL	Cr$ 5.520.000.000

4.1.2.0 - Instalação e Equipamento para Obras

- Para o Hospital	Cr$ 1.000.000.000
- Para a Sede	Cr$ 500.000.000
TOTAL	Cr$ 1.500.000.000

4.1.3.0 - Equipamento e Instalações

4.1.3.1 - Máquinas, Motores e Aparelhos

- Para o Hospital	Cr$ 1.500.000.000
- Para a Sede	Cr$ 1.000.000.000
TOTAL	Cr$ 2.500.000.000

4.1.4.0 - Material Permanente
08.00 - Mobiliário em Geral

- Para o Hospital	Cr$ 1.000.000.000
- Para a Sede	Cr$ 750.000.000
TOTAL	Cr$ 1.750.000.000

4. COMISSÃO DESPORTIVA DAS FÔRÇAS ARMADAS - CDFA

Êste Estado-Maior, através a Comissão Desportiva das Fôrças Armadas, participou ativamente nas competições militares internacionais e nacionais, obtendo resultados marcantes para o desporto militar:

- Enviando delegados a Assembléias e Congressos do "Conseil International du Sport Militaire" (CISM) e da Union Deportiva Militar Sudamericana (UDMS).

Promovendo competições entre as Fôrças Armadas e supervisionando, organizando, dirigindo ou treinando diversas equipes de militares das três Fôrças, no Brasil e no exterior, a saber:

No Brasil - Campeonatos das Fôrças Armadas:
- Futebol
- Natação
- Atletismo
- Basquetebol
- Tiro
- Volibol
- NAVAMAER

No Exterior - Campeonato do "Conseil International du Sport Militaire" (CISM) e "Unión Deportiva Militar Sudamericana" (UDMS):
- Pentâtlo Militar
- Vela
- Festival Sul-Americano de Cadetes.

É de se notar o alto nível das atuações das Equipes das Fôrças Armadas no exterior, com excelentes classificações, notadamente nos: Pentatlo Militar, Pentatlo Naval e Festival de Cadetes; e, ainda, a quebra de vários recordes no Festival Sul-Americano de Cadetes.

No tocante aos Campeonatos das Fôrças Armadas, o resultado, também, foi digno de nota, com saldo esportivo positivo.

Cumpre destacar que a participação do Brasil nos organismos internacionais é de suma importância, e a sua presença em seus congressos anuais realizados, deve ser mantida e até mesmo estimulada.

5. COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÕES DAS FÔRÇAS ARMADAS - CPCFA

Através a Comissão Permanente de Comunicações das Fôrças Armadas êste Estado-Maior participou das seguintes atividades:

- Atualização de fichário relativo aos serviços de Telecomunicações existentes no país e de interêsse das Fôrças Armadas. Assim, foram solicitadas às várias fontes, dados sôbre:
- Telecomunicações de órgãos e entidades federais e estaduais.
- Telecomunicações de emprêsas particulares.
- Radioamadorismo.

- Estações de radiodifusão sonora e de televisão e suas redes.
- Conclusões do trabalho enviado ao CONTEL, referente às medidas necessárias à Organização dos Serviços de Contrôle, Escuta e Localização de Estações Emissoras.
- Estudo visando a um melhor aproveitamento na utilização conjunta das rêdes militares de radiocomunicações na Amazônia.
- Prosseguimento do trabalho da Comissão de Estudo e Padronização dos Equipamentos Eletrônicos a serem empregados nas Fôrças Armadas.
- Prosseguimento da atualização de fichário e cadastro da Indústria de Equipamento e Componentes de Telecomunicações.

Trabalhos previstos para 1 967 -

- Elaboração do Manual de Comunicações das Fôrças Armadas.
- Estudo visando a um melhor aproveitamento, por parte dos Ministérios Militares, das Rêdes Civis de Telecomunicações existentes.

6. COMISSÃO MISTA EXECUTORA DO ACÔRDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS SÔBRE SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - CMEABEUSC

A Comissão Mista Executora do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre Serviços Cartográficos é o órgão do EMFA incumbido de participar da execução do Acôrdo Brasil-Estados Unidos sôbre assuntos cartográficos.

As fotografias aéreas do Brasil são obtidas pelo Aerial Survey Team - 10 (AST-10) da Fôrça Aérea Americana sob orientação do Interamerican Geodetic Survey (IAGS).

Devido às condições atmosféricas reinantes no Brasil as atividades aéreas foram realizadas no período compreendido entre 1º de abril e 31 de outubro.

Até o presente exercício foram obtidos os seguintes resultados:

1) Na escala de 1:60.000

- PJ 63-32 (ao sul do paralelo 14° S)

Milhas lineares previstas	215.613
Milhas lineares voadas	248.402
Milhas lineares aceitas	193.028
Número de rolos	666
Percentagem de execução	91,9%

- PJ 63-32 (ao norte do paralelo 14° S)

Milhas lineares previstas	217.031

Milhas lineares voadas ---------- 25.617
Milhas lineares aceitas ---------- 21.468
Número de rolos ---------- 59
Percentagem de execução ---------- 9,2%

2) Na escala de 1:20.000
recobrimento de cidades terminados : 31
recobrimento de cidades em execução: 10

São as seguintes as cidades cujos recobrimentos já foram terminados: Brasília, Aquidauana, Barretos, Araraquara, S. Carlos , Piracicaba, Campinas, São Paulo, Santos, Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá, Joinvile, Florianópolis, Lajes, Vacaria, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Pôrto Alegre, Rio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Livramento, Uruguaiana.

Estão em fase de elaboração 10 recobrimentos das seguintes cidades: Corumbá, Pôrto Murtinho, Maceió, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montes Claros, Campo Grande, Ribeirão Prêto, Cachoeiro do Itapemerim, Angra dos Reis.

Das atividades realizadas pelo AST-10, o Brasil dispõe no momento de 90.842 negativos de fotografias, na escala de 1:60.000, cobrindo uma área aproximada de 3.700.000 km^2, sendo que ao sul do paralelo 14°S já foram fotografados 91,9% do território nacional.

Êste volume de fotografias se constituiu em uma preocupação para êste Estado-Maior, pois que é indispensável o seu aproveitamento, para confecção de cartas do Brasil na escala de 1:100.000 e 1:250.000. Êsse aproveitamento é urgente para que não se perca material sensível tão importante, atual e volumoso, como também se consiga preencher uma lacuna tão sentida no Brasil, a falta de cartas, para o estudo de todo e qualquer projeto ou planejamento, civil ou militar.

Com essa preocupação em mente desenvolveu êste Estado-Maior uma série de estudos, tendo em vista o "Aproveitamento Cartográfico da Cobertura Aerofotográfica do Brasil".

7. COMISSÃO PERMANENTE DE MATERIAL E PESQUISAS MILITARES - CPMPM

Procedeu êste Estado-Maior aos seguintes estudos através a Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares:

- Estudo para padronização do equipamento eletrônico a ser empregado pelas Fôrças Armadas.
- Estudos relativos à análise do problema atual do carvão nacional quanto ao seu aspecto econômico e social, visando o seu

preço justo, tendo em vista a produção de aço em condiçoes competitivas no mercado internacional.

- Estudo sôbre o problema dos minérios.
- Estudo dos têrmos do protocolo de intenção entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Grupo da Companhia Auxiliar de Emprêsa de Mineração (CAEMI) para exportação do minério de ferro.

VI - OUTRAS COMISSÕES DO EMFA

Além das comissões ressaltadas no item anterior, tôdas de caráter permanente, outras funcionaram, em 1 966, neste Estado-Maior.

Em sua maioria tratam-se de Comissões de caráter temporário, organizadas com a finalidade de estudar e propor soluções ou pareceres sôbre assuntos que envolvem interêsses das três Fôrças Armadas.

Algumas delas já foram extintas em face da conclusão dos trabalhos que lhe tinham sido cometidos.

- COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS
- COMISSÃO DE ARMAMENTO, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS DAS FÔRÇAS ARMADAS
- COMISSÃO ENCARREGADA DE ESTUDAR E APRESENTAR UM PROJETO DE NOVA ORGANIZAÇÃO PARA O EMFA
- COMISSÃO PARA ESTUDAR E APRESENTAR UM PROJETO DE NOVA LEGISLAÇÃO SÔBRE MEDALHA DE SANGUE, EM CONDIÇÕES DE ATENDER AO PESSOAL DAS TRÊS FÔRÇAS SINGULARES
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA APRESENTAR UM PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DAS FÔRÇAS ARMADAS
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA NOVA LEI QUE REGULARÁ A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MILITARES PELOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAR AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE DOS CONSCRITOS
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAR AS INSTRUÇÕES GERAIS SÔBRE O SERVIÇO MILITAR DE BRASILEIROS RESIDENTES NO EXTERIOR
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ESTUDAR UM ANTEPROJETO DE REORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FUNERÁRIA NAS FÔRÇAS ARMADAS
- COMISSÃO INTERPRETATIVA DO CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES
- COMISSÃO PERMANENTE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA
- COMISSÃO DE REVISÃO DO MANUAL DE VOCÁBULOS
- COMISSÃO REVISORA DO FA-M-09/53
- GRUPO DE TRABALHO SÔBRE ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES DOS ADIDOS MILITARES DO BRASIL

- GRUPO DE TRABALHO ENCARREGADO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS DE ESTUDOS DE MÍSSEIS PELOS INSTITUTOS E DIRETORIAS DE PESQUISAS DAS FÔRÇAS ARMADAS
- GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DAS ÁREAS SIGILOSAS DO TERRITÓRIO NACIONAL E LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE
- GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO.

Além das citadas Comissões, funcionou, subordinado ao EMFA, o SERVIÇO DE ASSITÊNCIA RELIGSA DAS FÔRÇAS ARMADAS - SARFA.-

Órgão destinado ao trato de todos os problemas concernentes a assistência religiosa no âmbito das Fôrças Armadas.

VIII - REPRESENTAÇÃO DO EMFA EM DIFERENTES ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO

O EMFA em 1 966 participou diretamente do estudo dos mais variados problemas, alguns da mais alta magnitude, ligados à conuntura nacional.

Como membro nato, o seu próprio Chefe fêz parte da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CDI e do GRUPO EXECUTIVO DA INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - GEIPOT.

Através seus representantes esteve presente às discussões e estudos relacionados com os mais deiversificados assuntos de âmbito nacional que interessam à segurança do país.

Manteve representantes nos seguintes organismos:

- CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
- CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
- CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
- CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS
- CONSELHO DELIBERATIVO DA SUNAB
- CONSELHO FERROVIÁRIO NACIONAL
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
- CONSELHO NACIONAL DO SESI
- CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES
- CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
- CONSELHO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
- CONSELHO DA COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL
- CONSELHO DO GRUPO DE ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS
- COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

- COMISSÃO DE ESTUDOS CONVOCADA PARA REALIZAR UMA NORMALIZAÇÃO ÉTICA QUE SE FAZ NECESSÁRIA NO ESTUDO DA NB/140, NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE MEMÓRIA DISCRITIVA E DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA CONSTRUÇÃO CIVIL
- COMISSÃO DE ESTUDO E PADRONIZAÇÃO DE EQUIPAMANTOS ELETRÔNICOS
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO POSTAL-TELEGRÁFICO
- COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE NAVIOS
- COMISSÃO DESTINADA A ELABORAR O PLANO DE CARTOGRAFIA TERRESTRE NACIONAL
- COMISSÃO DESTINADA À ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA
- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
- COMISSÃO NACIONAL DE HEMOTERAPIA
- COMISSÃO NACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)
- GRUPO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SETOR DA INDÚSTRIA MECÂNICA E ELÉTRICA
- GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE TELECOMUNICAÇÕES
- GRUPO DE TRABALHO DE BRASÍLIA
- GRUPO DE TRABALHO PARA ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE NAVIOS
- GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE ESTUDAR A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTRÔLE, ESCUTA E LOCALIZAÇÃO DE ESTAÇÕES EMISSORAS
- GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.

Vale aqui assinalar, ainda, os Organismos Militares Internacionais em que o EMFA manteve representantes em 1 966, visando a resguardar os interêsses do Brasil, e, que foram os seguintes:

- COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA
- COMISSÃO MISTA DE DEFESA BRASIL-ESTADOS UNIDOS
- JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA
- INTER AMERICAN GEODETIC SURVEY (IAGS)
- CONSEIL INTERNATIONAL DU SPORT MILITAIRE (CISM)
- UNIÓN DEPORTIVA MILITAR SUDAMERICANA (UDMS).

Rio de Janeiro, GB, 20 de janeiro de 1967

Ten Brig NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY
Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas

2M.21.1,p.30/128

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

2ª PARTE

CONFIDENCIAL

1. OBSERVAÇÕES

Criado pelo Decreto-Lei nº 9.520, de 25 de julho de 1946 e alterado pela Lei nº 600-A, de 24 de dezembro de 1948, seu Regulamento foi aprovado pelo Decreto número 26.607, de 27 de abril de 1949.

A organização prevista pela legislação acima foi sentida deficiente na parte administrativa, e, através de um Regulamento Interno, pôsto em vigor pela portaria nº 4/59-G, de 1º de outubro de 1959, foi alterada sua estrutura aparecendo como inovações principais a Secretaria chefiada pelo Capitão Adjunto do Gabinete e uma Divisão Administrativa chefiada por um Tenente-Coronel combatente.

Hoje, mais uma vez, devido a seu desenvolvimento, ressente-se novamente o Órgão de uma nova reestruturação, devendo no entanto agora, atingir tôda sua estrutura.

2M.21.1, p. 32/128

2 - EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CHEFIA

2.1 - CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS -

Almirante-de-Esquadra LUIZ TEIXEIRA MARTINI
- De 1º Jan a 11 Abr 66.
Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY
- De 12 Abr a 21 Jul 66.
Almirante-de-Esquadra ARNOLDO TOSCANO
- De 22 Jul a 28 Jul 66 (interinamente).
Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY
- De 29 Jul a 31 Dez 66.

2.2 - CHEFIA DO GABINETE

C M G - MANOEL ABUD
- De 1º Jan a 14 Abr 66.
Cel Av - OSCAR DE SOUZA SPÍNCLA JÚNIOR
- De 15 Abr a 4 Set 66.
Ten Cel - OSMAR MACEDO DOS SANTOS
- De 5 Set a 29 Set 66 (interinamente).
Cel Av - OSCAR DE SOUZA SPÍNOLA JÚNIOR
- De 30 Set a 31 Dez 66.

2.3 - SUBCHEFIA (MARINHA)

C Alte - JOSÉ PAULO DE ALBUQUERQUE GUILLOBEL
- De 1º Jan a 25 Ago 66.
C M G - JOSÉ DA SILVA SÁ EARP
- De 26 Ago a 20 Out 66 (interinamente).
C Alte - ATTILA FRANCO ACHÉ
- De 21 Out a 31 Dez 66.

2.4 - SUBCHEFIA (EXÉRCITO)

Gen Bda - REYNALDO MELLO DE ALMEIDA
- De 1º Jan a 9 Out 66.
Cel - JOSÉ FRAGOMENI
- De 10 Out a 31 Dez 66 (interinamente).

2.5 - SUBCHEFIA (AERONÁUTICA)

Brig Ar - PAULO SOBRAL RIBEIRO GONÇALVES
- De 1º Jan a 31 Dez 66.

2.6 - 1ª SEÇÃO

C M G - ERNESTO DE MOURÃO SÁ
- De 1º Jan a 10 Fev 66.

2M.21.1, p.33/128

C M G - PAULO ANTONIOLLI
- De 11 Fev a 25 Ago 66.
C M G - JOSÉ JULIO DE SOUZA GOMES GALVÃO
- De 26 Ago a 31 Dez 66.

2ª SEÇÃO

Cel Av - HORÁCIO MONTEIRO MACHADO
- De 1º Jan a 7 Mar 66
Cel Eng - ADIB MURAD
- De 8 Mar a 1º Mai 66 (interinamente)
Cel Av - MARIO SOARES CASTELIO BRANCO
- De 2 Mai a 2 Ago 66.
Cel Eng - ADIB MURAD
- De 3 Ago a 5 Set 66 (interinamente).
Cel Av - CARLOS JULIO AMARAL DA CUNHA
- De 6 Set a 31 Dez 66.

2.8 - 3ª SEÇÃO

Cel Art - ALZIR BENJAMIN CHALOUB
- De 1º Jan a 31 Dez 66.

2.9 - 4ª SEÇÃO

Cel Eng - ANTONIO ANDRADE DE ARAÚJO
- De 1º Jan a 15 Mai 66.
Cel Cav - JOSÉ FRIGOMENI
- De 16 Mai a 31 Dez 66.

2.10- CHEFIA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Maj - WALTER SOUTO RODRIGUES
- De 1º Jan a 25 Jan 66 (interinamente).
Ten Cel - PAULO IGNACIO DOMINGUES
- De 26 Jan a 4 Set 66.
Maj - CARLOS HENRIQUE POESTER COMBA
- De 5 Set a 23 Nov 66.
Ten Cel - PAULO IGNACIO DOMINGUES
- De 24 Nov a 31 Dez 66.

2.11- CHEFIA DO NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA ATLÂNTICA

V Alte - ÂNGELO NOLASCO DE ALMEIDA
- De 1º Jan a 16 Jan 66.
C Alte - JOSÉ PAULO DE ALBUQUERQUE GUILLOBEL
- De 17 Jan a 17 Mar 66 (interinamente).

2M.21.1, p.34/128

V Alte - FRANCISCO DUQUE GUIMARÃES
- De 18 Mar a 22 Set 66.
C M G - ÁLVARO CALHEIROS
- De 23 Set a 17 Out 66. (interinamente).
V Alte - MAURÍCIO DANTAS TORRES
- De 18 Out a 31 Dez 66.

2.12 - CHEFIA DO NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA SUL

Gen Div - MOACIR ARAUJO LOPES
- De 1º Jan a 31 Dez 66.

2.13 - CHEFIA DO NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA NORTE

Maj Brig - HOMERO SOUTO DE OLIVEIRA
- De 1º Jan a 9 Mai 66.
Maj Brig - ANTONIO JOAQUIM DA SILVA GOMES
- De 10 Mai a 31 Dez 66.

2.14 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MATERIAL E PESQUISAS MILITARES

Gen Div - ADMAR DE OLIVEIRA E CRUZ
- De 1º Jan a 17 Mai 66.
Gen Div - RAUL DE ALBUQUERQUE
- De 18 Mai a 9 Out 66.
C Alte - OSWALDO LINS
- De 10 Out a 31 Dez 66.

2.15 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÕES DAS FÔRÇAS ARMADAS

C M G - HENRY BRITISH LINS DE BARROS
- De 1º Jan a 18 Jan 66.
Ten Cel Esp Com - FREDERICO SCHUELLER BARBOSA
- De 19 Jan a 1º Mai 66.
Cel Art "T" - BENJAMIN DA COSTA LAMARÃO
- De 2 Mai a 31 Dez 66.

2.16 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DESPORTIVA DAS FÔRÇAS ARMADAS

C M G - JOSÉ DA SILVA SÁ EARP
- De 1º Jan a 31 Dez 66.

2.17 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DO SERVIÇO MILITAR

Cel - SYLVIO NOVAES
- De 15 Fev (Criação da COSEMI) a 31 Dez 66.

2M.21.1,p.35/128

2.18 - CHEFIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DAS FÔRÇAS ARMADAS

Coronel-Capelão - Dom ALBERTO TREVISAN
- De 1º Jan a 31 Dez 66.

2.19 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Mal R/1 - NILO AUGUSTO GUERREIRO LIMA
- De 1º Jan a 28 Set 66.
Maj Brig - ARMANDO SERRA DE MENEZES
- De 29 Set a 31 Dez 66.

2.20 - COMANDANTE DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Ten Brig - HENRIQUE FLEIUSS
- De 1º Jan a 27 Set 66.
Gen Ex - ANIÉLIO DE LYRA TAVARES
- De 28 Set a 31 Dez 66.

****

3 - ATIVIDADES DAS SUBCHEFIAS

3.1 - SUBCHEFIA (MARINHA)

3.1.1 - TRABALHOS REALIZADOS

- Estudo de uma nova organização para o Estado-Maior das Fôrças Armadas.

3.1.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Estudo de uma nova organização para o Estado-Maior das Fôrças Armadas.

3.2 - SUBCHEFIA (EXÉRCITO)

3.2.1 - TRABALHOS REALIZADOS

- Chefia da Comissão Especial FAIBRAS (CEF);
- Chefia da Comissão de Coordenação e Estudo do Anteprojeto da Nova Constituição Brasileira;
- Representação do Estado-Maior das Fôrças Armadas junto ao Conselho Nacional de Transportes (CNT-MVOP) - Indicações e Pareceres em diversos processos do Ministério da Viação e Obras Públicas (Parte nº 90-SC/Ex, de 9 Dez 66).

3.2.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Representação do Estado-Maior das Fôrças Armadas junto ao Conselho Nacional de Transportes (CNT-MVOP).

3.3 - SUBCHEFIA (AERONÁUTICA)

3.3.1 - TRABALHOS REALIZADOS

- Planejamento e execução do programa de recepção e roteiro da visita do COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA - CID ao Brasil, no período de 17 a 21 de fevereiro de 1 966. (Ofício nº 21-SCAer, de 7 Dez 66);
- Planejamento e execução do programa de recepção e roteiro da visita do BRITISH IMPERIAL DEFENCE COLLEGE ao Brasil, no período de 23 a 29 de agôsto de 1 966. (Ofício nº 21-SCAer, de 7 Dez 66);
- Estudo da Reorganização do Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas (SARFA);
- Coordenação com o Estado-Maior da Aeronáutica para o transporte aéreo da tropa brasileira do Destacamento - FAIBRAS - operação substituição - e retirada do Destacamento "FAIBRAS" da República Dominicana;
- Coordenação com o Estado-Maior da Aeronáutica para atendimento das missões de transporte aéreo de interêsse do EMFA;

- Representação do Estado-Maior das Fôrças Armadas nos trabalhos da Comissão de Estudo do Aumento do Funcionalismo Civil e Militar.

3.3.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Estudo da reorganização do Serviço de Assistência Religiosa das Fôrças Armadas (SARFA);
- Coordenação com o Estado-Maior da Aeronáutica para atendimento das missões de transporte aéreo de interêsse do EMFA.

****

2M-21-1, p. 38/128

4 - ATIVIDADES DAS SEÇÕES DE ESTADO-MAIOR

4.1 - 1ª SEÇÃO

4.1.1 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos já citados na 1ª Parte dêste Relatório, mais os seguintes:

- Criação de distintivo para o Curso de Informações da Escola Superior de Guerra;
- Revisão da legislação concernente às Delegações Brasileiras na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos;
- Consolidação do Clube das Fôrças Armadas com sede em Brasília, DF. - Exposição de Motivos propondo que seja declarado de utilidade pública.

4.1.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Além dos citados na 1ª Parte, mais o seguinte:

- Criação de distintivo para o Curso de Informações da Escola Superior de Guerra.

4.2 - 2ª SEÇÃO

4.2.1 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte dêste Relatório, mais os seguintes:

- Organização do arquivo referente aos Adidos Militares brasileiros e estrangeiros;
- Organização do arquivo referente às informações externas, por país ou por áreas;
- Levantamento dos trabalhos de pesquisas realizados no Brasil, por grupos estrangeiros;
- Elaboração dos Sistemas de Cifras PRESEMFA e PRESEMFA alternativo, para ligações sigilosas com a Presidência da República;
- Recebimento dos arquivos e documentos da extinta Comissão Especial FAIBRÁS (CEF);
- Contrôle e coordenação em tôrno das pesquisas técnico-científicas realizadas no Brasil, por entidades estrangeiras devidamente autorizadas;
- Coordenação da visita ao Brasil do BRITISH IMPERIAL DEFENCE COLLEGE.

4.2.2 - TRABALHOS EM COMISSÃO

- Plano Geral de Cartografia Terrestre - Representante do EMFA no IBGE;
- Estudo de uma nova organização para o Estado-Maior das Fôrças Armadas;

- Viagens de estudos a diversas regiões do País;
- Representação permanente do EMFA junto ao Ministério das Relações Exteriores.

4.2.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Além dos já citados na 1ª Parte, mais os seguintes:

- Representação permanente do EMFA junto ao Ministério das Relações Exteriores;
- Contrôle e Coordenação em tôrno das pesquisas técnico científicas realizadas no Brasil por entidades estrangeiras devidamente autorizadas.
  (Maiores detalhes, Parte-Reservada nº 010-B, de 15 Dez 66).

4.3 - 3ª SEÇÃO

4.3.1 - TRABALHOS REALIZADOS

- Processamento de matrículas na Escola Superior de Guerra para os anos de 1 966 e 1 967;
- Coordenação para a realização de várias conferências na Escola Superior de Guerra;
- Conferência realizada por oficiais da 3ª Seção na Escola de Artilharia de Costa Antiaérea;
- Coordenação da visita da Escola Superior de Guerra aos Estados Unidos da América;
- Coordenação das visitas do Comandante-em-Chefe do Exército Sul-Africano e do Major-General DONOHEW, Diretor do CID, ao Brasil;
- Viagens de estudos e de instrução a diversas regiões do Brasil;
- Criação de uma Escola Superior de Desenvolvimento;
- Instruções Gerais para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa;
- Concessão de privilégios e imunidades aos membros da Junta Interamericana de Defesa;
- Programa de trabalho do Estado-Maior da JID para o biênio 66/67;
- Operação UNITAS VII - Conferência de Planejamento;
- Brasil-Paraguai - realização de estudos no Estado - Maior do Exército, em face da situação;
- Nova Constituição Federal - Exame do projeto;
- Seminário sôbre Administração para a Defesa - coordenação, visando a participação do Brasil;
- Plano para "Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano da JID" - estudo;

2M.21.1,p.40/128

- Retirada do Destacamento "FAIBRAS" da República Dominicana;
- Nomenclatura de Equipamentos Eletrônicos;
- Independência da Guiana Inglêsa e a criação de Territórios Militares em Zonas Fronteiriças;
- Acôrdo de Cooperação para a utilização de Energia Atômica entre o Brasil e a Suiça;
- SUEZ - redução dos efetivos militares brasileiros na UNEF;
- Planejamento Urbano e Rural do Território Brasileiro.

4.3.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Além dos citados na 1ª Parte, mais os seguintes:

- Plano Militar da Amazônia Ocidental;
- Estudo de uma nova organização para o EMFA;
- Prosseguimento das matrículas na ESG para 1 967 (conclusão).

4.4 - 4ª SEÇÃO

4.4.1 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte, mais os seguintes:

- ESTUDOS:
- Ferrovia transcontinental - Apreciação de estudos;
- Extinção dos Conselhos Setoriais de Transporte;
- Regularização das atividades dos médicos militares;
- Política de prêço do carvão nacional;
- Tratamento a ser dado ao material norte-americano fornecido ao FAIBRAS, na República Dominicana;
- Ajuste para devolução de material em desuso do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos;
- Refinaria de Manáus - aspectos políticos e econômicos de sua ampliação;
- Auditoria da 11ª Região Militar - sede e residências;
- Análise da organização do GEIPOT e dos trabalhos por êle realizados durante o ano de 1 966 (Fase I);
- Organização das atividades do GEIPOT para o ano de .. 1 967 (Fase II);
- Nova organização para o EMFA;
- Conselho de Justificação e de Disciplina nas Fôrças Armadas.

- PARECERES:
- Construção de novas ferrovias - Tronco Sul e Pires do Rio - Brasília,DF;
- Anteprojeto de Decreto-Lei complementando disposições

da Lei nº 4 504/64, que dispõe sôbre o Estatuto da Terra;

- DIRETRIZES:
- Diretrizes para a Escola Superios de Guerra, nos aspectos relacionados com a Logística e a Mobilização.
- VIAGENS DE ESTUDOS:
- Várias viagens de estudos a diversas regiões do País.

4.4.2 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Os citados na 1ª Parte do presente Relatório.

****

5 - ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

5.1 - GENERALIDADES

A Divisão Administrativa está subordinada ao Chefe do Gabinete que exerce as funções de Agente-Diretor. Ao Chefe da Divisão Administrativa incumbe exercer as funções de Fiscal Administrativo bem como planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos sob sua Chefia.

5.2 - SEÇÕES SUBORDINADAS

Estão subordinadas a Divisão Administrativa as seguintes Seções:

- Seção Administrativa;
- Almoxarifado;
- Serviço de Transporte;
- Administração do Palácio Monroe;
- Bibliotéca.

5.3 - EFETIVOS

A Divisão Administrativa vem tendo de ano para ano os seus encargos aumentados não só em decorrência da constante evolução do Órgão, mas, também, em virtude da criação de novas Comissões, como sejam: A Comissão Especial FAIBRAS, criada em 1 965, a qual teve seus trabalhos concluídos em 5 Dez 66 e a Comissão do Serviço Militar - COSEMI, criada no presente exercício.

O acréscimo de encargos não foi acompanhado da reestruturação dos seus quadros de pessoal, motivo pelo qual tem sido necessários a introdução de métodos racionais de trabalho a fim de compensar , em parte, esta deficiência e que a missão da Divisão Administrativa e as Seções que lhe estão subordinadas não seja prejudicada.

5.4 - ADMINISTRAÇÃO

5.4.1 - ACOMODAÇÕES E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O prédio onde funciona êste Estado-Maior foi cedido a título precário pelo Senado Federal.

O EMFA recebeu o Palácio Monroe com suas instalações necessitando vários reparos para seu uso e conveniente aproveitamento.

Foram executados vários investimentos para pintura e reparos de suas instalações tais como:

- Pinturas da cúpula central, de duas subchefias, corredores, elevadores, várias portas e janelas e o Corpo da Guarda.

  Foram também dedetizadas tôdas as dependências do Edifício.

- Reparos em geral do telhado motivado por temporal desabado em janeiro sôbre o Estado, obra realizada pela "Construtora SOTTE LTDA". Os gastos foram de Cr$ ..... 4.316.331 (Quatro milhoẽs, trezentos e dezesseis mil e trezentos e trinta e um cruzeiros).
- Também foram feitos reparos e revisão geral no sistema de ar refrigerado, instalações elétricas e de abastecimento de água.
- Esta administração opina que, para 1 968, sejam feitas obras de recuperação total do Palácio Monroe dada sua precária condição de conservação externa.

5.4.2 - ADMINISTRAÇÃO DO NUMERÁRIO

O EMFA recebe numerário de duas fontes:

a) - Ministério da Fazenda: Dotação constante do orçamento geral da União, destinado ao pagamento do pessoal civil, aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, encargos diversos e investimentos em obras públicas, tendo em vista a construção, em Brasília, do Edifício Sede do EMFA, Hospital das Fôrças Armadas e Residências para o Pessoal Civil e Militar.

No corrente exercício os recursos orçamentários foram aplicados obedecidas às normas legais, tendo sido saldados todos os compromissos assumidos pelo EMFA, sendo ainda adquiridos material permanente e de consumo que poderão atender às necessidades normais até o 1º trimestre de 1967. As prestações mensais foram apreciadas pela Contadoria Seccional e Delegação do Tribunal de Contas que julgaram as despesas realizadas dentro das exigências legais.

Movimento de Receita e Despesa - conforme ANEXO 1.

b) - Ministério da Guerra: O EMFA recebeu do Estabelecimento Central de Finanças do Exército o numerário abaixo discriminado para atender ao pagamento do pessoal militar do Exército em serviço neste Órgão. Os militares das outras Fôrças recebem seus vencimentos diretamente dos respectivos Ministérios a que pertencem.

Movimento de Receita e Despesa: - Numerário requisitado do Estabelecimento Central de Finanças do Exército para pagamento de pessoal militar:

TOTAL BRUTO RECEBIDO..... Cr$ 700.224.650
TOTAL BRUTO PAGO..... Cr$ 700.224.650

Foram recebidos dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica o numerário correspondente ao recolhimento das Fôrças Singulares para formação do Fundo de Ração de Reserva, como segue:

- Ministério da Marinha..... Cr$ 9.140.000
- Ministério da Guerra..... Cr$10.113.577
- Ministério da Aeronáutica..... Cr$ 1.623.455

5.5 - CONCLUSÃO

5.5.1 - PROGRAMA E PROJETOS DO ANO DE 1 966 - ORÇAMENTO DO EMFA

A Lei nº 4 900, de 10 de dezembro de 1 965, publicada no Suplemento ao Diário Oficial nº 240, de 1 965, consignou ao EMFA a importância de Cr$ 4.965.540.000 (Quatro bilhões novecentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros), para atendimento da organização durante o ano de 1 966.

Dentro do programa para 1 966, as verbas de despesas correntes foram suficientes, cobrindo tôdas as necessidades de Custeio, Material de Consumo, Serviços de Terceiros, etc.

No entanto, quanto às verbas de capital, dentro do programa de Investimento para prosseguimento das obras do Hospital das Fôrças Armadas, em Brasília, os numerários permitiram um andamento relativo, com sérios prejuízos para o que foi planejado, em face da obrigatoriedade do cumprimento do previsto no Art 1º da Lei nº 4 900, que criou o Fundo de Reserva.

O Fundo de Reserva, neste Órgão, incidiu sôbre a Categoria Econômica 4.1.1.0 - Obras Públicas e 4.1.1.3 - Prosseguimento e Conclusão de Obras, obrigando a uma diminuição no rítmo de trabalho da Construção do Hospital, uma vez que, até a presente data, o Ministério da Fazenda não liberou a quantia de Cr$ 1.027.700.000 (um bilhão , vinte e sete milhões e setecentos mil cruzeiros), destinados integralmente às obras do Hospital.

Tal situação encareceu a obra em face das correções monetárias causadas pelo surto inflacionário, obrigando a criação de novos planos que incidirão diretamente no Orçamento de 1 967/68.

No ano de 1 966 as obras da sede do EMFA foram realizadas por conta da Verba Orçamentária da NOVACAP, tendo êste Órgão apenas dispendido o montante de 719 milhões e 100 mil cruzeiros de Restos a Pagar de 1 965, com os mesmos inconvenientes do FUNDO DE RESERVA acima explicado ,

2M.21.1, p.45/128

uma vez que tal quantia foi entregue ao Órgão segundo o cronograma abaixo:.....

- Agôsto ..... Cr$ 150.834.711
- Setembro..... Cr$ 198.903.494
- Outubro..... Cr$ 369,361,795

TOTAL..... Cr$ 719.100.000

Além da Verba Orçamentária recebeu o EMFA a quantia de Cr$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para o FAIBRAS, em conseqüência do Decreto nº 58 828, de 15 de junho de 1966, como crédito especial àquela Fôrça. O referido Decreto distribuiu, além da quantia acima ao EMFA pròpriamente dito, concedeu outros recursos às Fôrças Singulares conforme cronograma abaixo, cabendo a cada Ministério requisitar seu próprio numerário junto ao Ministério da Fazenda.

- Estado-Maior das Fôrças Armadas... Cr$ 20.000.000
- Ministério da Marinha..... Cr$ 2.174.000.000
- Ministério da Guerra ..... Cr$ 5.146.000.000
- Ministério da Aeronáutica ..... Cr$ 153.000.000

A quantia de Cr$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) atendeu perfeitamente às necessidades do FAIBRAS junto a êste Órgão, não havendo necessidade de requisição para o segundo semestre de 1966.

A COSEMI, Órgão criado no corrente ano, recebeu no Orçamento do EMFA, na categoria 4.1.2.0 - Regime de Programação Especial, a quantia de Cr$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) para atendimento do Serviço Militar. O EMFA em Aviso nº 44 de 22 Mar 66, solicitou ao Tribunal de Contas da União a redistribuição da quantia de Cr$... 350.000.000 (trezentos e cinqüenta milhões de cruzeiros) conforme distribuição abaixo, para refôrço as Verbas das Fôrças Singulares, na execução da Legislação do Serviço Militar:

- Ministério da Marinha ..... Cr$ 25.000.000
- Ministério da Guerra ..... Cr$ 300.000.000
- Ministério da Aeronáutica ..... Cr$ 25.000.000

Por ocasião da confecção do Orçamento Analítico do EMFA houve divergência na classificação desta Verba, criando-se no fim do exercício, dúvidas quanto a vinculação da mesma, se vinculada à Fundo ou se consignada como orçamentária, já agora solucionada pelo Ministério da Fazenda.

Como refôrço a Verba de Cr$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) foi solicitado pelo EMFA, em Aviso

2M 21.1, p. 46/128

nº 42-B, de 12 Set 66, um Crédito Suplementar ao Ministério da Fazenda, de Cr$ 150.000.000 (Cento e cinquenta milhões de cruzeiros), tendo aquêle alto Órgão da República atendido através de Decreto nº 59 589, de 24 Nov 66.

Êste Órgão também solicitou ao Tribunal de Contas da União em Aviso nº 56, de 6 Dez 66, a redistribuição do crédito acima às Fôrças Singulares, tendo aquêle Tribunal atendido, em Sessão de 9 Dez 66, segundo a distribuição abaixo:

- Ministério da Marinha..... Cr$ 25.000.000
- Ministério da Guerra..... Cr$ 100.000.000
- Ministério da Aeronáutica..... Cr$ 25.000.000

A Escola Superior de Guerra, órgão subordinado ao EMFA, recebeu no seu orçamento, Lei nº 4 900, de 10 Dez 65, a quantia de Cr$ 367.664.000 (trezentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) para aplicação nas diferentes categorias econômicas daquela Escola. Julgando insuficiente a sua verba orçamentária, pediu ao EMFA, em Aviso nº 39 de 26 Ago 66, um Crédito Suplementar de Cr$ 98.500.000 (noventa e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) a fim de suprir necessidades daquela Escola, tendo o Diário Oficial nº 240, de 21 Dez 66 publicado o Decreto nº 59 821, de 20 Dez 66, atendendo parte daquela solicitação, ao abrir à Escola Superior de Guerra um Crédito Suplementar de Cr$ 76.000.000 - (setenta e seis milhões de cruzeiros) para refôrço das dotações orçamentárias do vigente exercício.

Foram, também, solicitados no presente exercício financeiro, em Avisos nºs 42 de 22 Mar 66 e 43 de 22 Mar 66, as quantias de 1 bilhão e 4 bilhões de cruzeiros, respectivamente, para o início das obras de construção de residências para o pessoal civil e militar lotado no EMFA e Hospital. Tais solicitações ainda não foram solucionadas pelo Ministério da Fazenda, criando-se, em conseqüência, sérios embaraços para a transferência dêste Órgão, no próximo ano, para Brasília, uma vez que a Sede do EMFA estará pronta no primeiro trimestre de 1 967, de acôrdo com a Planificação traçada entre a COEMFA e a NOVACAP.

5.5.2 - ATIVIDADES

A Divisão Administrativa executou tôdas as tarefas previstas para o ano de 1 966, salientando-se:

- Pagamento das Subvenções previstas na Lei Orçamentária: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção

2M-21.1, p. 47/128

de Brasília e Seção de Recife, Cr$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), respectivamente a cada associação.

- Não foi paga a subvenção à Seção de Vitória porque até a presente data aquela Associação não apresentou a documentação exigida para tais pagamentos.

- Foram realizados dois novos aditamentos ao Convênio celebrado entre o EMFA e a NOVACAP, em 10 Mai 66, em que as partes contratantes, nas diferentes cláusulas, acertaram que o prazo de vigência dos aditivos são de 18 meses, contado da data do seu registro pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo em pleno vigor as cláusulas primeira e sétima do Convênio de 8 de maio de 1964.

O primeiro têrmo aditivo estabelece que o EMFA entregará a NOVACAP, a dotação correspondente à Categoria Econômica 4.1.1.3 - Prosseguimento e Conclusão de Obras do Hospital das Fôrças Armadas no valor de Cr$ 3.120.000.000 (três bilhões, cento e vinte milhões de cruzeiros).

O segundo têrmo aditivo estabelece que o EMFA entregará a NOVACAP a dotação correspondente à Categoria Econômica / 4.1.1.4 - Instalação e Equipamentos para Obras no valor de Cr$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros).

Tais têrmos aditivos foram publicados no Diário Oficial de 19 de maio de 1966, com retificação no Diário Oficial de 5 de julho de 1966.

- O EMFA redistribuiu à Delegacia do Tesouro em Nova Iorque a quantia de Cr$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para atendimento da Junta Interamericana de Defesa, conforme decisão do Tribunal de Contas, em Sessão de 22 de abril de 1966.

- Também foi redistribuida parte da Verba da Categoria Econômica 4.1.2.0 já descrita anteriormente, em Sessão do Tribunal de Contas da União de 19 de abril de 1966, no valor de Cr$ 350.000.000 (trezentos e cinqüenta milhões de cruzeiros) às Fôrças Singulares.

- Foram apoiadas pela Divisão Administrativa tôdas as Repartições do EMFA e FAIBRAS em assuntos de rotina, podendo esta Divisão encerrar suas atividades com as Verbas Orçamentárias sem ter havido necessidade de crédito suplementares para sua vida normal.

- O Setor de Obras do EMFA, em Brasília, vem atuando dentro de uma programação com base orçamentária, tanto com relação ao seu Edifício-Sede quanto ao Hospital das Fôrças Armadas.

2M.21.1,p.48/128

Mediante convênios assinados com a NOVACAP, desde 1 964, vem o EMFA delegando a administração e execução de suas obras em Brasília, mantendo lá apenas um escritório de representação para coordenação e fiscalização.

Edifício-Sede - sito à Esplanada dos Ministérios, de tipo análogo aos demais edifícios ministeriais, com área total de 22.000 m^2, inclusive as dependências da garagem.

Iniciado em 1 964 com as fundações, em 1 965 teve prosseguimento a estrutura de concreto armado, e em 1 966 os serviços de acabamento do prédio foram contratados, estando prevista sua conclusão em meados de 1 967, restando apenas então a colocação de divisórias e o mobiliário para ficar em condições de ocupação.

No orçamento de 1 967 foram previstos os recursos para sua conclusão, inclusive o mobiliário necessário.

Hospital das Fôrças Armadas - sito à Estrada do Contôrno do Bosque, em terreno todo cercado, com 22 Ha, na cota 1143 m de altitude, abrange área total de construção de 55 275 m^2, inclusive o setor residencial próprio.

As obras dos diferentes blocos têm sido iniciadas à medida que os respectivos projetos, devidamente aprovados, são completados, permitindo assim que sejam contratadas dentro dos recursos orçamentários anuais.

Em 1 966, o HFA se apresenta com as estruturas concluídas do Bloco de Hospitalização (23 500 m^2, com 12 pavimentos) do Bloco de Serviços Gerais (4 700 m^2 com 2 pavimentos para Almoxarifado, cozinha, lavanderia e laboratórios de anatomia patológica) do Bloco de Administração (2 250 m^2 com 2 pavimentos, tendo anexa a Escola de Enfermagem) dos Blocos de Garagem e Oficinas (2 600 m^2) do Bloco de Ambulatório (em início com 7 000 m^2 em um único pavimento), além do Bloco do Corpo da Guarda e Portaria e da Residência para o Diretor ambos em final de construção.

No orçamento de 1 967 se previram recursos para prosseguimento dos diversos blocos de modo a permitir em 1 968 o início do funcionamento do Hospital com cêrca de 150 leitos, e admite-se que em 1 968 se obtenham os recursos para completar as obras dos blocos que ora constituem o HFA, porquanto no futuro, poderá ser acrescido de uma clínica geriátrica e de outras clínicas especializadas, tão reclamadas pela classe militar,

2M.21.1, p. 49/128

podendo então êsse Hospital vir a ser um estabelecimento modelar e de alto nível profissional, onde se ofereça um atendimento digno da organização, sob orientação integrada, subordinada ao Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Residências - já foram contratados pela NOVACAP 4 blocos residenciais na Superquadra 112-Sul e em vias de ser assinado contrato para mais um bloco na Superquadra 212-Sul, com o que o EMFA ficará em condições de se transferir para Brasília, em fins de 1 967.

Os recursos previstos no Orçamento de 1 967 precisarão ser reforçados, possìvelmente com Crédito Especial, afora os recursos que serão propostos para 1 968, para que o problema residencial tenha solução compatível com o funcionamento do Órgão a se transferir integralmente, como também o Hospital das Fôrças Armadas.

5.5.3 - PROGRAMA E PROJETOS PARA O ANO DE 1 967

Quanto aos recursos orçamentários é interessante apresentar a situação de Investimentos para 1 967, na conclusão das obras do Edifício-Sede e prosseguimento de Obras do Hospital das Fôrças Armadas:

4.1.1.0 - Obras Públicas

- Construção do Hospital	Cr$ 1.520.000.000
- Construção da Sede.....	Cr$ 1.000.000.000
- Construção de residências do Hospital	Cr$ 2.000.000.000
- Construção de residências da Sede....	Cr$ 1.000.000.000
TOTAL.....	Cr$ 5.520.000.000

4.1.2.0 - Instalação e Equipamento para Obras

- Para o Hospital	Cr$ 1.000.000.000
- Para a Sede	Cr$ 500.000.000
TOTAL.....	Cr$ 1.500.000.000

4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações

4.1.3.1 - Máquinas, Motores e Aparelhos

- Para o Hospital	Cr$ 1.500.000.000
- Para a Sede	Cr$ 1.000.000.000
TOTAL.....	Cr$ 2.500.000.000

4.1.4.0 - Material Permanente

08.00 - Mobiliário em Geral

- Para o Hospital.....	Cr$ 1.000.000.000
- Para a Sede	Cr$ 750.000.000
TOTAL.....	Cr$ 1.750.000.000

2M-21.1,p.50/128

Consta do Orçamento do EMFA para 1 967 outras Dotações Orçamentárias de rotina, consignando a Lei nº 5 189 de 8 Dez 66, publicada em 15 Dez 66, no Suplemento do Diário Oficial nº 236, a quantia de Cr$ 13.072.000.000 (treze bilhões e setenta e dois milhões de cruzeiros), a fim de atender a tôdas as atividades dêste Órgão, inclusive a Escola Superior de Guerra e a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

MOVIMENTO DE RECEITA E DESPESA REALIZADA PELO EMFA, DENTRO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA 1966

O Ministério da Fazenda distribuiu ao Estado-Maior das Fôrças Armadas suprimento de numerário no montante de Cr$ 4.993.244.000 (quatro bilhões novecentos e noventa e três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil cruzeiros), que foi assim distribuído:

ORÇAMENTO:- Cr$ 4.965.540.000 (quatro bilhões novecentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros), correspondentes as rubricas do Anexo 4.03.00 e destinados a atender à manutenção e funcionamento do EMFA, de cujo total foram redistribuídas as seguintes importâncias:

- Cr$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de cruzeiros)à DELEGACIA DO TESOURO NACIONAL EM NEW YORK, para atender aos encargos da JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA; e

- Cr$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) às FÔRÇAS SINGULARES, para atender a refôrço das Verbas Orçamentárias na execução da LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR.

CRÉDITO ESPECIAL:- Foram distribuídas ao EMFA as importâncias de Cr$ 7.704.000 (sete milhões, setecentos e quatro mil cruzeiros), para atender aos encargos da Lei nº 4 863, de 29 Nov 65 (Novos níveis de vencimentos dos Servidores Públicos da União), bem como parte do Crédito Especial de Cr$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) autorizado pela Lei nº 4 977/66, para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Fôrça Armada Inramericana - FAIBRAS, parte essa totalizando Cr$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros).

CONFIDENCIAL

2M-21-1, p. 51/128

(1)

MOVIMENTO DE RECEITA E DESPESA

		RECEITA	DESPESA	SALDO
3.0.0.0 -	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0 -	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0 -	Pessoal			
3.1.1.1 -	Pessoal Civil			
01.00 -	Vencimentos e vantagens fixas:			
01.01 -	Vencimentos.....	12.820.000	12.155.112	664.888
01.05 -	Gratificação de Função.....	600.000	270.000	330.000
01.08 -	Grat.Adicional p/tempo de serviço	3.000.000	2.457.754	542.246
02.00 -	Despesas variáveis com o pessoal civil:			
02.04 -	Gratificação pela prestação de serviço extraordinário.....	580.000	579.927	73
02.05 -	Gratificação pela representação de Gabinete.....	16.500.000	16.222.055	277.945
	S O M A	33.500.000	31.684.848	1.815.152
3.1.1.2 -	Pessoal Militar			
01.00 -	Vencimentos e vantagens fixas:			
01.08 -	Representação.....	5.000.000	4.975.050	24.950
02.00 -	Despesas variáveis com o pessoal militar:			
02.02 -	Diárias.....	15.000.000	14.960.659	39.341
02.07 -	Substituições.....	3.000.000	----	3.000.000
	S O M A	23.000.000	19.935.709	3.064.291
3.1.2.0 -	Material de Consumo			
02.00 -	Artigos de expediente, etc.....	5.000.000	4.999.631	369
03.00 -	Artigos de higiene, etc.....	2.500.000	2.497.411	2.589
04.00 -	Combustíveis e lubrificantes.....	4.500.000	4.428.922	71.078
05.00 -	Material e accessórios de máquinas, etc.....	5.100.000	5.098.474	1.526
08.00 -	Gêneros de alimentação,etc.....	3.000.000	2.999.351	649
	S O M A A TRANSPORTAR.....	20.100.000	20.023.789	76.211

2M.21.1,p.52/128

(2)

		RECEITA	DESPESA	SALDO
	TRANSPORTE.....	20.100.000	20.023.789	76.211
10.00 -	Matérias primas, etc.....	6.300.000	6.294.800	5.200
11.00 -	Produtos químicos, etc.....	300.000	297.797	2.203
13.00 -	Vestuários, uniformes, etc.....	2.500.000	2.500.000	-----
14.00 -	Material para fotografia, etc...	500.000	472.813	27.187
15.00 -	Lâmpadas incandescentes, etc....	1.500.000	1.500.000	------
17.00 -	Outros materiais de consumo.....	500.000	500.000	------
	S O M A	31.700.000	31.589.199	110.801
3.1.3.0 -	Serviços de Terceiros			
02.00 -	Passagens, transportes, etc.....	16.000.000	15.996.580	3.420
03.00 -	Assinatura de jornais, etc.....	1.000.000	799.592	200.408
04.00 -	Iluminação, fôrça, etc.....	10.000.000	8.230.576	1.769.424
05.00 -	Serviços de asseio, etc.....	10.000.000	10.000.000	----------
06.00 -	Reparos, adaptações, etc.....	22.000.000	21.800.482	199.518
07.00 -	Serviços de divulgação, etc.....	2.500.000	2.500.000	-------
09.00 -	Serviços de comunicação, etc....	8.300.000	8.295.351	4.649
13.00 -	Fornecimento de alimentação.....	8.500.000	8.500.000	-----
	S O M A	78.300.000	76.122.581	2.177.419
3.1.4.0 -	Encargos Diversos			
01.00 -	Despesas miudas de pronto pagamento.....	600.000	600.000	-------
03.00 -	Prêmios, diplomas, etc.....	4.000.000	3.999.837	163
04.00 -	Festividades, recepções, etc....	18.000.000	17.999.201	799
07.00 -	Serviço de caráter secreto.....	4.000.000	4.000.000	-------
	S O M A	26.600.000	26.599.038	962
3.2.0.0.-	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.1.0 -	Subvenções Sociais			
3.2.1.5 -	Instituições privadas:			
1) -	Ass Ex-Comb Brasil-Brasília	10.000.000	10.000.000	---------
2) -	Ass Ex-Comb Brasil-Recife PE....	10.000.000	10.000.000	---------
3) -	Ass Ex-Comb Brasil- Vitória ES..	10.000.000	10.000.000	---------
	S O M A	30.000.000	30.000.000	---------

2M.21.1,p.53/128

(3)

	RECEITA	DESPESA	SALDO
3.2.5.0 - Salário-Família			
01.00 - Pessoal civil.....	1 740.000	1.140.000	600.000
S O M A	1.740.000	1.140.000	600.000
3.2.9.0 - Diversas Transf. Correntes			
3.2.9.1 - Entidades Internacionais			
1) - Manutenção e funcionamento da CMMBEU.....	6.000.000	6.000.000	--------
S O M A	6.000.000	6.000.000	--------
3.2.9.0 - Diversas Transf. Correntes			
3.2.9.5 - Pessoas			
1) - Auxílio doença.....	500.000	--------	500.000
S O M A :	500.000	--------	500.000
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS			
4.1.1.0 - Obras Públicas			
4.1.1.3 - Prosseguimento e Conclusão de Obras			
1) - Para construção do Hospital das Fôrças Armadas em Brasília.....	3.120.000.000	3.120.000.000	--------
S O M A	3.120.000.000	3.120.000.000	--------
4.1.1.4 - Instalações e equipamentos para Obras.....	1.000.000.000	1.000.000.000	--------
S O M A	1.000.000.000	1.000.000.000	--------
4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial - I-33 - FUNDO DO SERVIÇO MILITAR:			
1) - Para cumprimento do disposto no Art 68, da Lei nº 4375, de 17/8/64 (Lei do Serviço Militar).....	150.000.000	126.562.931	23.437.069
S O M A	150.000.000	126.562.931	23.437.069

2M.21.1.p.54/128

(4)

	RECEITA	DESPESA	SALDO
4.1.3.0 - Equipamentos e instalações			
4.1.3.1 - Máquinas, motores e aparelhos...	12.940.000	12.888.450	51.550
S O M A	12.940.000	12.888.450	51.550
4.1.3.4 - Automóveis, autocaminhões etc...	59.060.000	59.060.000	-------
S O M A	59.060.000	59.060.000	------
4.1.4.0 - Material permanente			
02.00 - Material bibliográfico, etc.....	1.800.000	1.773.500	26.500
03.00 - Ferramentas e utensílios de oficina.....	500.000	472.530	27.470
04.00 - Material artístico, etc.....	600.000	590.166	9.834
05.00 - Utensílios de copa, etc.....	1.700.000	1.700.000	------
07.00 - Modelos e utensílios de escritórios.....	1.000.000	1.000.000	-------
08.00 - Mobiliário em geral	1.600.000	1.600.000	------
S O M A	7.200.000	7.136.196	63.804
TOTAL GERAL DAS CATEGORIAS.....	4.580.540.000	4.548.718.952	31.821.048

2M.21.1,p.55/128

6 - ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE COMANDO DE ZONAS DE DEFESA

6.1 - NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA ATLÂNTICA - NCZDA

6.1.1 - LEGISLAÇÃO

- Lei nº 1 956, de 26 de agôsto de 1 953.
- Decreto nº 37 909, de 16 de setembro de 1 955.
- Decreto nº 38 593, de 17 de janeiro de 1 956.

6.1.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte, mais os seguintes:

- Estudo e sistematização das informações que interessam ao Planejamento da Proteção ao Tráfego Marítimo;
- Pesquisa e coleta de dados para o levantamento estratégico dos "fatores políticos" da área sob a jurisdição do NCZDA;
- Obtenção de dados relativos aos Portos, ao Litoral e às indústrias da área do NCZDA;
- Organização e complementação da Mapoteca do Núcleo.

6.1.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Os citados na 1ª Parte dêste Relatório.

6.2 - NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA SUL - NCZDS

6.2.1 - LEGISLAÇÃO

- Lei nº 1 956, de 26 de agôsto de 1 953.
- Decreto nº 37 909, de 16 de setembro de 1 955.
- Decreto nº 38 598, de 17 de janeiro de 1 956.

6.2.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte, mais os seguintes:

- Anteprojeto de Lei sôbre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários;
- Trabalhos de Serviço Militar afetos ao EMFA.

6.2.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Os citados na 1ª Parte dêste Relatório.

6.3 - NÚCLEO DE COMANDO DA ZONA DE DEFESA NORTE - NCZDN

6.3.1 - LEGISLAÇÃO

- Lei nº 1 956, de 26 de agôsto de 1 953.
- Decreto nº 37 909, de 16 de setembro de 1 955.
- Decreto nº 38 598, de 17 de janeiro de 1 956.

6.3.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte do presente Relatório, o Núcleo de Comando da Zona de Defesa Norte, através da sua chefia e de alguns de seus oficiais, integra a Comissão de Alimentação das Fôrças Armadas, a Comissão Interpretativa do Código de Vencimentos dos Militares, o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho de Desenvolvimento da SUDAM.

6.3.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

Os já citados na 1ª Parte dêste Relatório.

****

7 - ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO E M F A

7.1 - COMISSÃO PERMANENTE DE MATERIAL E PESQUISAS MILITARES - CPMPM

7.1.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 36 320, de 9 de outubro de 1 954.
- Decreto nº 45 806, de 15 de abril de 1 959.

7.1.2 - PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MATERIAL E PESQUISAS MILITARES (CPMPM) EM COMISSÕES EXTERNAS

- Comissão de Desenvolvimento Industrial;
- Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria;
- Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas
- Conselho do Plano do Carvão Nacional;
- Companhia Siderúrgica de Santa Catarina;
- Grupo de Coordenação do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico;
- Grupo de Organização do Conselho Nacional de Atividades Espaciais;
- Comissão de Estudos e Padronização de Equipamentos Eletrônicos;
- Comissão de Armamento, Munição e Explosivos das Fôrças Armadas.

7.1.3 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos já citados na 1ª Parte dêste Relatório, mais os seguintes:

- Estudo para elaboração do anteprojeto do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Mísseis das Fôrças Armadas;
- Estudo sôbre as atribuições da CPMPM e sua reorganização;
- Relatório sôbre a viagem de Estudos à Indústria Automobilística do Estado de São Paulo;
- Relatório sôbre a viagem de Estudos à Região Norte;
- Relatório sôbre a viagem de Estudos ao Instituto Agronômico de Campinas;
- Viagens de Estudos às Centrais Elétricas de Urubupungá S/A (CELUSA) e à Companhia Vale do Rio Doce.

7.1.4 - APRECIAÇÕES GERAIS

A situação da CPMPM, quanto ao número de oficiais engenheiros, instalações e material é bastante deficiente. Estão sendo elaborados estudos com o objetivo de dotar a Comissão dos meios de que necessita para se desincumbir das atribuições que lhe são conferidas pela regulamentação em vigor.

7.2 - COMISSÃO MISTA EXECUTORA DO ACÔRDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS SÔBRE SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - CMEABEUSC

7.2.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 57 814, de 15 de fevereiro de 1 966.
- Decreto nº 58 993, de 4 de agôsto de 1 966.

7.2.2 - EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência da CMEABEUSC foi exercida durante o ano de 1 966 pelos seguintes oficiais-generais, cumulativamente com a Presidência da CPMPM:

- Gen Div ADMAR DE OLIVEIRA E CRUZ
- Gen Div RAUL DE ALBUQUERQUE
- C Alte (EN) OSWALDO LINS.

7.2.3 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A "CMEABEUSC" é composta por oficiais, engenheiros e técnicos dos seguintes órgãos:

- IAGS (Inter American Geodetic Survey)
- DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha)
- DSG (Diretoria do Serviço Geográfico, do Ministério da Guerra)
- DRAer (Diretoria de Rotas Aéreas, do Ministério da Aeronáutica)
- CNG (Conselho Nacional de Geografia do MECOR)
- ON (Observatório Nacional, do Ministério da Educação e Cultura).

7.2.4 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos citados na 1ª Parte dêste Relatório, mais os seguintes:

- A "CMEABEUSC" realizou, durante o exercício de 1 966 , 9 (nove) reuniões plenárias (106ª a 114ª), cujas atas se encontram arquivadas na Sede da Comissão;
- Os trabalhos de cobertura aerofotográfica pelo Aerial Survey Team-10 (AST-10) foram reiniciados a 1º de abril e interrompidos a 31 de outubro, em virtude das condições atmosféricas no território brasileiro serem impróprias para fotografias aéreas;
- O govêrno dos Estados Unidos da América aprovou a inclusão das áreas 13 e 14 no programa de cobertura aerofotográfica do AST-10, assegurando, assim, a total cobertura aerofotográfica do território Nacional pelo AST-10/USAF;

2M.21.1,p.60/128

- As Instruções Reguladoras da Fiscalização dos Vôos Fotogramétricos do AST-10 foram aprovadas pelo EMFA;
- Elaboração de um Plano visando dinamizar o aproveitamento da cobertura aerofotográfica executada pelo AST-10. Para isto, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) deveria elaborar, tendo em vista o levantamento das necessidades nacionais, o Plano Geral de Cartografia Terrestre do País, o que vem sendo realizado.
- Estudos visando a transferência da Base de Operações do AST-10 de Cumbica (SP) para Brasília-DF.

7.3 - COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÕES DAS FÔRÇAS ARMADAS - CPCFA

7.3.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 35 495, de 13 de maio de 1 954.
- Decreto nº 42 794, de 11 de dezembro de 1 957.

7.3.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Além dos mencionados na 1ª Parte dêste Relatório, mais os seguintes:

- Encaminhamento ao Estado-Maior do Exército do alfabeto fonético para fins de emprêgo pelo Exército;
- Prosseguimento da Representação do EMFA no Órgão Deliberativo da Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico. Neste Órgão estão sendo tratados e decididos assuntos relativos à melhoria e ampliação dos Serviços Postais e de Telégrafos do DCT.

7.3.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Elaboração do Manual de Comunicações das Fôrças Armadas;
- Estudos visando um melhor aproveitamento, pelos Ministérios Militares, das Rêdes Civis de Telecomunicações existentes.

7.3.4 - PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÕES DAS FÔRÇAS ARMADAS EM COMISSÕES EXTERNAS

- Ministério da Indústria e do Comércio - Grupo Executivo da Indústria de Telecomunicações e Eletrônica-GEITEL
- Ministério da Viação e Obras Públicas - DCT - Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico;
- Rádio Congresso Nacional.

7.4 - COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO DAS FÔRÇAS ARMADAS - CAFA

7.4.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 52 950, de 26 de novembro de 1 963.
- Decreto nº 53 970, de 17 de junho de 1 964.

7.4.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Nas 22 (vinte e duas) sessões ordinárias realizadas foram tratados os seguintes assuntos:

- Estudos para fixação do valor da Etapa e Complementos para o 2º semestre de 1 966 - resultou no Decreto nº 58 969, de 2 de agôsto de 1 966;
- Estudos para fixação do valor da Etapa e Complementos para o 1º semestre de 1 967 - resultou a Exposição de Motivos nº 09-D-88, de 12 de dezembro de 1 966;
- Estudos relativos a modificações na Ração de Combate R-2 para a série B;
- Elaboração de normas para levantamento de dados de custo dos componentes do quantitativo de subsistência;
- Montagem dos protótipos de rações operacionais da Aeronáutica;
- Experimentação da Ração de Abandono, a cargo da Marinha e em fase de execução;
- Estudo crítico da tabela qualitativa-quantitativa da Ração Comum;
- Estudos para elaboração de um Manual de Alimentação em Campanha para as Fôrças Armadas;
- Estudos para elaboração de um Manual de Nutrição para as Fôrças Armadas;
- Visita ao Setor de Montagem de Rações Operacionais no Estabelecimento Pandiá Calógeras;
- Visita ao Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos, em Campinas, e à Cooperativa Agrícola de Cotia, Frigorífico Swift e Grupo de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Essa visita foi objeto de relatório especial.

7.4.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Elaboração do Manual de Alimentação em Campanha para as Fôrças Armadas;
- Elaboração do Manual de Nutrição para as Fôrças Armadas;
- Estudos sôbre a composição e características das rações operacionais;

2M-21.1, p-62/128

- Estudos sôbre alimentação em tempo de paz;
- Montagem de composições aprovadas;
- Continuação de experimentações;
- Avaliação da capacidade e possibilidade das indústrias de alimentação;
- Exame das possibilidades de assessoramento técnico, mediante convênio, por parte de instituições especializadas e de ensino.

7.4.4 - APRECIAÇÕES GERAIS

- Os trabalhos da CAFA ressentem-se das freqüentes substituições nos Grupos de Representantes.
- O volume das atividades da CAFA aconselha, em prol da dinamização, a criação de uma seção executiva.

7.5 - COMISSÃO DESPORTIVA DAS FÔRÇAS ARMADAS - CDFA

7.5.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 38 778, de 27 de fevereiro de 1 956.
- Decreto nº 54 559, de 23 de outubro de 1 964.
- Decreto nº 56 592, de 21 de julho de 1 965.
- Decreto nº 44 452, de 30 de agôsto de 1 958.

7.5.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Os constantes da 1ª Parte dêste Relatório.

7.5.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

- É sentida a necessidade da reorganização do Esporte Militar no Brasil;
- É necessário uma maior difusão do Esporte nas três Fôrças Armadas.

7.6 - COMISSÃO DO SERVIÇO MILITAR - COSEMI

7.6.1 - LEGISLAÇÃO

- Criada em 18 de fevereiro de 1 966 pelo Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas (Boletim Interno nº 21), a fim de dar cumprimento aos dispositivos da Lei do Serviço Militar que atribuiu ao EMFA a direção do Serviço Militar nas Fôrças Armadas.

7.6.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- Além dos mencionados na 1ª Parte dêste Relatório, (Relatório Sintético do EMFA), mais os seguintes:
- Estudos para correção da Lei do Serviço Militar e do seu Regulamento, em atendimento a solicitação das Fôrças Singulares.
- Elaboração das Instruções Gerais (Provisórias) para a Coordenação da Conscrição nas Fôrças Armadas.

2M.21.1, p.63/128

- Elaboração das Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Fôrças Armadas (IGISC).
- Elaboração das Instruções Gerais sôbre o Serviço Militar de brasileiro no exterior, em fase de revisão.
- Participação na elaboração do anteprojeto de Lei sôbre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.
- Atendimentos eventual à Comissão Interministerial que elaborou o anteprojeto de Lei sôbre os serviços a serem prestados pelos eclesiásticos nas Fôrças Armadas.
- Estudos iniciais dos "Critérios de Seleção nas Fôrças Armadas", mediante entendimentos e exposições nos Centros de Estudos de Pessoal do Exército e da Marinha , presentes médicos e classificadores de pessoal das três Fôrças Singulares.
- Estudo das "Instruções provisórias para a organização e funcionamento da COSEMI", estando em execução a título experimental.
- Estudo da situação militar do menor abandonado, junto ao Juizado de Menores da Guanabara e ao presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor.
- Pedido de cooperação da Associação Brasileira dos Municípios, para esclarecimento dos Prefeitos Municipais quanto a participação dos mesmos na execução da Lei do Serviço Militar.
- Entendimentos com a Liga de Defesa Nacional, para o estudo do Plano de colaboração na educação moral e cívica do brasileiro que não presta o Serviço Militar.
- Plano de Serviço Militar obrigatório, com vistas ao revigoramento do referido Serviço Militar.
- Expedição direta pela COSEMI a todos os órgãos regionais de Serviço Militar das Fôrças Singulares, de ... 50.000 cartazes do Dia do Reservista, 200.000 Guias do Reservista e 50.000 Guias do Oficial da Reserva.

7.6.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Sôbre Recrutamento: reunião periódica de representantes das Diretorias encarregadas do Serviço Militar e dos Estados-Maiores das Fôrças Singulares; expor dados relativos ao recrutamento nas Fôrças Singulares; fixar os critérios de Seleção cultural, moral e psicológica; elaborar as Instruções Gerais para a coordenação da inscrição; estudar a simplificação burocrática da conscrição e administração da Reserva (ligação com o Oficial

2M.21.1,p.64/128

de Legislação e Reserva); propor os elementos para o Boletim estatístico do Serviço Militar nas Fôrças Armadas; elaborar o Plano Geral de Convocação; indicar as organizações civis de interêsse da Segurança Nacional (ligação com as Seções do EMFA); elaborar relatório para a Presidência da República sôbre as inspeções de saúde dos conscritos da classe de 1 948.

- Sôbre legislação e Reserva: colecionar textos da legislação do Serviço Militar elaborado pelas Fôrças Singulares; organizar o contrôle da legislação de Serviço Militar publicada nos Diários Oficiais; propor a transcrição em Boletim de Serviço Militar das Fôrças Armadas, da legislação, parecer e solução de consulta; colecionar as leis do Serviço Militar (traduzidas) dos principais países do mundo; organizar Boletim Estatístico de Serviço Militar nas Fôrças Armadas; coordenar a elaboração de documentos fixados pelo RLSM (instrução sôbre outras formas e fases de Serviço Militar); sôbre obrigação dos eximidos de Serviço Militar por convicção religiosa; sôbre Serviço Militar de brasileiro no exterior; sôbre reengajamento que permita completar 10 anos de serviço; sôbre interrupção de tempo de serviço por deserção e sôbre Serviço Militar de insubmisso ou desertor julgado incapaz temporário.
- Sôbre Relações Públicas do Serviço Militar: elaborar as diretrizes das Relações Públicas de Serviço Militar do EMFA em 1 967 e o Plano de Coordenação das Relações Públicas do Serviço Militar nas Fôrças Armadas no biênio 67/68; propor os dados para o Boletim Estatístico do Serviço Militar das Fôrças Armadas; acompanhar o desenvolvimento das campanhas de publicidade pelas Fôrças Singulares; executar o Programa de Relações Públicas do EMFA, de interêsse conjunto das Fôrças Armadas; colecionar recortes da imprensa sôbre serviço militar; manter um "Informativo do Serviço Militar" no EMFA.
- Sôbre Finanças: estabelecer as normas de emprêgo das dotações orçamentárias e do Fundo de Serviço Militar, distribuídas pelo EMFA; fixar as normas da escrituração administrativa relativa ao Fundo de Serviço Militar; manter ligação com os órgãos fazendários, para melhor compreensão das necessidades financeiras do Serviço Militar; colaborar no estudo de Plano de Trabalho das Fôrças Singulares, com vistas à distribuição das contas orçamentárias e do Fundo do Serviço Militar em 1 967; informar

aos Ministérios Militares, no terceiro trimestre de 1 967, dos elementos extraídos do Orçamento Geral da União para o ano de 1 968, a serem incluídos nas Guias de Recolhimento como codificação de Receita; prestação de contas das despesas efetuadas em 1 967; coletar informações sôbre os produtos arrecadados, em cada Fôrça Singular, das multas e Taxa Militar aplicadas; Organizar tabelas únicas de uniforme e material de instrução dos Tiros de Guerra ou órgãos da mesma finalidade ; propor a dotação orçamentária para 1 968;

- Elaboração definitiva das Instruções para organização e funcionamento da COSEMI.

7.7 - COMISSÃO PERMANENTE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA - CPSSEMA

7.7.1 - PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO

Gen Div Méd Dr OLÍVIO VIEIRA FILHO

7.7.2 - LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 25 622, de 6 de outubro de 1 948.

7.7.3 - TRABALHOS REALIZADOS

- Nas reuniões extraordinárias realizadas foram abordados os seguintes assuntos:
- Organização, recrutamento e instrução do pessoal militar e civil para o Hospital das Fôrças Armadas - HFA;
- Elaboração de um anteprojeto de regulamento para o Hospital das Fôrças Armadas;
- Determinação do material necessário para a instalação e funcionamento do Hospital;
- Exposição do andamento da construção dos edifícios hospitalares, pelo Coronel HORTA BARBOSA, representante do EMFA em Brasília;
- Registro dos médicos militares nos Conselhos Regionais de Medicina, estando em elaboração uma proposta para conciliar as exigências da Lei nº 3 268 com a situação especial do médico integrante das Fôrças Armadas;
- A fim de se obter maior rendimento nos trabalhos mencionados, foi organizada uma Subcomissão constituída por um oficial médico de cada uma das três Fôrças. Essa Subcomissão, para melhor se desincumbir dos seus encargos relativos a parte de material hospitalar, realizou uma viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte, na qual foram visitados: o BETHESDA MEDICAL CENTER, em MARYLAND; a Exposição de Material

2M-21.1, P. 66/128

Hospitalar, em , CHICAGO; o Departamento de Saúde Pública de WASHINGTON e o Hospital de Veteranos. Dessa visita foi apresentada uma exposição ao Sr Chefe do EMFA, pelo Presidente da referida Subcomissão.

7.7.4 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1 967

- Deverão prosseguir os trabalhos acima citados e que estão em fase de desenvolvimento.

7.8 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DAS FÔRÇAS ARMADAS - SARFA

7.8.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei nº 8 921, de 26 de janeiro de 1 946.
- Decreto-Lei nº 9 505, de 23 de julho de 1 946.
- Decreto nº 21 495, de 23 de julho de 1 946.
- Decreto nº 27 373, de 28 de outubro de 1 949.

7.8.2 - ESTRUTURA DAS CAPELANIAS

- O Capelão-Chefe, por Portaria nº 10-A, de 18 de março de 1 966 (Bol Int nº 34, de 23 Mar 66, do EMFA), foi designado para fazer parte de uma Comissão Interministerial, com objetivo de estruturar o SARFA, tendo comparecido em tôdas as convocações.

7.8.3 - NOMEAÇÃO DE CAPELÃO

- Houve uma única nomeação de Capelão Militar para o Exército.

7.8.4 - ENCONTRO DOS CAPELÃES DAS FÔRÇAS ARMADAS DA AMÉRICA LATINA

- Dois Capelães da Aeronáutica representaram o Brasil, junto à reunião dos Capelães Latino-Americanos, na Base da Fôrça Aérea Americana de Albrook, Zona do Canal do Panamá, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 1 966. O relatório apresentado (pelos mesmos) nos dá conta da grande utilidade dêsse encontro para as Capelanias Militares da Aeronáutica.

7.8.5 - SEMANA DOS CAPELÃES MILITARES

- Entre outras atividades, o SARFA fêz realizar o 10º encontro dos Capelães Militares do Brasil e das Fôrças Auxiliares, em Salvador, BA, nos dias 13, 14 e 15 de setembro, com o fim de manter contato, trocar experiências, atualizar métodos de apostolados e de se renovarem espiritualmente. Sob a epígrafe do Concílio Vaticano II, programou-se a seguinte temática:

1º - A fé no meio militar;

2º - A moral no meio militar;

2M.21.1,p.67/128

3º - A consciência da Missão do Capelão Militar.

Após cada palestra houve círculos de estudos debatendo o assunto em pauta e tirando-se conclusões práticas.

7.8.6 - VISITA DE INSPEÇÃO DAS CAPELANIAS MILITARES DE SÃO PAULO E VALE DO PARAÍBA, DE 25 A 28 DE SETEMBRO DE 1 966

- A Chefia do SARFA, procedeu a visita de inspeção das Capelanias do Exército, da Aeronáutica, da Fôrça Pública e da Guarda Civil na Capital de São Paulo;
- Em Caçapava, Lorena e Rezende visitou as Capelanias do Exército. Em São José dos Campos e Guaratinguetá inspecionou as Capelanias da Aeronáutica.

7.8.7 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

- A Assistência Religiosa é parte específica e integrante da atividade dos Capelães Militares.
- Resultados parciais em 1 966:

Confissões	180.339
Comunhões	260.441
Unção dos enfermos	2.567
Processos de casamento	1.263
Casamentos	950
Missas	13.140
Batizados	1.960
Bênção de casas	1.580
Encomendações	656
Pregações na missa	5.166
Crismas	2.385
Páscoas dos Militares	217

7.8.8 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INSTRUÇÃO RELIGIOSA

- No setor de Assistência Social e de Instrução Religiosa foi grande o empenho dos Capelães Militares, estando quase todos os Capelães envolvidos como mentores diretores e colaboradores de Serviços Sociais e de Instrução, nas Fôrças Armadas e Auxiliares.

7.8.9 - MANUAL DO MILITAR CRISTÃO

Concluiu-se neste ano, a Edição do Manual do Militar Cristão. A sua tiragem atingiu aos 50.000 exemplares, custando ao SARFA quinze milhões de cruzeiros. Os capelães militares do Brasil ampararam a cobertura financeira desta edição.

7.8.10 - FOLHETOS PARA A MISSA

Foram distribuídos pelos Capelães mais de meio milhão de

2M.21.1,p.68/128

de folhetos para os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica e Fôrças Auxiliares, a fim de que pudessem acompanhar a nova liturgia da missa, em português.

7.8.11 - ATUAL EFETIVO DOS CAPELÃES MILITARES

No Exército, 40 Capelães; na Marinha, 19 Capelães; na Aeronáutica, 24 Capelães; nas Polícias Militares, 25 ; no Corpo de Bombeiros 3 e na Guarda Civil 5, perfazendo um total de 116 Capelães Militares em todo o Território Nacional.

****

7.9 - COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

7.9.1 - LEGISLAÇÃO

Av 10-3 de 5 Jan 1943 do Ministro da Guerra
Dec nº 58.358 de 5 Mai 1966

7.9.2 - TRABALHOS REALIZADOS

a) Expediente versando sôbre:

1. Homologação de descarga de material fornecido através do Acôrdo de Assistência Militar.
2. Visita anual de 35 membros da Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos da América ao Brasil.
3. Distribuição de geradores para Conjunto Rádio EB 11 (AN/GRC-19).
4. Providências relativas à visita ao Brasil do General ROBERT W. PORTES Jr, Comandante-em-Chefe do Comando Sul das Fôrças Armadas dos EUA.
5. Vagas na Escola Cartográfica do IAGS.
6. Anormalidades constatadas em desembarques de material do Acôrdo Militar.
7. Manuais e Catálogos das Fôrças Armadas dos Estados Unidos da América.
8. Ligações com a Fôrça Aérea Brasileira, referente a apôio aéreo para a delegação Norte-Americana.
9. Visita ao Brasil do General BRUCE PALMER Jr, Comandante do XVIII Corpo de Pára-quedistas do Exército dos Estados Unidos da América.
10. Visita dos Cursos da Escola Superior de Guerra aos Estados Unidos da América e à Zona do Canal do Panamá.
11. Apôio ao contrôle de rádios-transmissões do Projeto Gêmini dos Estados Unidos da América.
12. Desvinculação de viaturas do Acôrdo Militar.

13. Fornecimento do material ao 5º BE[illegible].
14. Seminário sôbre Administração para a Defesa.
15. Necessidades de material do Acôrdo de Assistência Militar.
16. Equipamento fornecido às unidades brasileiras destacadas na República Dominicana.
17. Programa de Assistência Militar para 1966, 1967,1968, 1969 e 1970.
18. Abastecimento de aviões da Fôrça Aérea Brasileira nos Estados Unidos da América.
19. Relatório das Escolas do Exército Norte-Americano.
20. Necessidades em equipamento radiogoniométrico.
21. Assuntos referentes a pessoal desta Comissão.
22. Ajuste de Fernando de Noronha.

b) Foram realizadas as seguintes visitas por membros desta Comissão:

De 21 Ago a 23 Ago - Visita às instalações de hidrofones localizadas no Território de Fernando de Noronha, com representantes da Marinha, do EMFA e da Delegação Norte-Americana.

De 14 Dez a 19 Dez - Visita ao Centro de Instrução de Guerra na Selva, localizado na cidade de Manaus, Amazonas, por oficiais da Delegação Brasileira.

c) Foram organizados 721 processos de liberação alfandegária de material e bagagem pessoal de membros da Delegação Norte-Americana.

7.9.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

A Delegação Brasileira da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos funcionou até 9 de maio de 1966, de acôrdo com a "Definição de Objetivos, Funções e Atribuições dos Órgãos Militares Misto Brasil-Estados Unidos". documento homologado pelo Estado-Maior das Fôrças Armadas do Brasil e pela Junta de Chefes de Estado-Maior dos Estados Unidos da América. O Decreto número 58.358, de 5 de maio de 1966, estabeleceu, definitavamente, a subordinação da Delegação Brasileira ao Estado-Maior das Fôrças Armadas, bem como fixou a sua composição e organização.

- 2M-21.1, p. 70/128

Os trabalhos relativos ao Programa de Assistência Militar foram acompanhados pela Delegação Brasileira, processando-se normalmente entre as representações das Fôrças Singulares dos dois países.

A Delegação Brasileira cooperou, também, com o Estado-Maior das Fôrças Armadas, nos trabalhos para a organização e embarque do contingente brasileiro da Fôrça Interamericana de Paz (São Domingos).

Com sua subordinação ao Estado-Maior das Fôrças Armadas, e dentro da orientação que vier a ser imprimida por êsse alto órgão, abrem-se, para a Delegação Brasileira e, em conseqüência, para a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos novas perspectivas de atividades e dinamização em 1967.

2M.21.1, p. 71/128

8 - ATIVIDADES DE OUTRAS COMISSÕES DO EMFA

Além das comissões já ressaltadas, tôdas de caráter permanente, outras funcionaram, em 1966, neste Estado-Maior.

Em sua maioria tratam-se de Comissões de caráter temporário, organizadas com a finalidade de estudar e propor soluções ou pareceres sôbre assuntos que envolvem interêsses das três Fôrças Armadas.

Algumas delas já foram extintas em face da conclusão dos trabalhos que lhe tinham sido cometidos.

8.1 - COMISSÃO ESPECIAL DA FÔRÇA INTERNACIONAL BRASILEIRA

8.1.1 - LEGISLAÇÃO

- Decreto 56 308, de 21 Mai 65 - cria o FAIBRAS
- Decreto 59 276, de 23 Set 66 - extingue o FAIBRAS.

8.1.2 - MISSÃO DA CEF

a. Prescrita

Tratar de todos os assuntos referentes ao FAIBRAS, devendo funcionar em tempo integral.

b. Deduzida

(1) Ligar-se diretamente ao FAIBRAS e aos Ministérios Militares sôbre os assuntos relacionados com àquela Fôrça.

(2) Acompanhar continuamente a evolução dos acontecimentos políticos e militares na República Dominicana, particularmente os relacionados com o FAIBRAS.

(3) Manter-se atualizada sôbre a situação e a atuação do FAIBRAS.

(4) Solicitar, sempre que necessário, junto aos Ministérios Militares, o atendimento às necessidades do FAIBRAS.

(5) Manter o Chefe do EMFA continuamente informado sôbre a situação na República Dominicana e, particularmente sôbre a situação do FAIBRAS.

(6) Elaborar planos, estudos e sugestões tendo em vista o necessário apôio ao FAIBRAS.

(7) Acompanhar e coordenar o apôio logístico ao FAIBRAS, bem como as diversas providências relativas ao moral e asstistência ao pessoal daquela Fôrça.

8.1.3 - CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

a. A CEF estêve constituida, sob à presidência do Subchefe do Exército do EMFA, por 2 oficiais do EME, 2 oficiais do EMA e 2 oficiais da Aeronáutica.

b. Para melhor atender às suas finalidades, a CEF se estruturou segundo o modêlo de um EM operacional:

2M.21.1,p.72/128

- Presidente da CEF
- Chefe do EM
- 1ª Seção
- 2ª Seção
- 3ª Seção
- 4ª Seção
- Secretaria.

No que se referiu a comunicações, a CEF apoiou-se no Serviço de Comunicações do EMFA, reforçado para atender as suas novas atribuições e funcionando em instalações contíguas à Comissão.

c. A partir de 30 Set 66, após a extinção do FAIBRAS, permaneceu com a mesma organização interna já referida anteriormente, ficando adidos à Comissão um Grupo de oficiais e praças do extinto EM do FAIBRAS, para melhor atender aos problemas ainda pendentes de solução.

8.1.4 - ATRIBUIÇÕES DAS SEÇÕES

Além dos trabalhos correntes e permanente ligação com os Ministérios Militares, as Seções da CEF tiveram a seu cargo as seguintes atribuições:

a. 1ª Seção

(1) Manteve em dia os fichários individuais do pessoal da CEF, FIP e FAIBRAS.

(2) Participou dos estudos e elaboração dos documentos para a substituição do 2º Contingente e da retirada do FAIBRAS e nas suas execuções.

(3) Supervisionou o processamento e deslocamento dos recompletamentos.

(4) Manteve em dia o registro e contrôle do pessoal civil autorizado a viajar para a República Dominicana.

(5) Manteve-se sempre em ligação com o DCT para o processamento da correspondência particular do pessoal do FAIBRAS.

(6) Apresentou atendimento às famílias dos mortos e feridos do FAIBRAS.

b. 2ª Seção

(1) Manteve em dia estudos sôbre a República Dominicana, particularmente os que se referiam à situação política.

(2) Preparou dados sôbre a situação política na República Dominicana para as conferências a cargo da CEF.

2M.21.1, p. 73/128

(3) Participou dos estudos e da elaboração dos documentos para a substituição do 2º Contingente e da retirada do FAIBRAS, tomando parte nas suas execuções.
(4) Fêz entrevistas com civis e militares procedentes da República Dominicana.
(5) Manteve ligação com o pôsto da "Cruz Vermelha" junto à CEF e colaborou nos seus trabalhos assistenciais.

c. 3ª Seção

(1) Manteve ligação com o I Exército, tendo em vista a incorporação, seleção e a instrução do pessoal destinado ao Contingente do FAIBRAS.
Tendo sido prevista a 2ª substituição em maio, antes do término do período de formação normal, os recrutas incorporados no 3º Batalhão do REsI (destinados ao FAIBRAS) foram submetidos a instrução intensiva, com o período de formação reduzido e o programa de instrução foi adaptado, de acôrdo com a experiência já então adquirida na República Dominicana.
(2) Manteve ligação com o Corpo de Fuzileiros Navais, através do Estado-Maior da Armada, tendo em vista a organização do Gpt Fuz Nav para a substituição que se processou em maio.
(3) Nas operações de substituição do 2º Contingente e de retirada do FAIBRAS da República Dominicana, teve a seguinte atuação:
(a) Apresentou exames de situação.
(b) Participou das exposições feitas aos Chefes de Estado-Maior.
(c) Executou trabalhos de planejamento.
(d) Elaborou planos e ordens.
(e) Participou dos trabalhos de coordenação.
(f) Planejou e participou das solenidades de encerramento e recepção.
(4) Participou dos trabalhos de recebimento da tropa do FAIBRAS no seu regresso ao Brasil.

d. 4ª Seção

(1) Manteve ligação com diferentes órgãos, para a continuidade do apôio ao FAIBRAS quanto a suprimentos, vencimentos, remessa e recebimento de encomendas diversas.
(2) Recebeu e providenciou a entrega aos destinatários de encomendas particulares e malas oficiais.

2M-21.1, p-74/128

(3) Providenciou junto ao Estabelecimento Central de Subsistência do Exército para a remessa semanal ao FAIBRAS de Sup Cl I.

(4) Manteve em dia a escrituração das despesas com o FAIBRAS.

(5) Executou providências administrativas e elaborou expedientes necessários e de interêsse da CEF.

(6) Participou dos estudos e da elaboração dos documentos para substituição do 2º Contingente e da retirada do FAIBRAS, tomando parte nas suas execuções.

(7) Preparou e expôs a parte referente à logística nas conferências a cargo da CEF.

8.1.5 - ATIVIDADES DA CEF

a. 2ª Substituição de parte do efetivo do FAIBRAS

(1) A substituição foi realizada, por escalões, no período de 2 a 17 de maio de 1 966, utilizando avião C-130 da FAB, o que permitiu eficiência, rapidez e simplicidade na operação.

(2) A tropa do Exército manteve na República Dominicana 20% dos seus Quadros de Oficiais e Sargentos e o Gpt Fuz Nav foi integralmente substituído. Para atender a passagens de carga e encargos na República Dominicana, alguns elementos foram enviados com antecipação, para permitir o recobrimento de algumas funções.

(3) Da mesma forma que a operação anterior, o planejamento foi executado satisfatòriamente, com contratempos de menor significação.

b. Retirada do FAIBRAS

(1) No dia 1º de junho realizaram-se na República Dominicana eleições presidenciais, num clima de segurança e imparcialidade. A 1º de julho tomou posse o Presidente eleito, Dr JOAQUIM BALAGUER.

Antes da posse de seu sucessor, o Presidente Provisório HECTOR GARCIA GODOY iniciou as gestões para a retirada da FIP do território dominicano. Assim, a OEA considerou realizados os seus objetivos fundamentais naquela República e a 22 de junho a 10ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores resolvou:

- Retirar à FIP do território da República Dominicana;

2M.21.1, p.75/128

- Que a retirada tivesse início antes de 1º de julho de 1 966, devendo ser completada num período máximo de 90 dias, contados a partir da data do seu início;
- Que a Comissão Ad-Hoc, de acôrdo com o Govêrno dominicano. desse a FIP as instruções necessárias relativas as datas e ao modo de retirada, de conformidade com o dispôsto acima;
- Informar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sôbre a resolução tomada, em cumprimento ao dispôsto pelo Art 54 da Carta das Nações Unidas.

(2) A Comissão Ad-Hoc fixou a data de 25 de junho para o início da operação de retirada.

O Comando da FIP planejou a operação de retirada em 4 fases, incluindo o FAIBRAS nas 3ª e 4ª fases da operação; atribuiu às Fôrças norte-americanas a segurança da operação e a Brigada Latino-Americana , de que fazia parte o FAIBRAS, ficar em condições de cooperar na segurança das instalações chaves.

A Comissão Especial FAIBRAS planejou a retirada do FAIBRAS, propondo na reunião dos Chefes de Estado-Maior, a realização do transporte do pessoal e do material por via marítima e por via aérea em escalões sucessivos.

Aprovado o planejamento e autorizada à sua execução pelo Exmo Sr Presidente da República, a Comissão Especial FAIBRAS elaborou a Ordem de Operações para a coordenação da operação da retirada. Conforme fôra planejado, a retirada do FAIBRAS efetuou-se em 4 escalões:

1º Escalão - Aéreo - em 2 aviões C-130 da FAB, que transportaram 161 homens do Gpt Fuz Nav. Partiu no dia 31 de agôsto do aeroporto militar de San Isidro e chegou ao aeroporto militar do Galeão no dia seguinte, 1º de setembro.

2º Escalão - Marítimo - a bordo do NTr "Soares Dutra", da Fôrça de Transportes da Marinha. Compreendia material diverso

2M.21.1, p. 76/128

do FAIBRAS, 112 homens do Gpt Fuz Nav' e 345 homens do I/REsI.

Suspendeu do pôrto de Haina no dia 31 de agôsto e atracou no pôrto do Rio de Janeiro no dia 15 de setembro, onde foi recebido em cerimônia realizada com a presença do Exmo Sr Ten Brig Chefe do EMFA.

3º Escalão - Marítimo - a bordo do NTr Ary Parreiras, da Fôrça de Transportes da Marinha. Compreendia material diverso do FAIBRAS e 465 homens do I/REsI e da Estação Rádio do Exército (PTA/3).

Suspendeu do pôrto de Haina no dia 15 de setembro e chegou no dia 30 do mesmo mês ao Rio de Janeiro, onde foi festivamente recebido.

4º Escalão- Aéreo - em avião C-130 da FAB, que transportou o Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS, Cmt do FAIBRAS, Oficiais de seu Estado-Maior e os restantes homens do FAIBRAS. Partiu no dia 20 de setembro do aeroporto militar de SAN ISIDRO e chegou ao aeroporto militar do Galeão no dia seguinte, 21 de setembro.

(3) Durante tôda a operação de retirada, a Comissão Especial FAIBRAS exerceu intensa e permanente atividade de coordenação e ligação, tomando tôdas as providências para à sua execução nas melhores condições e de acôrdo com o planejamento elaborado.

c. Solenidade de recepção do FAIBRAS

(1) A Comissão Especial FAIBRAS planejou uma solenidade de recepção do FAIBRAS, que foi realizada no dia 30 de setembro, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro dos seus últimos elementos a bordo do NTr Ary Parreiras.

(2) A solenidade foi realizada com muito brilhantismo e grande repercussão. Os seguintes propósitos inspiraram esta Comissão na concepção e na organização da solenidade:

- Destacar, perante a opinião pública, a contribuição das Fôrças Armadas do Brasil no restabelecimento da paz e da ordem democrática na República Dominicana;
- Ressaltar a conduta exemplar do FAIBRAS no cumprimento da delicada missão que lhe foi atribuída;
- Expressar pùblicamente o reconhecimento pelo elevado conceito grangeado pela tropa brasileira que atuou em confronto com Fôrças de outros países.

2M.21.1, p. 77/128

(3) Para sua realização, nas melhores condições, com a maior ênfase possível, propiciando uma apresentação condigna e significativa perante as autoridades e o público, a Comissão Especial FAIBRAS elaborou um planejamento minuncioso, estabelecendo tôdas as ligações necessárias e mantendo estreita coordenação com diversos órgãos e autoridades.

(4) A solenidade foi coroada do maior êxito, atingindo plenamente a sua finalidade. A sua execução compreendeu, em linhas gerais, duas partes:

1ª Parte - Chegada do NTr Ary Parreiras:

- Homenagem da Marinha - O NTr Ary Parreiras entrou na barra do Rio de Janeiro escoltado por navios de guerra da Marinha Brasileira;
- Homenagem do Exército - Forte de Copacabana, as Fortalezas de Santa Cruz e de São João e o Forte de Lages, saudaram com salvas, sucessivamente, a passagem do navio - transporte.
- Homenagem da Fôrça Aérea - O navio-transporte foi sobrevoado, no percurso da entrada da barra até o interior da Baía de Guanabara por esquadrilha da Fumaça.

2ª Parte - Solenidade junto ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em que tomaram parte os três Contingentes do Gpt Fuz Nav, o 3º Contingente do I/REsI e o pessoal dos Contingentes anteriores do I/REsI, em serviço ativo nas Guarnições do Estado da Guanabara e imediações. Diversos atos solenes foram então realizados, destacando se a homenagem e a despedida do Cmt do FAIBRAS aos seus comandados.

(5) Na mesma solenidade, foi lido o decreto de extinção do FAIBRAS.

(6) A solenidade de recepção do FAIBRAS caracterizou-se, ainda, o zêlo e interêsse com que esta Comissão sempre distinguiu àquela Fôrça, prestando-lhe, em tôdas as oportunidades, a melhor assistência.

d. Outras Atividades

(1) Realizou conferências sôbre a situação na República Dominicana e a missão do FAIBRAS, nos seguintes órgãos:

2M-21-1, p. 78/128

- Estado-Maior da Armada
- Estado-Maior do I Exército
- Escola Superior de Guerra
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

(2) Comunicações

(a) Apoiada pelo Serviço de Comunicações do EMFA, utilizou as rêdes rádio da Marinha, Exército e Aeronáutica no decorrer de suas atividades, sendo que o tráfego de mensagens com o FAIBRAS esteve a cargo da rêde do Exército.

(b) Diàriamente, ligava-se, em fonia, com o FAIBRAS através do PTA, o que trouxe grande facilidade e rapidez nas decisões que implicavam na troca de impressões e informações.

(3) Secretaria

Os trabalhos de Secretaria podem ser avaliados pela estatística de movimento de seu expediente:

EXPEDIENTES DA CEF

EXPEDIDOS (OSTENSIVOS)

Ofícios	427
Partes	95
Memorandos	6

EXPEDIDOS (CLASSIFICADOS)

Ofícios Secretos	3
Ofícios Reservados	6
Relatórios Periódicos	268

RECEBIDOS (OSTENSIVOS)

Ofícios	81
Partes	6
Memorandos	6

RECEBIDOS (CLASSIFICADOS)

Ofícios Secretos	7
Ofícios Reservados	8

(4) Serviço de Permanência

(a) Para assegurar seu funcionamento ininterrupto, a CEF estabeleceu um serviço diário de Oficial de Permanência, acompanhado de operador de telex , escrevente e mensageiro.

(b) Êsse Serviço teve início a 21 de maio e foi encerrado na data da chegada do último contingente do FAIBRAS ao Rio (30 Set 66).

(5) Suprimentos

Para suplementar a alimentação da tropa, a CEF providenciou e coordenou a remessa semanal de 3 toneladas de gêneros fornecidos pelo Estabelecimento Pandiá Calógeras. Essa providência se revelou de grande valia para atender ao nosso soldado que não se adaptou, inteiramente, às rações americanas, foi mantida desde a partida até o regresso do FAIBRAS.

(6) Transporte

Um dos pontos altos da atuação da CEF foi a coordenação dos transportes aéreos e marítimos em apôio ao FAIBRAS. O transporte pode ser dividido em duas categorias: de rotina e operacional.

(a) Transporte de rotina

Para atender transporte de gêneros, encomendas, malas postais e passageiros, a CEF contou com o apôio da FAB que estabeleceu uma linha semanal para São Domingos, utilizando os aviões C-82 e C-119 do CATTer e C-54 do COMTA.

(b) Nos transportes operacionais, a CEF, a cada substituição de contingente, aprimorava seus planos e hoje pode se orgulhar de haver realizado e coordenado duas operações pioneiras: o da 2ª substituição com o emprêgo exclusivo do transporte aéreo e o regresso do FAIBRAS, combinando os meios aéreos e marítimos. A eficiente participação da FAB e da ARMADA no estudo, preparação e execução dessas operações, numa cerrada coordenação da CEF, foi sem dúvida a chave do êxito dessas operações. É conveniente ser ressaltado a grande flexibilidade e eficiência no transporte de nossas fôrças militares decorrentes da entrada em serviço dos novos aviões C-130 da FAB, que prestaram relevantes serviços na substituição e regresso do FAIBRAS.

(7) Finanças

Essa atividade logística foi objeto de coordenação da Comissão Especial, pois na elaboração das propostas-orçamentos para o FAIBRAS, sempre participou como elo de ligação, entre o contingente da Fôrça Singular e seu respectivo Ministério, em todos os assuntos atinentes ao apôio financeiro, seja ha forma de vencimentos, custeio de transporte ou de alimentação.

2M-21-1, p-80/128

(8) Visita ao Brasil de oficias estrangeiros em serviço na República Dominicana.

- Devidamente autorizado pelo Exmo Sr Presidente da República, o Comandante da FIP programou uma série de visitas de Oficiais daquela Fôrça ao Brasil, tendo em vista o interêsse demonstrado pelo Brasil e, mais precisamente, pelo Rio de Janeiro.
Ficou estabelecido que os Oficiais viajariam nos aviões da Fôrça Aérea Brasileira permanecendo por um período de oito a dez dias. sendo atendidos no Rio pela Comissão Especial FAIBRAS.
Assim, foram iniciadas as visitas a 6 de abril, tendo terminado a 27 de agôsto de 1 966, com um total de quarenta e sete visitantes, durante êste período.
Pode-se salientar também algumas visitas ao Parque Industrial de São Paulo por alguns dos Oficiais visitantes, inclusive a filmagem de uma dessas visitas por cinegrafistas do Exército dos EUA, em serviço na República Dominicana.

(9) Encerramento das atividades da CEF
Com a expedição do ofício 427/CEF de 5 Dez 66, ao Exmo Sr Chefe do EMFA, foram dadas como encerradas as atividades da Comissão Especial FAIBRAS.

8.1.6 - APRECIAÇÃO GERAL E CONCLUSÃO

1. A constituição da CEF com representantes das 3 Fôrças Armadas permitiu:
   a. Melhor compreensão dos problemas atinentes a cada Fôrça Singular, tanto no que se refere ao apôio logístico, quanto a ação operativa de seu componentes;
   b. Rápido andamento dos interêsses do FAIBRAS junto a cada Ministério; e
   c. Colhêr ensinamentos sôbre o emprêgo e funcionamento de um EM conjunto, apoiando fôrças atuando no âmbito de uma operação interamericana.
2. Sua subordinação direta ao Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas situou a CEF num escalão que lhe facultou:
   a. Assessorar o Chefe do EMFA nos assuntos ligados ao FAIBRAS, facilitando o cumprimento da missão atribuída pelas Instruções nº 1 - FAIBRAS, atuando em alto nível e pelos canais de execução mais expeditos.

2M 21.1, p. 81/128

b. Entendimentos diretos e imediatos com os Ministérios Militares e outros órgãos vinculados à missão do FAIBRAS.

c. Ligação direta e permanente com o FAIBRAS.

3. O grande ensinamento colhido em função do resultado da atuação da CEF é a necessidade imperiosa da existência de um órgão com as suas atribuições, sempre que surja a necessidade de manutenção de uma Fôrça Expedicionária no exterior, com o propósito de:

a. Encarregar-se do planejamento da organização, transporte e apôio logístico da Fôrça;

b. Ter a seu cargo a coordenação da execução do transporte e do apôio logístico;

c. Assegurar a ligação com a Fôrça e, no País, com os Ministérios e Órgãos Civis e Militares, vinculados à missão da Fôrça.

4. A experiência adquirida permite ainda ressaltar, entre outros, os seguintes ensinamentos:

a. Vantagem da manutenção de um serviço de fonia diário, possibilitando constante ligação de comando, rápida solução de problemas administrativos e aceleração no fluxo logístico, principalmente no que se refere a itens críticos; e

b. Importância da manutenção de vôos regulares, para o transporte de gêneros, correspondência, encomendas, etc, pelo seu significativo reflexo na elevação do moral da tropa.

8.1.7 - APRECIAÇÕES GERAIS

No cumprimento das árduas e delicadas tarefas que lhe foram atribuídas, a CEF se constituiu num elo de ligação entre o FAIBRAS e os diferentes órgãos de estudo, planejamento, decisão, apôio e demais interessados em suas operações e no moral e bem estar de nossa tropa na República Dominicana. A CEF realizou a vinculação efetiva do FAIBRAS com o EMFA (e, através dêste, com a Presidência da República), com os Ministérios Militares e, em certos casos e quando devidamente autorizada com as Unidades de origem dos contingentes do FAIBRAS, com os Estados-Maiores e Organizações Militares de suprimentos e transporte, Organizações Assistenciais e, especialmente, com as famílias dos nossos soldados empenhados no Caribe. Deu Cabal cumprimento à sua missão apresentando um grande acêrvo de realizações e colhendo experiência e ensinamentos que poderão ser de grande valia em operações futuras.

8.2 - COMISSÃO DE ESTUDO DE PADRONIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS - CEPEE

8.2.1 - LEGISLAÇÃO

- Portaria nº 2/CEC/EMFA - BI 14 - 2 Fev 66 - Fls 33
- Portaria nº 44/Gab/Exp - BI 128- 31 Out 66 - Fls 659

8.2.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Projeto de protocolo criando o Instituto de Normalização e Ensaios de Eletrônica (INEE), acompanhado de minuta de estatutos. Visa o trabalho os objetivos seguintes:

a) elaborar Normas
b) elaborar especificações
c) executar ensaios de homologação, ensaios de recebimento e ensaios de contrôle continuado de qualidade
d) estudos e pesquisas relacionados com os serviços.

8.3 - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

8.3.1 - LEGISLAÇÃO

- BI 89 - 25 Jul 66 - Fls 452.
- Decreto nº 53 898 - 29 Abr 64 (Decreto 58 829 - 15 Jun 66).

8.3.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- Deliberar sôbre o projeto de Regimento Interno da CDI, elaborado pela Secretaria-Geral;
- Deliberar sôbre o "Plano de Expansão da Indústria de Motores Diesel";
- Deliberar sôbre o anteprojeto de Lei que estabelece preferência para compra do produto nacional e dá outras providências;
- Deliberar sôbre anteprojeto do Decreto que "Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas e fixa normas para a fabricação de colhedeiras automotrizes ou combinadas";
- Carta proposta da emprêsa Booz-Allen & Hamilton de cooperação com a CDI;
- Projeto de Decreto-Lei que concede estímulos fiscais a diversos setores industriais;
- Projeto de Decreto-Lei que concede incentivos para o desenvolvimento da indústria de motores Diesel;
- Projeto de Decreto que reorganiza os Grupos executivos e cria dois novos, respectivamente para a indústria de papel e artes gráficas e de material de construção civil;

- Projeto de Decreto que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas e fixa normas para a fabricação de colhedeiras, automotrizes ou combinadas.

8.4 - COMISSÃO DO CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES - CCVM

8.4.1 - LEGISLAÇÃO

Decreto 54 440, de 28 Out 66.
BI 142 e 146/66.

8.4.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Os trabalhos realizados, durante o ano, constam das súmulas, cabendo destacar os seguintes assuntos:

- Gratificação de Localidade Especial;
- Transporte de empregado doméstico;
- Auxílio de Fardamento a capelães;
- Diária de Asilado;
- Remuneração de Taifeiros;
- Diária de Alimentação e Pousada;
- Indenização de Representação;
- Incorporação aos proventos da Gratificação de Função Militar, categoria "B" letra "g";
- Alteração do Art 105 do CVM - missão no exterior;
- Assistência médico-social das Fôrças Armadas.

Foram realizadas reuniões, às têrças-feiras na Biblioteca do EMFA, conforme constam de dezoito súmulas apresentadas.

8.5 - COMISSÃO DE ARMAMENTO MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS DE USO COMUM NAS FÔRÇAS ARMADAS

8.5.1 - LEGISLAÇÃO

BI 126, de 24 Out 66 - fls 647.

8.5.2 - TRABALHOS REALIZADOS

A padronização de item de representação de uso comum nas Fôrças Armadas, particularmente a relativa a armamento, munições e explosivos, de há muito vem merecendo as atenções dêste Órgão. Assim por Portaria nº 53/Gab/Exp, de 24 Nov 66, esta Chefia constituiu Comissões com representantes dêste Estado-Maior e Ministérios Militares, a fim de equacionar o problema.

8.6 - COMISSÃO DE MÍSSEIS E FOGUETES DAS FÔRÇAS ARMADAS

8.6.1 - TRABALHOS REALIZADOS

Uma política de mísseis e foguetes para as Fôrças Armadas,

2M.21.1, p. 84/128

coordenada com políticos afins de âmbito científicos, que já era antes, uma necessidade, agora torna-se uma imposição. Por isso, coube a êste Estado-Maior, atendendo aspirações de Fôrças Singulares, propor ao Exmo Sr Presidente, em EM 08-D-86, de 7 Dez 66, a criação da COMISSÃO DE MÍSSEIS DAS FÔRÇAS ARMADAS.

2M.21.1, p. 85/128

9 - REPRESENTAÇÃO DO EMFA EM DIFERENTES ÓRGÃOS DO [illegible]

O EMFA em 1 966 participou diretamente do estudo dos mais variados problemas, alguns da mais alta magnitude, ligados à conjuntura nacional.

9.1 - CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

9.1.1 - LEGISLAÇÃO

Lei 4 117, de 27 Ago 62
Decreto 52 026, de 20 Mai 63
Decreto 52 859, de 18 Nov 63
Decreto 53 352, de 26 Dez 63
Decreto 52 795, de 31 Out 63
Decreto 57 611, de 7 Jan 66
Decreto 58 555, de 31 Mai 66.

9.1.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- 124 processos relatados;
- Elaboração de documentação básica elaborada ou organizada pelo representante do EMFA em número de 16, e, com sua participação em número de 17. Tais como:
  - Reforma Administrativa;
  - Sobretarifas para o Fundo Nacional de Telecomunicações;
  - Cláusulas Padrão;
  - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
  - Regulamento dos Serviços de Telefonia;
  - Compra da Cia Telefônica Brasileira pelo Govêrno Federal;
  - Caso TV-Globo & Time-Life
  - Normas gerais para realização de Tráfego Mútuo;
  - Participação popular na Organização e Expansão do Serviço de Telefonia Local;
  - Plano de Telecomunicações do Estado do Rio Grande do Sul;
  - I Congresso Brasileiro de Telecomunicações;
  - Regulamento do Art 160 da Constituição Federal;
  - Aprovação de contratos de concessão de Serviços de Telefonia;
  - 17 resoluções;
  - 12 anexos;
  - Serviço Telefônico em Viaturas;
  - Serviço de Segurança Regularidade e Administração;

2M-21.1, p. 86/128

- Plano de Emergência do Estado do Paraná;
- Conferência da XI Assembléia Plenária do CCIR;
- Política Nacional de Telecomunicações.

9.1.3 - OUTROS TRABALHOS REALIZADOS

- Expansão dos Serviços Telefônicos do Estado da Guanabara;
- Conferência de Telecomunicações Aeronáuticas;
- Estação Terrena de Satélites;
- Tronco-Sul do Plano Nacional de Telecomunicações;
- Instalação de Delegacias Regionais;
- Mudança do CONTEL para sede própria;
- Acôrdo Internacional sôbre Televisão;
- Normas Técnicas;
- Escolas de Telecomunicações;
- Conferências Internacionais;
- Conta de Princípios da UIT;
- Quadro do CONTEL;
- Planos Estaduais de Telecomunicações;
- Normas para Revisões Tarifárias e Plano de contas-padrão;
- Participação do Brasil no Sistema de Telecomunicações por Satélites.

9.1.4 - APRECIAÇÕES PARCIAIS

Como se depreende as atividades do CONTEL, durante o ano de 1 966, se concentraram, bàsicamente, nas seguintes direções:

- estruturação do próprio Conselho;
- institucionalização das telecomunicações;
- afirmação do Brasil no campo internacional;
- atividades da EMBRATEL;
- problemas relacionados com a indústria e o ensino das telecomunicações;
- início da implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações.

a) - Estruturação do CONTEL

Traduzida, principalmente, nos seguintes fatos:

- mudança e organização da sede própria;
- aprovação do Quadro de Pessoal;
- ativação das Delegacias Regionais de Recife (PE), Pôrto Alegre (RS) e São Paulo (SP);
- criação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;

2M-21.1, p. 87/128

- adoção de Normas que dinamizaram o processamento administrativo.

b) - Institucionalização das Telecomunicações
Caracterizada pela:
- aprovação dos Regulamentos dos Serviços de Telefonia e dos Serviços de Radioamador;
- elaboração de Normas Técnicas a serem aplicadas em todos os serviços de telecomunicações;
- aprovação das cláusulas que orientam os contratos de concessão, das normas para tráfego mútuo e revisões tarifárias e, ainda, do plano de Contas para padronizar a contabilidade das emprêsas;
- elaboração (em início) do Plano Nacional de Radiodifusão.

c) - Afirmação do Brasil no campo internacional
Provam-no os resultados obtidos pelas Delegações brasileiras nas Conferências Internacionais mencionadas e os acôrdos e entendimentos celebrados e em desenvolvimento, numa demonstração evidente de que o nosso país está assumindo o papel, que lhe pertence, de liderar a América Latina no setor das telecomunicações.
Merecem destaque, os seguintes fatos, referentes ao nosso país:
- é Vice-Presidente da CITEL (Comissão Interamericana de Telecomunicações - da OEA) e Presidente do Grupo Coordenador da Implantação da RIT (Rêde Interamericana de Telecomunicações);
- está sendo convidado a presidir, em 1 967, o INTEL SAT (Consórcio internacional que explora os serviços de telecomunicações via-satélites);
- o Brasil faz parte do Conselho de Administração da UIT (União Internacional de Telecomunicações);
- foi escrutinador da eleição do Presidente do CCIR (Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações) em Oslo - Noruega, onde conseguiu, também, fazer sentir sua presença no problema da televisão em côres;
- teve escolhido um seu jurista (o 2º mais votado) para participar da elaboração da "Carta de Princípios da UIT";
- está conseguindo congregar, em tôrno de sí, os países latino-americanos, para a solução de problemas internacionais.

2M.21.1, p. 88/128

d) Atividades da EMBRATEL

Devem ser ressaltadas:

- sua instalação, organização e consolidação;
- participação na compra da Companhia Telefônica Brasileira (CTB), sua dinamização e expansão dos seus serviços;
- estudos para receber os troncos de micro-ondas do DTUI (Departamento de Telefonia Urbana e Interurbana da NOVACAP);
- início da implantação do Tronco-Sul do Plano Nacional de Telecomunicações;
- início da construção da Estação Terrena Brasileira do Sistema de Telecomunicações Via-Satélites.

e) - Ensino e Indústria de Telecomunicações

No setor do Ensino merecem citação:

- o início das atividades do INATEL (Instituto Nacional de Telecomunicações), organização privada, localizada em Santa Rita do Sapucaí (MG) e que se propos a formar técnicos e especialistas de telecomunicações;
- os entendimentos que vêm sendo mantidos com o Ministério da Educação e Cultura e com a União Internacional de Telecomunicações, para a criação de novas escolas e cursos, de modo a se obter uma quantidade de técnicos e especialistas, compatível com o grau de desenvolvimento das telecomunicações nacionais.

No setor da Indústria destacamos:

- a definição da política para Implementação do Sistema Nacional de Telecomunicações e as Diretrizes para atingir os objetivos fixados naquela política, traduzidas nas Resoluções nos 29 e 30, de 1 966, dêste Conselho;
- os trabalhos sôbre sinalização, numeração e especificação de equipamentos, que vêm sendo realizados em ligação íntima com a própria Indústria.

Contudo, o CONTEL, agora, está convenientemente amadurecido para enfrentar os complexos problemas relacionados com a indústria de telecomunicações e, conseqüentemente, irá definir e dinamizar as atividades do GEITEL (Grupo Executivo da Indústria de Telecomunicações), começando por procurar subordiná-lo, diretamente, ao CONTEL, e não, ao Ministério da Indústria e do Comércio como se encontra.

2M.21.1, p. 89/128

f) - Implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações.

Sob êsse título, o que podemos concluir é que estamos em plena fase do Planejamento, cujas atividades alcançaram um bom índice de desenvolvimento. Alguns empreendimentos já atingiram a fase de execução e, dentre êles podemos ressaltar o início da implantação do Tronco-Sul e da instalação da estação terrena de comunicações por satélites, pela EMBRATEL; o comêço da execução do plano estadual de telecomunicações do Estado do Paraná; os inúmeros programas de instalação e ampliação de serviços de telefonia local e da construção de linhas e canais subsidiários do próprio sistema nacional de telecomunicações.

9.1.5 - APRECIAÇÕES GERAIS

As telecomunicações nacionais, finalmente, foi mostrado, o caminho que lhes permitirá cooperar de maneira sensível no desenvolvimento do País.

A estrutura administrativa determinada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações para o setor correspondente tem conseguido obter resultados bastante satisfatórios, merecendo louvores as atividades do CONTEL, profícuas e eficientes.

A verdade é que o Brasil , no setor que estamos examinando, está vivendo uma fase que temos denominado de "Explosão das Telecomunicações" e, inegàvelmente, se por um lado é com satisfação que vemos tal coisa acontecer, por outro, redobram os cuidados e atividades dos dirigentes para controlar aquela "explosão", de maneira a eliminar as possíveis consequências danosas e aproveitar, ao máximo, tôda pujança da sua energia criadora.

Tudo indica que o próximo quanquênio será decisivo para as telecomunicações brasileiras e se constituirá, temos certeza, numa fase de empreendimentos notáveis , caracterizada por uma atividade fecunda e bem coordenada, com reflexos, os mais profundos e benéficos, nos demais setores da vida nacional.

2M.21.1, p. 90/128

9.1.6 - a) ESTRUTURAÇÃO DO CONTEL

- Aprimorar sua organização.
- Aperfeiçoar o Processamento Administrativo.
- Ativar as Delegacias Regionais instalando paralelamente, a Rêde de Fiscalização das Telecomunicações.
- Zelar pela melhor aplicação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

- Elaborar os seguintes Regulamentos:
- dos Serviços de Telegrafia.
- dos Serviços Limitados.
- dos Serviços Especiais.
- Concluir os trabalhos sôbre "Normas para Revisões Tarifárias " e " Planos de Contas - Padrão".
- Instar pela elaboração e aprovação das Normas Técnicas e Especificações ainda faltosas.

c) CAMPO INTERNACIONAL

- Acompanhar os problemas relativos à RIT (Rêde Interamericana de Telecomunicações) e do CITEL (Comitê Interamericano de Telecomunicações.
- Observar o desenvolvimento das atividades brasileiras - no INTELSAT, no Conselho de Administração da UIT, na preparação da "Carta de Princípios da UIT" e no CITEL.
- Estar atento às atividades internacionais de telecomunicações de interêsse para o Brasil.

d) POLÍTICA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

- Submeter ao EMFA o documento básico que, sob êsse título foi incumbido de confeccionar.
- Acompanhar a elaboração do Plano Nacional de Radiodifusão.
- Observar a realização do Projeto Global do Plano Nacional de Telecomunicações.
- Manter-se informado sôbre as atividades da EMBRATEL
- Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos relativos à construção da estação terrena, brasileira, de telecomunicações Via-Satélites.
- Observar e propor medidas para o desenvolvimento das telecomunicações nacionais, principalmente no que diz respeito à futura existência de um verdadeiro Sistema Nacional de Telecomunicações.

2M.21.1, p. 91/128

- Prosseguir no desenvolvimento de providências capazes de estimular a indústria de telecomunicações no País.
- Continuar na busca de medidas que concorram para o desenvolvimento do ensino técnico-profissional dos ramos pertinentes às telecomunicações.
- Observar e manter o EMFA informado sôbre os reflexos no Setor das Telecomunicações da Reforma Administrativa e da promulgação da nova Carta Magna.

9.2 - CONSELHO FERROVIÁRIO FEDERAL

9.2.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962
- Dec nº 1.710, de 28 de novembro de 1962
- Dec nº 209, de 18 de janeiro de 1963
- Despacho em 18 de outubro de 1963 do Ministro da Viação e Obras Públicas
- Dec nº 53.902, de 30 de abril de 1964

9.2.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- Realizou 70 reuniões
- Relatou 27 processos
- Participou da elaboração de 200 resoluções

9.2.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

O CFN delibera sôbre política ferroviária do Govêrno Federal. Trata dos empreendimentos ferroviários novos e das ferrovias existentes, traçando programas pluvianuais, orçamentos, programas setoriais, aprovando projetos e contratos.

Ao representante do EMFA, além das atribuições que lhe impõem as diretrizes do próprio Estado-Maior, que dizem respeito a problemas de Segurança Nacional e utilização das ferrovias para fins militares, cabe apreciar, nos têrmos do Regimento Interno, todos os processos que lhe são distribuídos pela Presidência do Conselho.

A presensa do EMFA no CFN é útil porque resguarda os interêsses da Segurança Nacional no que respeito ao sistema ferroviário além de manter o EMFA permanentemente bem informado a respeito do que se passa naquele setor dos transportes nacionais.

2M.21.1, p.92/128

9.3 - CONSELHO DELIBERATIVO DA REPRESENTAÇÃO DO EMFA NA SUNAB

9.3.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Lei delegada
- Dec nº 51.620, de 31 de dezembro de 1962

9.3.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Durante o ano de 1966 foram discutidos e estudados diversos processos encaminhados e informados pela Secretaria Executiva os quais deram origem a 51 Resoluções do Conselho Deliberativo numerados de 258 a 308. A coletânea de Resoluções está devidamente arquivada na 4ª Seção do EMFA.

Foram realizadas 6 sessões para soluções de processos e resoluções.

9.3.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1967 E APRECIAÇÃO GERAL

I - Com a criação da Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento, do Conselho Consultivo do Planejamento (CONSPLAN), do Grupo Executivo de Movimentação de SAFRAS e da Comissão Nacional de Estímulo à Estabelização de Preços, ficou bastante reduzida a área de ação do Conselho Deliberativo;

II - As linhas mestras que norteam os trabalhos em 1966 podem ser resumidas nos seguintes objetivos:

a) estabilização dos preços
b) restabelecimento progressivo do primado da concorrência
c) incentivo ao desenvolvimento da exportação
d) regulagem do mercado de alimentos básicos mediante ação coordenada da Comissão de Financiamento da Produção (CEP), Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)
e) medida de ação imediata para os problemas de conjuntura e planejamento de profundidade para os de estrutura, ligados ao abastecimento.

9.4 - CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE

9.4.1 - LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Lei nº 3.692, de 15 Dez 1959
- Dec nº 47.890, de 9 de março de 1960

2M 21.1, p. 93/128

- Dec nº 48.530, de 18 de julho de 1960
- Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963
- Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965

9.4.2 - TRABALHOS REALIZADOS OU ASSUNTOS TRATADOS DESTACANDO O PARECER DO " E M F A "

a) De um modo geral, o ano de 1966 foi para a SUDENE, marcado pela ocorrência de emergência sêca parcial nos Estados do Ceará R G Norte e Paraíba e enchentes nas áreas de Recife e Salvador, acarretando, conseqüentemente, à intensificação das atividades do FEANE (Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste), e da CANESA (Companhia de Alimentação do Nordeste, Sociedade Anônima). Além disso, o Conselho Deliberativo apreciou uma grande quantidade de solicitações empresariais (Cêrca de 70 em cada reunião) versando sôbre pedidos de concessão de incentivos fiscais, isenção de taxas aduaneiras e outras. Foram também objetivo de deliberação do conselho e instituição do FIDENE (Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste), a política governamental em relação à agro-indústria do açúcar - daí resultando da organização do GERAN (Grupo Executivo da Reforma Agrária no Nordeste) - a execução do Orçamento-Programa para 1966, com a aprovação de alterações de pequena monta, a reorganização da Secretaria Executiva tendo sido aprovado anteprojeto de decreto a ser encaminhado ao Poder Executivo - o Orçamento- Programa para 1967 - aprovado na 17ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em Recife a 20 de dezembro e a posição da SUDENE face a uma possível ocorrência de sêca no Nordeste, no ano de 1967, com a apresentação, pela Secretaria Executiva, de um projeto de Plano de Emergência, que não chegou a ser aprovado.

Com relação a todos os assuntos abordados, o parecer do representante do EMFA estêve sempre de acôrdo com as diretrizes traçadas pela Chefia do EMFA resumidas nos seguintes prossupostos:

- respeito à legislação vigente
- preservação das bases de bom entendimento e leal cooperação entre a SUDENE, como órgão investidos

2M.21.1,p.94/128

e responsável pela execução da política governamental para o Nordeste, e o 1º Grupamento de Engenharia, como órgão executor.

- propugnação por uma execução orçamentária administrativamente legal e acorde com os programas aprovados.
- Zêlo pela moralidade administrativa e atuação tanto quanto possível prática, objetiva e produtiva.

b) SÊCA PARCIAL DE 1966

O problema foi suscitado na 71ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada a 13 de abril em São Luiz do Maranhão, pelo então Governador do Estado do Ceará, que solicitou o reconhecimento do Estado de Emergência em 34 Municípios do Estado, sob a alegação de que, por falta de chuvas, já aquela altura não mais esperadas, caracterizara-se a perda total das lavouras de subsistência e um forte surto de desemprêgo rural.

Prestando esclarecimentos ao plenário, em resposta ao Governador do Ceará, o Superintendente da SUDENE afirmou dispôr de informações, oriundas de vários pontos da Região e verificadas em inspeções locais, segundo as quais era de se esperar a normalização do inverno, ainda que tardio. Reconhecia, porém, que as lavouras plantadas na época tradicional haviam sido perdidas e que, em alguns Municípios, o problema do desemprêgo rural exigia medidas assistenciais imediatas, Os debates generalizaram-se em alguns momentos tornaram-se acertos. Ao fim, o Conselho negou o reconhecimento do Estado de Emergência pleiteado pelo Governador do Ceará, mas autorizou o Superintendente da SUDENE a declará-la nas áreas que verificasse terem sido atingidas pela estiagem parcial.

Em decorrência dessa resolução (Nº 2.230/66, de 13 de abril de 1966), foram abertas Frentes de Trabalho de Emergência nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, financiadas com recursos de FEANE e administradas pelo 1º Grupamento de Engenharia, DNOCS, Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem e pela própria SUDENE, havendo participado das atividades assistenciais, embora sub

sidiàriamente, a SUNAB, COBAL, CIBRAZEM e CANESA.

No total, o FENE despendeu, com a sêca parcial de 1966, cêrca de 12 bilhões de cruzeiros, dos quais 2/3 provenientes dos recursos de destinação específica previstos no Artigo 198 da Constituição Federal, tendo-se evitado maiores repercussões econômicas e sociais, em decorrência de fenômeno. E, o que é mais importante, estabeleceram-se novos padrões de procedimento, visando o combate metódico e racional aos efeitos das sêcas periódicas no Nordeste.

c) POLÍTICA GOVERNAMENTAL PARA A AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

Na Reunião Extraordinária realizada a 31 de maio de 1966, em Recife, um dos assuntos em pauta era um projeto da Emprêsa Usina São José, do Estado de Pernambuco, que solicitava recursos provenientes das cotas de impôsto de renda depositados no Banco do Nordeste, para a modernização e racionalização de sua produção.

A Superintendência da SUDENE aproveitou a discussão dêsse projeto por ser o primeiro que se apresentava, de uma emprêsa agrícola, para fixar sua posição - e indiretamente a do Govêrno Federal - face à crise da indústria açucareira do Nordeste. Comunicou ao plenário, na ocasião, a constituição do GERAN (Grupo Executiva da Reforma Agrária no Nordeste), composto de representantes da SUDENE, Ministério da Fazenda, IBRA, Ministério da Agricultura, cujas conclusões poderiam ser resumidas da forma abaixo, refletindo a orientação governamental no assunto e que prevê a modernização da indústria açucareira do Nordeste, de modo a atingir posição de poder competir com a de outras regiões do País, admitindo-se para isso a locação de recursos provenientes das cotas de impôsto de renda depositadas no Banco do Nordeste, mas respeitadas as seguintes condições:

a) absorção da mão-de-obra liberada pela racionalização da indústria em outros empreendimentos locais;
b) liberação da área de terra tornadas disponíveis para ensaios de reforma agrária;

2M.21.1, p.96/128

c) ação conjunta e coordenada de todos os órgãos governamentais interessados.

d) CAPITAL DE GIRO PARA AS EMPRÊSAS INDUSTRIAIS DO NORDESTE

Na 75ª Reunião do Conselho realizada em Fernando de Noronha, a Secretaria Executiva submeteu à consideração do Conselho, em caráter de urgência, isto é, com distribuição durante a própria reunião, um projeto de normas regulando a concessão dos favores instituídos pelo Decreto nº 59.001, de 5 de agôsto de 1966, que permite a utilização de recursos das cotas de Impôsto de Renda depositadas no Banco do Nordeste para a formação ou restauração do Capital de Giro das emprêsas industriais do Nordeste, mediante sua incorporação ao Capital da emprêsa. Alguns conselheiros, notadamente o representante do Estado da Paraíba, arguiram contra o projeto a hipótese de vir o Govêrno Federal a fornecer recursos para a perpetuação de organizações viciadas e deformadas, sem nenhuma vantagem para economia e desenvolvimento da Região. Após debates calorosos, e ante a garantia formal do Presidente do Banco do Nordeste, de que a concessão dêsses favores seria cercada de tôda à cautela, para que não fôssem distorcidas as intenções do Govêrno Federal, em seu desejo de amparar a Indústria do Nordeste, o projeto foi aprovado.

E, ao que parece, a SUDENE e o Banco do Nordeste estão sendo realmente cautelosos na aplicação dessas normas, pois, decorridos três meses, o Presidente do Banco do Nordeste informava ao representante do EMFA, durante a reunião do dia 21 de dezembro, que até agora nenhuma emprêsa recebeu qualquer parcela dos recursos confiados à guarda do Banco, e que tôdas as solicitações feitas estão sendo minuciosa e exautivamente examinadas, dentro dos critérios fixados nas normas aprovadas.

2M.211,p.97/128

e) REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA

Na reunião de 19 de outubro de 1966, realizada em Recife, o Superintendente da SUDENE submeteu ao referendo do Conselho portaria baixada com base no artigo 11 do Regulamento baixado com o Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960 e no parágrafo único do artigo 7 e artigo 28, tudo do Regimento Interno do Conselho.

O documento em causa, que reestrutura a Secretaria do Conselho Deliberativo da SUDENE, foi aprovado sem pareceres em contrário, aceita a justificativa de que essa reorganização se fazia necessária, tendo em vista a adequação da Secretaria as atuais necessidades do serviço.

f) PLANO DE EMERGÊNCIA

O problema da elaboração do Plano de Emergência, previstos nos artigos 34 e seguintes do Regulamento baixado com o Decreto número 47.890, de 9 de março de 1960, foi suscitado pela Superintendência da SUDENE, que, na reunião de 18 de novembro de 1966, apresentou à consideração do Conselho um anteprojeto de Plano, sob a denominação de Plano para combater os efeitos de uma possível sêca no Nordeste em 1967. A representação do EMFA solicitou e obteve vistas do projeto, havendo apresentado parecer contrário à aprovação do mesmo, na reunião de 21 de dezembro. Por sua importância e implicações futuras, o assunto foi objeto de expediente em separado, encaminhado a êsse EMFA com o Ofício nº 34/AJG, Confidencial, de 27 de dezembro de 1966.

9.4.3 - APRECIAÇÃO GERAL

Consoante foi observado nos inúmeros contactos que esta Representação manteve com a SUDENE, no ano que agora finda, há, de parte da Direção do órgão, um esfôrço constante para dinamizá-lo e torná-lo ápto a realização dos objetivos buscados com sua criação. Entretanto, atuam em contraposição a êsse esfôrço, de certa maneira neutralizando-o e emper-

2M.21.1, p. 98/128

rando o funcionamento da SUDENE, os seguintes fatôres principais, sem cuja eliminação, no nosso entender, dificilmente a SEDENE poderá cumprir sua missão adequadamente;

a) Excesso de burocracia. De fato, como tivemos oportunidade de verificar, um documento entregue no protocolo geral da SUDENE, demora de 8 a 10 dias para chegar à repartição que o deva estudar e sôbre êle opinar. A mesma lentidão existe igualmente na circulação entre as diversar repartições, dentro da própria SUDENE. A justificativa alegada é sempre o acúmulo de serviço, mas acreditamos que providências objetivas poderiam ser tomadas, no sentido de dinamizar os processos burocráticos e eliminar as demoras prejudiciais ao bom andamento dos serviços.

b) Excesso de entidades subsidiárias e órgãos de execução. Como já foi assinalado por esta representação, em relatório anterior, a SUDENE demonstra uma acentuada tendência para enveredar pelo domínio da execução pròpriamente dita, com a criação constante de novas agências executivas, em muitos casos com superposição de encargos, o que gera disputas improdutivas entre os próprios órgãos da SUDENE e entre êstes e as demais entidades governamentais que atuam na Região. Além disso, os órgãos de execução criados, por falta de estruturação adequada, tendem sempre a trabalhar sob o regime de empreitada, com o conseqüente encarecimento dos serviços e o ensejo para a prática da advocacia administrativa e outros inconvenientes inerentes a êsse regime de trabalho.

c) A pressão exercida por alguns conselheiros, notadamente os Governadores de Estados, que procuram levar a SUDENE à defesa de posições de puro interesse local e político, em detrimento do planejamento global e regional, que é a razão de ser da SUDENE. Êsse fenômeno é principalmente visível nos casos em que o Conselho realiza reuniões fora de sua sede efetiva, quando os eventuais anfitriões apresentam indica-

2M.21.1,p.99/128

ções destituídas de sentido prático ou em desacôrdo com diretrizes governamentais conhecidas e em plena vigência. Outra forma, de que muitas vezes se reveste essa pressão, a qual a SUDENE nem sempre tem sabido resistir, é a dos entendimentos prévios na base da troca de apôio a projetos de mútuo interêsse, quase sempre em prejuízo da execução do planejamento geral e da própria execução orçamentária.

9.5 - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

9.5.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 - Artigo 67
- Dec nº 34.596, de 16 de novembro de 1953 que aprova o Regulamento do Ministério da Saúde, criado pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953
- Dec nº 55.242, de 18 de dezembro de 1964 que reestrutura o Conselho Nacional de Saúde
- Dec alterando o decreto para incluir um representante do EMFA e publicado no D.O. de 29 de maio de 1965 pag. 1.142.

9.5.2 - TRABALHOS REALIZADOS

a) Processo nº 2.323/65 Br. Projeto nº 2.055/64 sôbre previsionamento de práticos ou oficiais de farmácia.

b) Minuta de Decreto sôbre a realização da IV Conferência Nacional de Saúde.

c) Processo nº 34.302/64 Normas Técnicas Especiais para assistência e proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

d) Processo nº 6.231/66 Reunião da COSEZA, propondo a unificação das Secretarias do Conselho, CAI, etc.

e) Processo nº 2.517/63 Projeto de Lei nº 74/63, visando instituir no Brasil uma sociedade por Ações "INDUSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA S/A - FARMACOBRAS"

f) Processo nº 8.199/66, Código Nacional de Alimentos.

g) Processo nº 56.183/65, e 11.280/66 Referente a profissão de Técnicos em Fisioterapia e Terapêutica Ocupacional.

h) Processo nº 46.877/65, Regulamentação do exercício da prótese dentária.

2M 21.1, p. 100/128

i) Processo nº 31 033/66 Normas Técnicas Especiais para fabricação de produtos saneantes.

j) Processo nº 25 115/66 Encaminha minuta de Decreto para registro de Diploma.

9.5.3 - TRABALHOS QUE PROSSEGUIRÃO EM 1967

Dentro da mesma rotina em que se realizaram os trabalhos do corrente ano o Exmº Sr Ministro da Saúde contará com o assessoramento do Conselho para o ano de 1967 nos estudos e trabalhos que chegaram à apreciação dêsse órgão Colegiado.

9.5.4 - APRECIAÇÃO GERAL

Foi interessante a participação do EMFA no Conselho, pois vários assuntos envolvendo assuntos de interesse próximo ou remoto das Fôrças Armadas puderam ser esclarecidos facilitando as decisões a serem tomadas.

9.6 - GT DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTRÔLE E LOCALIZAÇÃO DE EMISSORAS (GT EOSCELEE)

9.6.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Dec nº 55.819, de 8 de março de 1965, publicado no D.O. de 9 de março de 1965, (Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar a organização dos Serviços de contrôle, Escuta e Localização dos Serviços de contrôle, Escuta e Localização de Estações Emissoras).

- Dec nº 56.892 de 22 de setembro de 1965, publicado no D.O. de 23 do mesmo mês (Prorroga o prazo para apresentação de relatório do Grupo criado pelo Decreto nº 55.819).

9.6.2 - TRABALHOS REALIZADOS

a) MISSÃO DO GRUPO DE TRABALHO

De acôrdo com o art. 3º do Dec. 55.819, de 8 de março de 1965, competia ao Grupo de trabalho:

- "Estudar e propor medidas que visem o aproveitamento eficaz do espectro de freqüências radio e a disciplinação das atribuições de freqüências para os diferentes tipos de serviços de radiocomunicações e outros que utilizem emissões radioelétricas;

2M.21.1, p. 101/128

- estudar a situação atual e o desenvolvimento planejado dos serviços de escuta, radiogoniometria e frequencimetria existentes nos diversos órgãos federais;
- elaborar os planos que visam a coordenação dos serviços existentes, traçando normas para o funcionamento do sistema centralizado;
- propor os atos necessários para concretização das medidas planejadas;
- estudar e propor a aquisição de equipamento para complementar o existente, a fim de implantar o sistema de contrôle, escuta e localização das estações emissoras do Brasil".

b) DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO

Para a execução da missão o Grupo foi dividido em 6 sub-grupos com os seguintes encargos principais:

- elaboração de um anteprojeto do Regulamento do Serviço de Fiscalização de Telecomunicações;
- preparação de um Plano de Distribuição de Faixas e Subfaixas, desde 10 kHz a 40 GHz, pelos diferentes tipos de serviços;
- elaboração de um Plano Básico para a instalação inicial e imediata do Serviço de Fiscalização de Telecomunicações.

c) DIRETRIZES GERAIS ADOTADAS

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

- O Serviço terá como órgãos:
  - de Direção - A Divisão de Fiscalização do DENTEL
  - de Chefias Regionais - as Seções de Fiscalização das delegacias Regionais do CONTEL
  - de execução - Postos de fiscalização
- A fiscalização de telecomunicações será exercida, em todos os seus aspectos, pelos Postos de Fiscalização, exceto das Comunicações Militares, que devem ficar a cargo dos Respectivos Ministérios.
- O Regimento Interno do CONTEL deverá ser modificado, no que se refere à Fiscalização, para atingir a estrutura proposta.

2M.21.1, p. 102/128

- O Regulamento fixará os Postos de Fiscalização com sua localização, mas será dada atribuições ao CONTEL para ativá-los, classificá-los e reclassificá-los de acôrdo com a necessidade e expansão do Serviço.
- Orientação geral do Regulamento de Radiocomunicações da UIT (1959), das Normas da FCC e das recomendações do CCIR e CCITT.
- Na Faixa de ondas curtas (HF) e nas freqüências muito altas (VHF) foram estabelecidas subfaixas privativas para CO (Correspondência Oficial), CP (Correspondência Pública) e CV (Correspondência Privada); nas de CO foram estabelecidas subfaixas privativas a cada uma das Fôrças Armadas e uma subfaixas para outros órgãos de govêrno.
- Nas faixas de VHF, UHF e SHF foram atribuídas subfaixas para os sistemas de faixa, média e alta capacidade considerando, principalmente, a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações. Foi levada em consideração a contribuição da Indústria Nacional para o fornecimento de equipamentos.
- Foram estabelecidas Normas Gerais para a utilização das faixas.

9.6.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

No início de seus trabalhos, o GT começou a coligir os dados básicos para a visualização do problema, utilizando-se dos Registros de emissões, (freqüências, prefixos, operadores, etc.) existentes no DENTEL. As informações atualizadas, trazidas pelos representantes dos Ministérios Militares e do Departamento de Correios e Telégrafos, relativas a seus respectivos serviços demonstraram um flagrante desacôrdo com aquêles registros, que, além de incompletas, são de difícil manejo e contrôle.

A consulta feita aos demais Ministérios, Govêrnos Estaduais e Autarquias, com baixo índice de resposta, confirmaram a desatualização dos registros do DENTEL, além de trazer ao conhecimento do GT, uma série de irregularidades na utilização do espectro de frequências. O problema se reveste de maior impor -

2M-21-1, p 103/128

tância, quando se verifica a constante solicitação, de usuários particulares ao CONTEL visando obter frequências para rêde de seu uso, necessitando que estão de comunicações urbanas e à longa distância, pela ausência de um Sistema Nacional de Telecomunicações.

Dêsse estudo inicial, o GT pode constatar que:

- há saturação em certos trechos do espectro;
- há impropria distribuição de freqüências em quase tôdas as faixas do Serviço Fixo e Móvel;
- há inadequada utilização de frequências em quase todos os sistemas de radiocomunicações de órgãos e organizações;
- há deficiência de registro e contrôle por parte do DENTEL;
- a situação tende a se agravar pela demanda cada vez maior de telecomunicações.

Na parte que interessa diretamente às comunicações militares, o GT analisou e solicitou pareceres sôbre a conveniência e a possibilidade de atribuição a cada Fôrça Armada de subfaixas privativas para seus serviços, com exceção do Ministério da Marinha, as demais Fôrças Armadas concordaram com essa orientação.

9. - GRUPO DE COORDENAÇÃO DA INDÚSTRIA MECÂNICA E ELÉTRICA

9.7.1 - L E G I S L A Ç Ã O

B I nº 121 de 12 de outubro de 1966 fls. 618

9.7.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Os assuntos mais importantes tratados nas diversas reuniões foram:

a) Debate da matriz insumo/produto com a finalidade específica de analisá-la para efeito de constituir um dos dados básicos para elaboração do plano setorial.

b) Esclarecimentos às diversas interpretações com relação à capacidade de produção, ociosidade e relação marginal capital/produto.

c) Sugestão para o fornecimento dos dados relativos à relação capital/produtos.

d) Apresentação dos capítulos que constituirão o trabalho do Grupo de Coordenação, como;

2M.21.1, p. 104/128

- Introdução;
- Metodologia;
- Demanda provável do Setor no período de 1967/76;
- Oferta do Mercado Interno;
- O atendimento da demanda;
- Exportação;
- Fatôres limitativos da Produção;
- Política de Incentivo à Produção.

e) Solicitação e recebimento dos membros do Grupo dos dados necessários aos trabalhos.

f) Apresentação do andamento dos trabalhos concernentes às "Projeções de Demanda".

g) Observações sôbre a importância da relação marginal capital/produto na quantificação dos investimentos futuros e as dificuldades encontradas na determinação de seu valor em face da diversidade de dados fornecidos pelas emprêsas

h) Insuficiência das informações fornecidas pelos representantes das classes produtoras.

Em resumo, pelos tópicos dos assuntos tratados torna mais claro o objetivo do Grupo, isto é, coleta de informações mais detalhadas a fim de complementar os estudos básicos do Plano Decenal, que fornecerão subsídios para permitir a definição dos grandes objetivos nacionais, no próximo decênio, no setor da Indústria Mecânica e Elétrica.

9.7.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

É indubitável a necessidade deste sistema de planejamento que permitirá uma ação governamental bem fundamentada e racional. Isto implica em considerar inadmissível a improvisação e ineficiência, conseguindo-se a aceleração da taxa de desenvolvimento econômico, através de um regime misto, em que indústria, agricultura e serviços comerciais e financeiros, sejam confiados principalmente à emprêsa privada, mas no qual o Govêrno se responsabiliza por investimentos nos setôres básicos.

As dificuldades encontradas principalmente, estão na insuficiência qualitativa e quantitativa das estatísticas nacionais como também na obtenção dos dados necessários por parte das indústrias, que em épocas passadas realizavam seus trabalhos de modo quase que totalmente empírico. Felizmente, pode-se

2M.21.1, p. 105/128

sentir que gradativamente está sendo abandonado êsse procedimento dando lugar à orientação técnica, pois sòmente assim as indústrias poderão se beneficiar dos incentivos e saberão onde e como investir proporcionando o aumento de produtividade de que tanto necessita o nosso País.

9.8 - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO POSTAL TELEGRÁFICO

9.8.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Port nº 267, de 17 de junho de 1964 do Exmº Sr Ministro do Ministério da Viação e Obras Públicas.
- BI nº 72, de 26 de junho de 1964.

9.8.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- No decorrer do presente ano foram examinados e discutidos, pelo OD, cêrca de 300 processos, sendo de maior importância os referentes aos seguintes assuntos:

2M.21.1, p. 106/128

a) Recuperação e prosseguimento de obras da Estação Receptora de Guaratiba (GB), construída há cêrca de 8 anos, visando proporcionar condições para a transferência das atuais instalações de S. Bento para Guaratiba. O assunto, envolve problemas de moradia para operadores e funcionários, de energia elétrica e de interligação com a Sede (Praça XV) além de outros de menor importância.

b) Início da construção e instalação de um moderno Centro de Triagem Postal, em São Paulo, e aquisição de equipamento de mecanização postal (seleção e triagem de correspondência postal).

c) Início de instalação de um moderno Centro de Trânsito de Mensagens Telegráficas, semiautomático, na Guanabara, a ser inaugurado em 1967.

d) Recuperação e melhoramento dos serviços postais das Diretorias Regionais do DCT.

e) Ampliação do Serviço Nacional de Telex e adaptação de prédio e instalações, visando a instalação de novas Centrais Telex em Campinas (SP), Goiânia (GO), Santos (SP), Juiz de Fora (MG), Campo Grande (MT), Pôrto Alegre (RS), Fortaleza (CE) e Curitiba (PR).

f) Conclusão e inauguração da linha de ondas portadoras de 12 canais telefônicos, entre S. Paulo e Curitiba, construída por convênio entre o DCT e a TELEPAR (Govêrno do Estado do Paraná); aquisição de equipamentos para mais 12 canais telefônicos.

g) Convênio com o Govêrno do Estado de Santa Catarina, para construção da linha de ondas portadoras, entre Blumenau e Lajes, no valôr aproximado de Cr$ 500 milhões.

h) Aquisição e instalação de equipamentos para a Rêde Rádio da Amazônia.

i) Aquisição de equipamentos para as Estações Costeiras.

j) Recuperação de vários prédios do DCT e prosseguimento de obras civis.

2M.21.1, p. 107/128

9.8.3 - APLICAÇÕES GERAIS

Nestes dois anos e meio, ten cabido à atual administração do DCT a árdua tarefa de recuperar os serviços de Correios e Telégrafos, atingidos que estavam pela organização reinante.

E essa ação sòmente poderá apresentar resultados benéficos com o passar do tempo.

A evolução da Técnica, a aprovação de um CÓDIGO DE TELECOMUNICAÇÕES, a criação do CONTEL, o estabelecimento de um PLANO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES visando implantar um SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES e a organização da EMBRATEL (Emprêsa Brasileira de Telecomunicações) têm feito diminuir de muito a atualidade e a importância do Plano Telegráfico, tal como foi estabelecido.

Êste, se bem que já conta com modificações profundas em sua estrutura, necessita ser revisto em seus conceitos e programação, para se valer do futuro Sistema Nacional de Telecomunicações e complementá-lo no que fôr necessário. A CEP trabalha hoje mais com uma comissão de planejamento, com seus Escritórios Técnicos (Postal e de Telecomunicações), do que pròpriamente como Comissão Executivo; o Órgão Deliberativo (D), como um Conselho de Administração do DCT, na parte referente às verbas destinadas ao plano Postal Telegráfico.

Parece-nos, entretanto, que é de tôda conveniência ao EMFA e, particularmente à CPCFA, se manter representado no OD da CEP, tomando parte ativa nas soluções dos problemas de Correios e Telégrafos e acompanhando, de perto o desenvolvimento de serviços que interessam diretamente à Segurança Nacional.

9.9 - CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

9.9.1 - L E G I S L A Ç Ã O

- Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951 alterada pela Lei nº 4.533, de 8 de dezembro de 1964 - (DO BI nº 241, de 15 de dezembro de 1964)

9.9.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- Instruções para Concessão de Bolsas e Auxílios para o exterior
- Novos níveis de bolsas do país
- Cooperação com o Conselho Britânico
- Atualização dos Níveis de Bolsas

2M-21-L, p. 108/128

- Recomendações da Reunião de Órgãos Federais sediados na Amazônia.
- Contato entre o CNPq e o Dr PEDRO BLOCH para preparo de uma biografia do cientista ÂNGELO MOREIRA DA COSTA LIMA.
- Transformação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias em Fundação de Pesquisas Rodoviárias
- Renovação de membros do CD
- Lista Bibliográfica de Publicações Brasileiras de Caráter Geológico
- Recomendações da Comissão Brasileiro-Norte Americana para ciência Tecnológica e Desenvolvimento
- Acôrdo entre o Ministério da Agricultura e o CNPq sôbre as zonas de ação e atribuições do IPEAN e do INPA
- Projeto de pesquisas no Brasil, para a zona tropical úmida
- Edição de obras os Titiyó e o seu Sistema Adptativo de autoria do Frei PROTÁSIO TRIDEL, antropólogo do Museu Goeldi
- Cooperação do CNPq com a National Academy of Science
- Plano habitacional para pesquisadores
- Convênio sôbre Bonus da UNESCO
- Novo contrato de locação do IBBD
- Alterações das Instruções para prestação de contas dos órgãos subordinados ao CNPq
- Exposição sôbre o Cerrado
- Convênio entre o DER de São Paulo e o IPR
- Convênio entre a NASA e o CNAE (Sensores Remotos)
- Criação do Conselho Nacional de Política Tecnológica
- Edição da publicação da OEA "Ciência Interamericana"
- Cooperação entre o CNPq e a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos para o prosseguimento das investigações sôbre recursos minerais
- Instalação do Conselho de Pesquisas da Universidade de Minas Gerais
- Exposição sôbre a Biota Amazônica
- Ante-projeto do Regimento do IBBD
- Temário para o Encontro de Agricultura no Nordeste
- Transferência do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil para o CNPq
- Convênio com o Conselho de Pesquisas da Argentina
- Convênio com o Conselho de Pesquisas da Itália
- Foram feitas visitas ao CPE da BAHIA à ITC do Est. Guanabara e instalações do CNAE em S.José dos Campos.

2M.21.1, p. 109/128

9.10 - COMISSÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - CGOCNAE

9.10.1 - LEGISLAÇÃO

Decreto 40 110, de 10 Out 56
Decreto 50 221, de 28 Jan 61
Decreto 50 365, de 18 Mar 61
Decreto 50 820, de 22 Jun 61.

9.10.2 - TRABALHOS REALIZADOS

a) - Grande número de projetos foram iniciados e continuados pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais, cumprindo com completo êxito um vasto programa de desenvolvimento científico, colocando o Brasil na hegemonia na América Latina, e ocupando lugar de destaque entre as nações do mundo, que se dedicam às pesquisas espaciais.

b) - Êstes projetos que somam quase duas dezenas, versam sôbre os mais variados e importantes assuntos de estudos e pesquisas científicas do espaço, culminando com o projeto Eclípse, onde a CNAE, teve participação total, não só nas experiências, como na organização de tôda a infra-estrutura necessária aos trabalhos. O êxito deste experimento já foi sobejamente propalado pela imprensa nacional e internacional.

e) - Neste ano foram lançados um total de 51 foguetes, atingindo observações a 300 km de altura, com foguetes de propelentes sólidos e líquidos.

f) - Está previsto para o próximo ano o lançamento de 104 foguetes sendo 6 foguetes com cargas úteis projetadas e construidas no Laboratório da CNAE.

h) - Foram concluídos os prédios da Administração e da Biblioteca.

9.10.3 - TRABALHOS A SEREM REALIZADOS EM 1 967

Estão em projeto para o próximo ano a construção do Campo de Lançamento no litoral paulista, a 6 km de Caraguatatuba, junto à estrada Caraguatatuba-Ubatuba; o Edifício do Centro de Computação e Comunicação, o Laboratório de Eletrônica e outras obras de menor vulto.

9.10.4 - APRECIAÇÕES GERAIS

Apesar dos esforços de mais de 3 anos no sentido da aprovação de uma regulamentação para CNAE, êste órgão de projeção nacional e internacional com mais de 6 anos de atividades, continua com a designação de"Grupo

2M.21.1, p.110/128

de Organização". A falta da Lei para a Comissão, tem causado sérios problemas administrativos no tratamento de assuntos dentro do próprio país, como também, nos correlatos a compromissos internacionais.

Esta organização que tem apresentado tão grande número de trabalhos e aprimorado uma grande quantidade de técnicos brasileiros, atuando num setor em que as pesquisas demandam custos elevados, não terá condições de manter o rítmo de desenvolvimento que vem imprimindo, se houverem reduções em suas dotações orçamentárias.

De sua verba, quase que 50% é consumida com pessoal , apesar de não serem altas as rendas individuais dos que trabalham na Comissão, ela está longe de competir com o mercado de trabalho de São Paulo, se mantendo com sacrifício dentro dos níveis da região.

Já se torna necessário que seja criada no País a mentalidade de remunerar em condições bem acima do mercado de trabalho normal, pesquisadores e cientistas, para que dediquem totalmente às suas experiências, afastados de preocupação alheias, as mesmas, elevando assim o nível de conhecimentos do nosso povo.

9.11 - CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

9.11.1 - LEGISLAÇÃO

Portaria 42-Gab-Exp, de 12 Out 66.

9.11.2 - TRABALHOS REALIZADOS

- 61 Pareceres.

9.12 - CONSELHO DA COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

9.12.1 - LEGISLAÇÃO

Lei 3 860, de 24 Dez 60 - Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com o Carvão Mineral.

Lei 4 374, de 4 Ago 64 - Altera disposição da Lei 3860.

Decreto 1 502, de 12 Nov 62 - Regimento Interno da Comissão do Plano do Carvão Nacional.

9.12.2 - TRABALHOS REALIZADOS

De acôrdo com a legislação sôbre o carvão nacional, em vigôr, os assuntos tratados em Conselho, dizem respeito a:

- Deliberação sôbre o programa de trabalho e o orçamento, anualmente organizado pela Diretoria para cada exercício.

2M.21.1, p. 111/128

- Estabelecimento de cotas de produção e consumo do carvão nacional.
- Fixação de características e preços dos diversos tipos de carvão.
- Estabelecimento de normas de fiscalização da qualidade dos diversos tipos de carvão, adotando medidas para que seja evitado o transporte de carvão em características inconvenientes.
- Resolução sôbre a criação e ampliação de Sociedade de Economia Mista para as qualidades industriais que compreendem o ciclo econômico do carvão, abrangendo as atividades de pesquisas, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo de combustível mineral.
- Relatórios periódicos mensais sôbre as atividades normais do Conselho da CPCAN.
- Relatório do PROBLEMA DO CARVÃO NA AMAZÔNIA.

9.12.3 - APRECIAÇÕES GERAIS

Por sua atualidade persistem as mesmas apresentadas no Relatório Final do ano de 1 965, acrescidas das observações referentes ao preço do carvão que se seguem:

a) - O problema do preço do carvão nacional, vem sendo retardado estranhamente na sua solução justa, contrariando na atual conjuntura, uma solução de grande alcance na política sã e construtiva do Govêrno, notadamente no que diz respeito a realidade de preços de exportação de aço em condições competitivas no mercado internacional.

b) - Continuam ocorrendo irregularidades na formação do preço do carvão nacional, no que diz respeito à determinação exata das despesas de custeio, devidamente correlacionadas com os dados físicos e métodos de produção.

c) - Persiste o grave aspecto de o preço do carvão nacional ser formado com base em dados informativos fornecidos pelos próprios consórcios produtores do carvão, conforme o já configurado em Ofício nº 24/CPM -Reservado, de 7 de julho de 1 965, remetido à Chefia do EMFA.

9.13 - COMISSÃO DE ESTUDOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA - COMESTRA

9.13.1 - LEGISLAÇÃO

Decreto 54 401, de 9 Out 64.

2M.21.1, p. 112/128

9.13.2 - TRABALHOS REALIZADOS

Recebimento da minuta em junho de 1 966 do anteprojeto de Lei da Reforma Administrativa e correspondente justificativa.

9.14 - COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - PROGRAMA DE EXPANSÃO

Submetido que foi a êste Órgão, pelo seu Presidente, a "MEMÓRIA JUSTIFICATIVA SÔBRE O PROGRAMA DE EXPANSÃO DA CSN", mereceu o mesmo cuidadoso estudo que concluiu que o dito PROGRAMA deveria merecer todo o apôio dêste EM, tendo em vista tratar-se de empreendimento que visa concorrer para auto-suficiência do País no setor de uma indústria de base de alto interêsse militar.

****

2M.21.1, p. 113/128

10 - COMISSÕES E REPRESENTAÇÕES QUE AINDA FUNCIONAM

- COMISSÃO ENCARREGADA DE ESTUDAR E APRESENTAR UM PROJETO DE NOVA ORGANIZAÇÃO PARA O EMFA.
- COMISSÃO PARA ESTUDAR E APRESENTAR UM PROJETO DE NOVA LEGISLAÇÃO SÔBRE MEDALHA DE SANGUE, em condições de atender ao pessoal das três Fôrças Singulares.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA APRESENTAR UM PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DAS FÔRÇAS ARMADAS.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA NOVA LEI QUE REGULARÁ A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MILITARES PELOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAR AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE DOS CONSCRITOS.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ELABORAR AS INSTRUÇÕES NO EXTERIOR.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA ESTUDAR UM ANTEPROJETO DE REORGANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FUNERÁRIA NAS FÔRÇAS ARMADAS.
- COMISSÃO INTERPRETATIVA DO CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES.
- COMISSÃO DE REVISÃO DO MANUAL DE VOCÁBULOS.
- COMISSÃO REVISORA DO EA-M-09/53.
- GRUPO DE TRABALHO SÔBRE ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES DOS ADIDOS MILITARES DO BRASIL.
- GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DAS ÁREAS SIGILOSAS DO TERRITÓRIO NACIONAL E LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE.
- GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO.
- REPRESENTANTE DA CIA SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA.
- COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE NAVIOS.
- COMISSÃO MISTA DE DEFESA BRASIL-ESTADOS UNIDOS.
- COMISSÃO NACIONAL DE HEMOTERAPIA.
- COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO ELETRÔNICO.
- COMISSÃO DE OBRAS DO EMFA EM BRASÍLIA.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.
- GRUPO DE ESTUDOS DESTINADO A PREVENIR CONSEQUÊNCIAS CATASTRÓFICAS NA GUANABARA.
- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR.
- GRUPO DE TRABALHO EM BRASÍLIA.
- JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA.
- COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA.

2M-21-1, p. 114/128

11 - ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

11.1 - LEGISLAÇÃO

- Lei 785, de 20 Ago 49 - Cria a Escola Superior de Guerra.

11.2 - VISITAS DE PERSONALIDADES DE RELÊVO

Entre as visitas realizadas à Escola em 1 966, destacam-se as efetuadas pelas seguintes personalidades:

Presidente eleito da República:

A ESG recebeu, a 12 de dezembro, a honrosa visita do Exmo Sr Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente eleito do Brasil. Na oportunidade, Sua Excelência assistiu a uma exposição dos trabalhos finais de planejamento sôbre a Segurança Nacional , a cargo dos Estagiários Civis e Militares da Turma de 1 966 , despertando excepcional interêsse os temas ventilados, referentes aos campos político, econômico, psicosocial e militar, relacionados diretamente com problemas objetivos do futuro Govêrno.

Comandante do Colégio Interamericano de Defesa:

A 15 de dezembro, a Escola foi visitada pelo Exmo Sr Major-General JACK N. DONOHEW, da Fôrça Aérea dos Estados Unidos da América e Comandante do Colégio Interamericano de Defesa.
Em companhia daquele Comando, Sua Excelência visitou as dependências da Escola, tendo oportunidade de assistir a uma exposição, a cargo do General Chefe do Departamento de Estudos sôbre as finalidades da ESG e a uma parte dos trabalhos finais de planejamento da Turma de Estagiários de 1 966.
Em cerimônia realizada no dia seguinte, foi conferido a Sua Excelência, o Diploma "Honoris Causa" do Curso Superior de Guerra, pelo seu estímulo ao espírito de convivência entre a ESG e o CID, através de proveitoso intercâmbio profissional e seu empenho, pùblicamente demonstrado, em maior participação do Brasil, através de assessores e estagiários no currículo escolar do CID.

11.3 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

11.3.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estrutura:

O Departamento de Estudos (DE) abrange, em essência, os seguintes órgãos:

- uma Chefia, com sua Divisão Executiva;
- Divisões de Estudos (Assuntos Doutrinários e de Coordenação, Assuntos Econômicos, Assuntos de Informações e Contra-Informações, Assuntos de Logística

2M-21-1, p. 115/128

e de Mobilização, Assuntos Militares, Assuntos Políticos e Assuntos Psicosociais);

- Direção dos Cursos (Curso Superior de Guerra, Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas e Curso de Informações), com suas respectivas Divisões Executivas; e
- Seções diversas (Auditórios, Mapoteca, Documentação Sigilosa, Tradução, Periódicos, Bibliotéca, Laboratórios de Línguas e Serviços Escolares).

11.4 --CURSO SUPERIOR DE GUERRA

11.4.1 - MATRÍCULAS

Foram matriculados no Curso Superior de Guerra, no ano de 1 966, 79 Estagiários, de acôrdo com os seguintes dispositivos do Regulamento da ESG:

Art 46 - 8
Art 45 -59
Art 58 -12

11.4.2 - DIPLOMAÇÃO

5 (cinco) Estagiários tiveram sua matrícula cancelada, durante o desenvolvimento do Curso, dos quais, 4 (quatro) por interêsse do serviço e 1 (um) a pedido, por ter sido transferido para a Reserva Remunerada; 2 (dois) Estagiários tiveram matrícula transferida do Art 45 para o 46.

Foram diplomados, conforme Boletim Especial nº 3, de 17 Dez 66, 74 Estagiários, de acôrdo com a discriminação abaixo:

Art 46 - 9
Art 45 - 54
Art 58 - 11

Êsses estagiários estavam assim distribuídos:

Militares:

Ministério da Marinha:	Oficiais-Generais	5
	Oficiais-Superiores	5
Ministério da Guerra:	Oficiais-Generais	7
	Oficiais-Superiores	11
Ministério da Aeronáutica:	Oficiais-Generais	3
	Oficiais-Superiores	3

Civis:

Ministério da Justiça	1
" das Relações Exteriores	3
" da Fazenda	2

2M.21.1,p 116/128

Ministério da Viação e Obras Públicas.....1
" " Agricultura.....1
" " Educação e Cultura.....1
" " Saúde.....1
" do Trabalho e Previdência Social.....1
Tribunal de Justiça da Guanabara.....1
Tribunal de Contas de Fortaleza.....1
Govêrno de Pernanmbuco.....1
" do Rio de Janeiro.....1
" da Guanabara.....1
" do Rio Grande do Sul.....1
Autarquias.....9
Entidades Privadas.....8
Avulsos.....5
Corpo Permanente da ESG.....1

11.4.3 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos desenvolvidos abrangeram:

Conferências	82
Palestras	3
Exposições	5
Demonstração	1
Apresentações	8
Simpósios	3
Trabalhos de Grupo	3
Trabalhos de Turma	1
Trabalhos de Planejamento	1(64 monografias)
Leitura e Discussões	2
Viagens	3(sendo 1 aos EUA)
Visitas	8

As visitas realizadas tiveram a finalidade de familiarizar os Estagiários com organizações governamentais e privadas, julgadas de interêsse para os trabalhos escolares, quais sejam:

1ª Visita - Usinas de Furnas e Estreito
2ª " - Companhia Siderúrgica Nacional
3ª " - Standard Elétrica
4ª " - Estaleiros Ishikawajima
5ª " - Companhia Nacional de Álcalis
6ª " - NAel "MINAS GERAIS"
7ª " - Fortaleza de São João
8ª " - Navio Oceanográfico "USCG OCEANOGRAPHER"

2M.21.1/p.117/128

Foram realizadas 3 viagens de estudos, das quais 2 (duas) ao interior do País e 1 (uma) aos Estados Unidos da América.

A primeira, à Região Sul, de 23 de maio a 3 de junho, e teve por objetivo a apreciação sôbre o estado atual e as perspectivas dos empreendimentos em curso nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, relacionados entre outros:

- indústria têxtil, metalúrgica, alimentícia, de materiais elétricos, automobilística, farmacêutica, de aparelhos óticos, exploração agropastoril e organização e dinâmica dos órgãos representativos das classes produtoras.

A segunda, às Regiões Norte e Nordeste, de 10 a 16 de julho, abrangendo o Distrito Federal e Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e do Território do Amapá, teve por objetivo a apreciação sôbre o estado atual e perspectivas futuras das medidas governamentais e de entidades privadas, particularmente nos seguintes setores e atividades:

- Obras da cidade de Brasília
- Problemas dos Governos Estaduais
- Extração de manganês
- Assistência Social
- Problemas do Ensino no Ceará
- Ação do Comando Militar no NE
- Indústria do Petróleo

A terceira, especial, aos Estados Unidos da América, de 10 de agôsto a 3 de setembro, teve por finalidade principal estreitar os laços de amizade e compreensão entre elementos representativos das elites brasileira e norte-americana, irmanadas no sentimento de defesa dos postulados democráticos, consoante os interêsses e as aspirações dos povos das duas pátrias, que constituem verdadeira constate ao longo do nosso processo histórico.

A viagem proporcionou, ademais, oportunidade de visitas a organismos internacionais lá sediados, a institutos de ensino ligados aos problemas de Segurança Nacional, a organizações das Fôrças Armadas e a instalações industriais e do sistema de defesa dos Estados Unidos da América.

2M-21.1.p.118/128

11.5 - CURSO DE ESTADO-MAIOR E COMANDO DAS FÔRÇAS ARMADAS

11.5.1 - MATRÍCULA

Foram matriculados no CEMCFA, 34 Oficiais-Superiores das Fôrças Armadas, abrangendo a seguinte distribuição:

Marinha:	Corpo da Armada	- 4
	Corpo de Fuzileiros Navais	- 1
	Corpo de Intendentes	- 1
Exército:	Arma de Infantaria	- 8
	Arma de Cavalaria	- 3
	Arma de Artilharia	- 5
	Arma de Engenharia	- 4
	Serviço de Intendência	- 1
Aeronáutica:	Quadro de Aviadores	- 5
	Quadro de Médicos	- 1
	Quadro de Intendentes	- 1

11.5.2 - DIPLOMAÇÃO

Dos matriculados, 3 (três) do Exército, foram desligados do Curso por terem sido transferidos para a Reserva Remunerada, sendo diplomados, conforme Boletim Especial nº 3, de 17 Dez 66, 31 (trinta e um), assim distribuidos:

Marinha:	Corpo da Armada	- 4
	Corpo de Fuzileiros Navais	- 1
	Corpo de Intendentes	- 1
Exército:	Arma de Infantaria	- 7
	Arma de Cavalaria	- 2
	Arma de Artilharia	- 5
	Arma de Engenharia	- 4
Aeronáutica:	Quadro de Aviadores	- 5
	Quadro de Médicos	- 1
	Quadro de Intendentes	- 1

11.5.3 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos desenvolvidos pelo CEMCFA, abrangeram essencialmente:

Conferências	61
Trabalhos de Grupo	1
Trabalhos de Turma	1 (34 monografias)
Estudos de Estado-Maior	2
Exercícios de Estado-Maior	4
Viagens de Estudos	4 (sendo uma nos EUA)
Visitas	6
Trabalhos de Planejamento	1

2M-21.1, p. 119/128

Simpósio..... 1
Exposição..... 1
Demonstração..... 1

As visitas de estudos, realizadas na área da Guanabara, a diversos Estabelecimentos e Unidades da Marinha, Exército e Aeronáutica, tiveram a finalidade de complementar ensinamentos ministrados na Escola, sôbre aspectos particulares das atividades das Fôrças Armadas.

A 1ª Viagem de Estudos abrangeu os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; a segunda, as regiões Centro-Oeste e Norte do País. Ambas concorreram para um melhor conhecimento da presente situação militar brasileira, sendo que a visita à Amazônia foi de utilidade específica para a realização dos Exercícios de Estado-Maior acima referidos. A 3ª Viagem de de Estudos, aos Estados Unidos da América e Panamá, proporcionou aos Estagiários oportunidade para travar contáto direto com problemas de Segurança do Hemisfério Ocidental a cargo das Fôrças Armadas Norte-Americanas e de Organismos Internacionais. A 4ª Viagem de Estudos foi realizada à região produtora de petróleo do Estado de Sergipe.

11. 6 - CURSO DE INFORMAÇÕES

11.6.1 - MATRÍCULAS

Foram matriculados no Curso de Informações, 14 Estagiários, sendo 5 Oficiais-Superiores e 9 Civis, assim distribuídos:

Ministério da Marinha..... 1
" " Guerra..... 3
" " Aeronáutica..... 1
" das Relações Exteriores..... 1
" da Agricultura..... 1
Banco do Brasil S/A..... 1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. 1
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários..... 1
Serviço Social do Comércio..... 1
Avulsos..... 3

11.6.2 - DIPLOMAÇÃO

Não houve cancelamento de matrículas durante o Curso, sendo todos diplomados a 17 de dezembro, conforme Boletim Especial nº 3, da mesma data.

2M-21.1,p.120/128

11.6.3 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos desenvolvidos abrangeram:

Conferências.....	95	
Simpósios.....	3	
Trabalhos de Grupo.....	3	
Trabalho Especial.....	1	
Trabalhos de Planejamento.....	2	
Trabalho de Estágio.....	1	
Trabalhos de Turma.....	1	(14 monografias)
Visitas.....	6	
Viagens de Estudos.....	3	(sendo uma nos EUA).

Foram realizadas 6 visitas julgadas de interêsse aos trabalhos escolares, das quais, 5 às Seções de Segurança e de Informações dos Ministérios Civis e Militares, e 1 à Pontifícia Universidade Católica. Foi realizado um Estágio no SNI (ARJ) no período de 28 Nov a 15 Dez 66.

Foram realizadas 3 viagens de estudos, sendo 2 ao interior do País (norte e Sul) e 1 aos Estados Unidos da América, com o Curso Superior de Guerra.

11.6.4 - APRECIAÇÃO SÔBRE O CURSO

Procurou o Curso de Informações, em seu segundo ano de funcionamento, ampliar os resultados obtidos no ano anterior. Consistiu essa ampliação em incluir no currículo, novas conferências doutrinárias, em desdobrar outras e em realizar conferências sôbre assuntos políticos, econômicos e psicosociais, considerados indispensáveis à cultura do analista de informações. Foi obtido, também, excelente entrosamento entre os Cursos de Informações e Superior de Guerra, particularmente na fase de planejamento da Política de Segurança Nacional.

11. 7 - APRECIAÇÃO GERAL

De acôrdo com as Diretrizes do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o currículo escolar e as atividades da ESG se processaram de acôrdo com as Bases e Diretrizes para o ano letivo de 1 966 - Doc-01-66, a fim de orientar os trabalhos e fornecer elementos básicos para a programação das atividades do Departamento de Estudos e elaboração dos currículos dos 3 Cursos. Foram fixados os objetivos a atingir no conjunto escolar e nos Cursos, bem como os temas a desenvolver nos mesmos.

2M.21.1, p. 121/128

Como conseqüência, a previsão de 40 semanas para as atividades escolares, abrangeu três períodos, assim caracterizados:

1º Período - (Estudos teóricos e doutrinários)

- Ambientação e estudos teóricos e doutrinários fundamentais.

2º Período - (Análise das conjunturas nacional e internacional)

- Para o CSG: Análise das conjunturas nacional e internacional, tendo em vista o interêsse nacional.
- Para o CEMCFA: Estudos conjunturais relacionados com a Doutrina Militar Brasileira.
- Para o CI: Análise das conjunturas nacional e internacional, tendo em vista os interêsse da Segurança Nacional, em particular sob o aspecto das Informações.

3º Período - (Aplicação da Metodologia)

- Para o CSG: Aplicação da Metodologia, para o estabelecimento de uma Política de Segurança Nacional.
- Para o CEMCFA: Aplicação da técnica do Planejamento Militar da Segurança Nacional.

Para o CI: Aplicação da técnica de planejamento das Informações.

Em que pesem as dificuldades de pessoal tanto no Corpo Permanente como no Corpo de Auxiliares, e as deficiências de instalações, o Departamento de Estudos realizou um trabalho apreciável, atingindo com muito bom rendimento, os objetivos visados no planejamento das atividades da Escola.

Os trabalhos da ESG, durante o ano de 1 966, se desenrolaram normalmente.

Os principais problemas com os quais se debate à Escola, são de ordem material: instalações inadequadas e de ordem pessoal: seu efetivo aquém das reais necessidades.

No que respeita a instalações, em anos anteriores, foi levantada como melhor linha de ação a seguir, a transferência da ESG para o prédio ocupado pelo Ministério das Relações Exteriores, quando da sua mudança para Brasília.

Ùltimamente muito se tem cogitado da utilização do prédio atualmente ocupado pela Reitoria da Universidade Federal, na Praia Vermelha.

Concretamente, porém, nada existe e a ESG se vê na contingência de, progressivamente, aplicar verbas de certo vulto na conservação e melhoria de um prédio já inadequado às suas finalidades.

Com relação ao pessoal, é de inteira conveniência que os efetivos das Divisões de Estudos se mantenham completos, procurando-se evitar movimentações durante o ano letivo.

2M-21-1, p. 122/128

Finalmente, como sugestão de real significado reitera a ESG a conveniência de uma rigorosa seleção intelectual dos candidatos propostos, face a certo desnível cultural ainda verificado entre os Estagiários. Seria também aconselhável que as organizações públicas e privadas contempladas com vagas, indicassem 3 candidatos para cada uma, a fim de ampliar as possibilidades de seleção.

12. CENTRO DE COMUNICAÇÕES

12.1. L E G I S L A Ç Ã O

Port nº 4/59 (BI nº 109, de 7 Out 59).

12.1.1 TRABALHOS REALIZADOS

O Centro de Comunicações até 30 de setembro do corrente ano, data do regresso das tropas brasileiras da República Dominicana, onde estiveram em missão de paz, teve suas atribuições e responsabilidades bastantes aumentadas e realçadas, tendo em vista que, além das atribuições que lhe estavam afetas, ficou à disposição da Comissão Especial FAIBRAS, tendo funcionado até àquela data em regime de H-24, em permanente contato com São Domingos, através da Central Rádio do Exército estabelecendo ainda ligações com a Marinha, Aeronáutica e a Rêde do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Após o término do FAIBRAS, o Centro de Comunicações passou a funcionar em regime de escala especial atendendo às necessidade do EMFA e os seguintes Órgãos subordinados sediados na Praia Vermelha: NCZDA, NCZDN, NCZDS, CPMPM e o SARFA, sendo o encaminhamento das mensagens, feito por estafeta através do Protocolo Geral do EMFA.

2M-21.1, p. 123/128

13.0 - PESSOAL

A situação de pessoal no EMFA, tanto civil como militar é de certa forma crítica, uma vez que os efetivos necessários ao desenvolvimento das atividades normais não são atendidas pelas Fôrças como seria desejável.

Êsse não atendimento faz com que as Seções, as Comissões e os Núcleos tenham suas atividades prejudicadas, não podendo dar o rendimento que seria necessário. Ocorre mais que as tarefas atribuídas ao EMFA são amplas como se depreende das páginas anteriores, e essas tarefas cada vez mais se ampliam, exigindo um esfôrço redobrado de seu pessoal.

Acredita-se que uma política de pessoal mais realística, por parte das Fôrças Singulares, com relação ao EMFA, traria resultados altamente vantajosos não só para o assessoramento ao Exmo Sr Presidente da República, como também no interêsse das próprias Fôrças em tudo aquilo que é necessário umaconjugação de esforços e uma ação de coordenação pelo Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Dos quadros abaixo, relativos aos militares das três Fôrças se depreende que em relação aos efetivos ideais, considerados imprescindíveis ao funcionamento adequado do EMFA, a Marinha participa, em Oficiais com 49,7%, em praças com 110%; o Exército em Oficiais com 68%, em praças com 60%; a Aeronáutica, em Oficiais com 32,5% em Praças com 72%. O excesso relativo à Marinha, no que diz respeito às praças é uma contribuição louvável, que vem suprir em parte a deficiência das demais Fôrças, nesse particular.

Fls. 121

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

CONFIDENCIAL

13.1 OFICIAIS - COMPARAÇÃO ENTRE EFETIVO PREVISTO E EXISTENTE EM 1 966 -

MARINHA

A R M A	S E R V I Ç O S																		
	MÉDICOS					INTENDENTES					CAPELÃES								
	CMG	C F	CC	C T	SUB TOTAL	CMG	CF	C C	C T	SUB TOTAL	CMG	CF	C C	C T	SUB TOTAL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	TOTAL
PREV.	17	21	1	3	32	1	3	-	-	4	1	3	-	-	4	1	-	1	41
EXIST.	7	5	4	3	19	-	-	-	-	0	1	0	-	-	1	-	-	0	20
DIFER.	0	- 16	+3	0	- 13	-1	-5	0	0	-4	0	-3	-	-	- 3	-1	-	- 1	- 21

EXÉRCITO

	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	TOTAL
PREV.	12	35	1	2	50	1	3	-	-	4	1	3	1	1	6	1	-	1	60
EXIST.	16	14	4	5	19	1	0	-	-	1	1	0	1	1	3	1	-	1	41
DIFER.	+ 4	- 21	+3	+ 5	- 11	0	- 3	-	-	- 3	0	- 3	0	0	- 3	0	-	0	- 19

AERONÁUTICA

	CEL AV	T CEL AV	MAJ AV	CAP AV	SUB TOTAL	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	MAJ	CAP	SUB TOTAL	TOTAL
PREV:	7	18	0	3	28	3	1	-	-	1	2	2	0	-	4	1	-	1	37
EXIST.	4	3	1	1	9	0	-	-	-	0	-	1	1	-	2	0	-	0	12
DIFER.	- 3	-15	+ 1	- 2	- 19	-3	- 1	-	-	- 1	- 2	- 1	+ 3	-	- 2	- 1	-	- 1	- 25

AM 21.1, p. 124/128

2M.21.1, p. 125/128

13.2 - PRAÇAS Fls. 122

	GRADUAÇÕES								
	1º SO	2º SG	3º SG	SG	CB	TM	T1/T2	SD	TOTAL
MARINHA	3	3	9	12	11	4	7	13	62
	5	1	8	9	22	6	5	12	68
	+ 2	- 2	- 1	- 3	+ 11	+ 2	- 2	- 1	+ 6
	Sub Ten	1º Sgt	2º Sgt	CB				SD	TOTAL
EXÉRCITO	5	5	23	25	12	-	-	30	100
	3	5	12	10	8	-	-	22	60
	- 2	0	- 11	- 15	- 4	-	-		- 40
	SO	1S	2S	3S	CB	TM	T1/T2	SL	TOTAL
AERONÁUTICA	2	2	7	8	19	-	7	11	56
	2	2	3	1	18	3	7	4	40
	0		-4	-7	-1	+ 3	0	-7	-16

2M-21.1, p. 126/128

14. C O N C L U S Ã O

No decorrer do ano de 1966, o Estado-Maior das Fôrças Armadas desenvolveu uma atividade profícua no campo do Planejamento Militar e nas suas atribuições de execução, procurando um maior entrosamento com as Fôrças Singulares.

Estudo meticuloso foi realizado por êste Estado-Maior, tendo em vista o estabelecimento de um "Plano Militar para a Amazônia Ocidental", a ser apresentado às autoridades superiores do País.

Coordenou no Brasil, todos os assuntos referentes ao Destacamento Brasileiro (FAIBRAS) junto à Fôrça Interamericana de Paz, na República Dominicana.

Acelerou-se o rítmo das obras em Brasília, visando a terminação do Edifício Sede do EMFA, ao prosseguimento do Hospital das Fôrças Armadas, e ao início da construção das residências para o pessoal do EMFA.

Com a nova legislação do Serviço Militar, implantou-se a Comissão de Serviço Militar (C O S E M I), não sem grandes dificuldades no que tange a pessoal e ao recebimento de recursos financeiro a ela destinados, iniciando-se uma atividade nova de execução, no âmbito do E M F A.

As reuniões de Chefes de Estado-Maior foram realizadas mensalmente, propiciando um entendimento mais estreito entre as Fôrças Singulares e o E M F A; nelas se buscou uma solução comum para diferentes problemas militares, administrativos e de planejamento.

Finalmente, é mister que se diga que o trabalho acima foi obtido graças ao esfôrço dos componentes dêste Órgão, apesar da deficiência de pessoal, sentida em grande escala em todos os setores dêste Estado-Maior.

(a) TEN BRIG NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY

2M.21.1, p. 127/128

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

- ADENDO -

1) Acrescente-se

13.A - REPRESENTAÇÃO NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

13.A.1 - L E G I S L A Ç Ã O

BI nº 89/66 fls 450, nº 135/66 fls 693 e nº 17/67 fls 83

13.A.2 - TRABALHOS REALIZADOS

a) A Representação compareceu a tôdas as Seções do Conselho de Delegados, participando dos Estudos e apreciações realizados, dos quais resultou a seguinte recomendação aos Governos representados:
- Resolução LXXXVII - C-1013 - 27 de Janeiro de 1966

Assunto: Inclusão do tema da Defesa Continental nas reformas da Carta da OEA

b) Elaboração do Plano de Trabalhos para o EM para o Ano Fiscal 1966-1967

c) ASSUNTOS EM ESTUDO NO ESTADO-MAIOR

- Elaboração de um novo Manual para os trabalhos do EM
- Participação na elaboração do Exame de Situação para a HG "A" - O Continente Americano contra a Subversão Interna dirigida e apoiada pelo Comunismo Internacional, como forma de agressão que não constitue Ataque Armado;
- Estudo para um formulário de planejamento para HC "A";
- Elaboração do Plano de Defesa do Continente para a HC "A"

Comitê de Inteligência

- Elaborado um Estudo Informativo sôbre a Conferência Tri-Continental realizado em Havana em 1966;
- Elaborado o Exame de Situação para a HC "A";
- Elaborado o "Anexo de Informações" para o Plano de Defesa do Continente Americano em face da HC "A";
- Elaborado um estudo informativo sôbre "Atividades Subversivas e o Sistema Interamericano";
- Em elaboração um estudo sôbre Intercambio de Informações.

Comitê de Logística

- Elaborado um Estudo sôbre a Ação Cívica Militar no Continente Americano.

Comitê Ad-Hoc nº 1

- Apreciação das resoluções das Conferências de Chefes Navais das Marinhas do Continente em face do Plano de Defesa do Tráfego Marítimo

2) ERRATA

- Pag 32 - ítem 219-PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL ESTADOS UNIDOS

Onde se lê:	Leia-se:
Maj Brig ARMANDO SERRA DE MENEZES -De 29 Set a 31 Dez 66,	Maj Brig ARMANDO SERRA MENEZES- De 29 Set a 21 Dez 66;

2M 21.1, p 128/128

Alm Esq JOSÉ MOREIRA MAIA
- De 22 Dez 66 a 31 Dez 66

- Pag 121 - item 13.1 - Comparação entre o efetivo previsto e existente em 1966

MARINHA

2ª Coluna	-	Onde se lê 17 CMG,	leia-se 7 CMG
8ª Coluna	-	Onde se lê 3 CF,	leia-se 5 CF

EXÉRCITO

5ª Coluna	-	Onde se lê + 5 Cap,	leia-se + 3 Cap

AERONÁUTICA

14ª Coluna	-	Onde se lê + 3 Maj,	leia-se + 1 Maj

Ten Brig NELSON FREIRE LAVENÈRE-WANDERLEY
Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas.